



JULIANA DUARTE DE CARVALHO

Governança e Bem Viver: estratégias para territórios sustentáveis e saudáveis

São Paulo - SP

2025

JULIANA DUARTE DE CARVALHO

Governança e Bem Viver: estratégias para territórios sustentáveis e saudáveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Soberania alimentar, ambiente e saúde”.

Orientador: Doutor Edmundo de Almeida Gallo.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Carvalho, Juliana Duarte de.

C331 Governança e bem viver : estratégias para territórios sustentáveis
e saudáveis / Juliana Duarte de Carvalho. – São Paulo, 2025.
139 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Edmundo de Almeida Gallo.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Desenvolvimento rural – Brasil. 2. Desenvolvimento
sustentável – Brasil. 3. Observatório de Territórios Sustentáveis e
Saudáveis da Bocaina. 4. Saúde pública – Brasil.

CDD 301.31

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa demonstra como o modo de governança territorial participativa desenvolvido pelo OTSS com protagonismo de comunidades tradicionais foi eficaz na construção de territórios sustentáveis e saudáveis orientados pelo bem viver, gerando subsídios para políticas públicas e ações coletivas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research demonstrates how the participatory model of territorial governance developed by the OTSS, with the protagonism of traditional communities, has proven effective in building sustainable and healthy territories guided by the principles of *Buen Vivir*, generating inputs for public policies and collective actions.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación demuestra cómo el modelo de gobernanza territorial participativa desarrollado por el OTSS, con el protagonismo de las comunidades tradicionales, a sido eficaz en la construcción de territorios sostenibles y saludables orientados por el *Buen Vivir*, generando insumos para políticas públicas y acciones colectivas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JULIANA DUARTE DE CARVALHO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 05 dias do mês de novembro do ano de 2025, às 10h, por meio de videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JULIANA DUARTE DE CARVALHO, intitulada “*Governança e Bem Viver: estratégias para territórios sustentáveis e saudáveis*”, sob orientação do Prof. Dr. Edmundo de Almeida Gallo. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. EDMUNDO DE ALMEIDA GALLO (Orientador(a) - Participação Presencial) da Fundação Osvaldo Cruz; Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Participação Virtual) da Universidade de Brasília (UnB), Prof. Dr. LEONARDO ESTEVES DE FREITAS (Participação Virtual) da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Edmundo Gallo", is positioned above the printed name of the signatory.

Prof. Dr. EDMUNDO DE ALMEIDA GALLO

“Nós não defendemos o território, nós somos o território.”

Antônio Bispo dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha Gaia, que me ensina diariamente sobre a leveza e a coragem de recomeçar. À força de Exu, por proteger e abrir caminhos, lembrando-me de que toda travessia é movimento.

À minha mãe e às amigas pelo cuidado, pela presença e pelo suporte constante ao longo deste caminho.

A cada pessoa, comunidade e liderança do Fórum de Comunidades Tradicionais e de todo o território de atuação do movimento, pelo acolhimento e por demonstrarem, com sabedoria e firmeza, que outros futuros são possíveis e se constroem a partir da luta coletiva.

Ao meu orientador, coordenador e amigo Edmundo Gallo, por acreditar em mim, pela confiança no meu percurso e por inspirar uma forma de pensar e fazer comprometida com a vida, os territórios e a transformação social.

À equipe de amigas e amigos do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, pela construção coletiva de uma ciência enraizada nos territórios e voltada à defesa da vida. À Fiocruz, por sustentar um espaço público que reconhece e fortalece a presença das mulheres na ciência, na pesquisa e na produção de conhecimento comprometida com a justiça social.

Por fim, agradeço às mulheres que me cercam, sustentam e inspiram, nos territórios, nas palavras e nas lutas do cotidiano. Este trabalho é também delas.

RESUMO

Esta dissertação analisa a experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) como estudo de caso de governança territorial participativa. A investigação adota abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na pesquisa-ação participativa, utilizando o Seminário de Integração de 2025 como espaço empírico de avaliação e sistematização coletiva. O objetivo central é compreender como os mecanismos de gestão e de organização política do OTSS contribuem para a efetivação da governança viva, articulando ciência, política e saberes tradicionais. A análise foi orientada por dimensões da Matriz de Análise de Efetividade, permitindo identificar potências e fragilidades em temas como equidade, sustentabilidade e autonomia, além de variáveis transversais como redes de solidariedade, intersetorialidade e integração interescalar. Os resultados indicam que, embora persistam limites estruturais como a ausência de titulação fundiária, a fragilidade das políticas públicas e a dependência de arranjos institucionais ainda centralizados, a experiência do OTSS se consolida como referência metodológica e política para a construção de territórios sustentáveis e saudáveis orientados pelo horizonte do bem viver.

Palavras-chave: governança; territórios sustentáveis e saudáveis; comunidades tradicionais; justiça socioambiental; bem viver.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the experience of the Observatory of Sustainable and Healthy Territories of Bocaina (OTSS) as a case study of participatory territorial governance. The research adopts a qualitative approach, grounded in historical-dialectical materialism and participatory action research, using the 2025 Integration Seminar as an empirical space for collective evaluation and systematization. The main objective is to understand how the management and political organization mechanisms of OTSS contribute to the effectiveness of living governance, articulating science, politics, and traditional knowledge. The analysis was guided by the Effectiveness Analysis Matrix, identifying strengths and weaknesses in areas such as equity, sustainability, and autonomy, as well as transversal variables such as solidarity networks, intersectorality, and multiscale integration. The results indicate that, despite structural challenges such as land titling, gender equity, and dependence on institutional alliances, the OTSS experience emerges as a methodological and political reference for building sustainable and healthy territories guided by the horizon of Buen Vivir.

Keywords: living governance; sustainable and healthy territories; traditional communities; socio-environmental justice; buen vivir.

RESUMEN

Esta disertación analiza la experiencia del Observatorio de Territorios Sostenibles y Saludables de la Bocaina (OTSS) como estudio de caso de gobernanza territorial participativa. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el materialismo histórico-dialéctico y en la investigación-acción participativa, utilizando el Seminario de Integración de 2025 como espacio empírico de evaluación y sistematización colectiva. El objetivo central es comprender cómo los mecanismos de gestión y organización política del OTSS contribuyen a la efectividad de la gobernanza viva, articulando ciencia, política y saberes tradicionales. El análisis fue orientado por la Matriz de Análisis de Efectividad, lo que permitió identificar fortalezas y debilidades en temas como equidad, sostenibilidad y autonomía, además de variables transversales como redes de solidaridad, intersectorialidad e integración interescalar. Los resultados muestran que, aunque persisten límites estructurales como la titulación de tierras, la equidad de género y la dependencia de alianzas institucionales, la experiencia del OTSS se proyecta como referencia metodológica y política para la construcción de territorios sostenibles y saludables orientados por el horizonte del Buen Vivir.

Palabras clave: gobernanza viva; territorios sostenibles y saludables; comunidades tradicionales; justicia socioambiental; buen vivir.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa das comunidades tradicionais de atuação do OTSS, 2025.....	34
Figura 2	Mapa ilustrativo com os principais impactos sofridos pelas comunidades tradicionais, 2024.....	38
Figura 3	Publicações do Projeto Povos, 2024.....	54
Figura 4	Modelo de determinantes sociais da saúde.....	61
Figura 5	Pesquisadores durante atividade de planejamento participativo e territorializado no território de atuação do OTSS, 2016.....	60
Figura 6	Safra de juçara, 2016.....	64
Figura 7	Ação da campanha em janeiro de 2022, na Ilha do Araújo, Paraty, RJ.....	65
Figura 8	Ato do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) durante o 1º Encontro de Territórios e Saberes, 2024.....	67
Figura 9	Oficina de construção de mapas falados, 2023.....	74
Figura 10	Partilha sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) em Martim de Sá, 2023.....	75
Figura 11	Categorias criadas pelo OTSS para gestão e governança territorial....	76
Figura 12	Microterritórios de atuação do OTSS.....	78
Figura 13	Mesoterritórios de atuação do OTSS.....	79
Figura 14	Países e regiões envolvidos no I Encontro Internacional de Territórios e Saberes (I EITS)	80
Figura 15	Método de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis.....	83
Figura 16	Organograma dos espaços de gestão do OTSS.....	86
Figura 17	Eixos temáticos para promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em articulação com os determinantes sociais da saúde.....	88
Figura 18	Equipe da Coordenação de Justiça Socioambiental.....	90
Figura 19	Equipe da Coordenação de Gestão de Saberes no Seminário de Integração, julho de 2025.....	92
Figura 20	Equipe da Incubadora de Tecnologias Sociais.....	95
Figura 21	Equipe da Coordenação Geral.....	100
Figura 22	Equipe da Coordenação Geral de Governança e Gestão.....	100
Figura 23	Equipe da Coordenação de Gestão Territorializada.....	101

Figura 24	Cozinha das Tradições.....	108
Figura 25	Benedita Martins abrindo o Seminário de Integração.....	111
Figura 26	Auditório principal e Eixo da Educação Emancipatória ao fundo.....	114
Figura 27	Eixo Governança Viva: apresentação das ações da Cooperação Internacional.....	115
Figura 28	Apresentação dos resultados das discussões por grupos de trabalho.....	120
Figura 29	Representantes da Fiocruz, coordenações do OTSS, o vereador eleito Vaguinho e coordenações do Fórum de Comunidades Tradicionais.....	122
Figura 30	Eixo da Economia Solidária, com partilha sobre técnicas de pesca artesanal durante o Carrossel de Saberes.....	123
Figura 31	Dimensões da Matriz de Análise de Efetividade (MAE) e Seminário de Integração.....	125

LISTA DE TABELAS

Quadro 1	Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde.....	46
Quadro 2	Base teórica e metodológica para TSS.....	70
Quadro 3	Síntese analítica das dimensões da MAE aplicadas ao seminário de integração.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
APA	Área de Proteção Ambiental do Cairuçu
CE	Coordenação Executiva
CG	Coordenação Geral
CGG	Coordenação Geral de Governança e Gestão
CGI	Coordenação de Gestão Integrada
CGT	Coordenação de Gestão Territorializada
CGY	Comissão Guarani Yvyrupa
CJSA	Coordenação de Justiça Socioambiental
CNPCT	Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CNCTC	Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras
CONAFE	Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador
CONAIE	Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador
	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CONAQ	Quilombolas
ECVC	European Coordination Via Campesina
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Global
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ISA	Instituto Socioambiental
ITS	Incubadora de Tecnologias Sociais
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
	Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas para a
MAE	Promoção de Saúde

MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MT	Microterritório
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
PNPCT	Tradicionais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS	Sistema Único de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UN	United Nations
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VPAAPS	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
WFFP	World Forum of Fisher People
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
	DESENVOLVIMENTO, COLONIALIDADE E ALTERNATIVAS AO	
2	CAPITALISMO: DISPUTAS PELO FUTURO DOS TERRITÓRIOS.....	20
2.1	O Bem Viver como projeto político.....	26
2.2	Saúde coletiva, território e justiça socioambiental.....	28
3	MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	32
	Caracterização socioambiental da área de estudo e conformação territorial do	
3.1	OTSS.....	33
3.2	Levantamento e Análise Documental.....	43
3.3	Seminário de Integração como Experiência Metodológica.....	44
3.4	Análise de Dados.....	44
	Dimensões Analíticas da Matriz de Efetividade de Estratégias Territorializadas de	
3.5	Desenvolvimento Sustentável e Saúde.....	45
	GOVERNANÇA E AUTONOMIA: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS A PARTIR	
4	DOS TERRITÓRIOS.....	49
5	TERRITORIALIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BOCAINA.....	57
5.1	A Fundação Oswaldo Cruz.....	58
5.2	A Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde.....	63
5.3	O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.....	64
	O OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA	
6	BOCAINA.....	68
6.1	Metodologia TSS: práxis da pesquisa ação do OTSS.....	82
6.2	Matriz de Efetividade: avaliação crítica e emancipatória.....	84
6.3	Organização e Gestão no OTSS: uma estrutura viva e em permanente transformação...	84
6.3.1	O Eixo de Justiça Socioambiental.....	89
6.3.2	O Eixo de Educação Emancipatória.....	92
6.3.3	O Eixo de Economia Solidária.....	94
6.3.4	O Eixo da Governança Viva.....	100
7	O SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO: DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO.....	103
7.1	Equidade.....	107
7.2	Sustentabilidade.....	110

7.3	Autonomia.....	113
7.4	Variáveis Transversais.....	118
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
9	REFERÊNCIAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

Ser mulher, tornar-se mãe e construir uma trajetória em um território atravessado por desigualdades não são experiências paralelas à produção deste trabalho. São, na verdade, o próprio ponto de partida a partir do qual esta pesquisa se torna possível.

Minha relação com Paraty, Rio de Janeiro, antecede qualquer compreensão estruturada sobre os povos e comunidades tradicionais que produzem este território. Antes de conhecer seus modos de vida, suas lutas e seus direitos, já existia uma relação íntima com as florestas e com as águas da Mata Atlântica, construída desde a infância, nas visitas à casa dos meus avós.

As memórias desse período não se organizam apenas como lembranças afetivas, mas como registros de um modo de vida. As ruas do bairro não tinham asfalto, as casas não tinham muros nem portões, e a relação com a natureza não era mediada - era cotidiana, compartilhada, inevitável. Havia árvores que marcavam o tempo das estações, o rio Perequê-Açu onde meu avô pescava com meu irmão, e a praia do Jabaquara ainda cercada por restinga e poucas construções. Era um território vivido antes de ser interpretado.

Com o passar dos anos, essa paisagem foi sendo profundamente transformada. O avanço de um processo de urbanização orientado por interesses especulativos se impôs de forma violenta, alterando não apenas o espaço físico, mas as próprias relações entre seres humanos e natureza que historicamente sustentaram a vida nesse lugar. A expropriação das comunidades tradicionais de seus territórios passou a compor esse movimento, deslocando modos de vida e reorganizando a cidade a partir de lógicas excludentes.

A cidade foi sendo redesenhada por fronteiras cada vez mais nítidas. De um lado, bairros periféricos que concentram, em grande medida, caiçaras e quilombolas expropriados direta ou indiretamente. De outro, o centro histórico progressivamente convertido em vitrine turística. Entre esses espaços, um aeroporto particular que não apenas separa territórios, mas materializa uma forma de organização social. Atravessá-lo sempre me causou incômodo.

Mas o desconforto não vinha apenas da desigualdade evidente entre quem chega em jatinhos e quem foi empurrado para as margens da cidade. Havia algo mais profundo, ainda sem nome: uma ruptura. A dissociação entre território, vida e natureza começava a se impor como experiência concreta, antes mesmo de ser compreendida como problema político.

Foi nesse contexto que, aos dezessete anos, ao me estabelecer definitivamente em Paraty, essa percepção começou a ganhar forma. Antes mesmo de conseguir nomear a injustiça que eu sentia, minha compreensão se ampliava. A natureza deixava de ser cenário e passava a se afirmar como referência de vida.

Tornar-me mãe aos 19 anos, intensificou esse processo. O nome escolhido para minha filha, Gaia, surgiu de forma intuitiva, anterior a qualquer elaboração conceitual mais estruturada. Hoje reconheço que essa escolha antecipa, de certo modo, o caminho que viria a se consolidar: uma trajetória orientada pela articulação entre saúde, ambiente, territórios e saberes, ancorada em um compromisso com a vida em sua dimensão coletiva.

Minha formação acadêmica se desenvolveu nesse mesmo movimento de busca por compreensão e coerência. Ingressar no curso de Ciências Biológicas no início da maternidade não foi apenas uma escolha profissional, mas um gesto de afirmação diante de um conjunto de inquietações que já não podiam ser ignoradas. Havia, naquele momento, uma tentativa de articular dimensões que até então se apresentavam de forma fragmentada: natureza, saúde, ecologia, políticas públicas e educação.

Por muito tempo, a possibilidade de integrar esses campos em um mesmo espaço de atuação parecia distante. As trajetórias disponíveis não ofereciam respostas para esse tipo de convergência, como se fosse necessário escolher entre caminhos que, na prática, sempre estiveram interligados.

Enquanto mulher, mãe e trabalhadora inserida em uma realidade marcada por desigualdades estruturais, minha trajetória também foi atravessada por experiências que raramente são reconhecidas como parte legítima da produção científica. Antes de encontrar caminhos no campo socioambiental, atuei em atividades diretamente vinculadas à economia turística local, em agências, restaurantes e pousadas, inserida em dinâmicas marcadas pela informalidade, pela precarização e pela lógica do lucro. Também trabalhei como professora, enfrentando os limites impostos por modelos educacionais que frequentemente restringem o exercício crítico e o aprofundamento pedagógico.

Essas experiências, muitas vezes invisibilizadas, foram fundamentais para consolidar uma leitura concreta sobre as formas de organização do trabalho, as desigualdades territoriais e os limites das políticas públicas no cotidiano. Mais do que etapas anteriores à trajetória acadêmica, constituem parte estruturante do modo como este trabalho compreende o território.

A possibilidade de construir uma atuação que articulasse essas diferentes dimensões começa a se concretizar a partir do meu vínculo com a Fundação Oswaldo Cruz, instituição pública que historicamente tem desempenhado um papel relevante na produção científica e na formulação de políticas públicas no campo da saúde no Brasil. Foi nesse espaço que se tornou possível sustentar uma trajetória que não exigisse a separação entre maternidade, trabalho e produção de conhecimento.

Ser mulher, pertencer à classe trabalhadora e assumir publicamente uma posição feminista tampouco são elementos acessórios dessa trajetória. Ao longo dos anos, tornaram-se dimensões indissociáveis da forma como me posiciono no mundo e da maneira como compreendo os processos sociais e territoriais. Esses atravessamentos não apenas orientam minha leitura crítica da realidade, mas também consolidam um compromisso ético com abordagens que reconheçam e fortaleçam vozes historicamente silenciadas.

É nesse percurso que se dá o encontro com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). À época, não havia clareza sobre o que exatamente estava sendo buscado, mas já existia a percepção de que os caminhos disponíveis não eram suficientes. O OTSS se apresenta, então, não como uma resposta imediata, mas como um espaço onde as perguntas passam a fazer sentido.

De forma quase simbólica, a principal sede do programa está localizada na mesma rua que concentra parte significativa das minhas memórias de infância. Essa coincidência, mais do que um detalhe, revela um tipo de continuidade que atravessa toda a minha trajetória pessoal e profissional.

Criado a partir da parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o OTSS é um programa institucional e se configura como um arranjo institucional singular, que articula ciência, gestão pública e os projetos políticos de povos caiçaras, indígenas e quilombolas no litoral sudeste do Brasil.

A aproximação com esse espaço permitiu compreender, de maneira mais aprofundada, a centralidade do FCT como sujeito coletivo na condução de processos políticos e territoriais, ao mesmo tempo em que evidenciou a potência do OTSS como um dispositivo de governança que opera na interface entre o Estado e um movimento socioterritorial. Essa articulação, que à primeira vista pode parecer contraditória, se apresenta na prática como um campo dinâmico, marcado por tensões, disputas e, também, pela abertura de possibilidades concretas de transformação.

Antes de integrar o OTSS, minha atuação no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi um ponto importante nesse percurso. Foi nesse contexto que uma visão inicialmente mais restrita à conservação ambiental passou a incorporar, de forma incontornável, as dimensões sociais, políticas e históricas que estruturam os conflitos territoriais.

O contraste entre o tratamento destinado a grandes proprietários e aquele direcionado às comunidades tradicionais evidenciou não apenas a territorialização do capital, mas também a fragilidade das políticas públicas diante de interesses econômicos consolidados. Essa experiência foi determinante para a compreensão de que não há possibilidade de conservação ambiental dissociada da justiça socioambiental, e de que abordagens transdisciplinares não são uma escolha metodológica, mas uma necessidade.

Minha entrada no OTSS, em 2019, inicialmente na Secretaria Executiva, consolida essa inflexão e inaugura um processo contínuo de formação. Atualmente sou assessora de cooperação internacional do programa. O Observatório se configura, nesse sentido, como um espaço onde diferentes dimensões não operam de forma isolada, mas se constituem como práticas interdependentes, torna-se possível compreendê-lo como um ambiente que potencializa a formação de sujeitos comprometidos com a transformação territorial. Um espaço onde a produção de conhecimento não se limita à academia, mas se constrói em diálogo permanente com as experiências, saberes e estratégias políticas dos povos e comunidades tradicionais.

É nesse entrelaçamento que minha trajetória se desenvolve até o presente momento, articulando experiência prática, reflexão crítica e produção de conhecimento.

Diante disso, desejo a quem lê este trabalho uma boa leitura, com a compreensão de que esta sistematização não se encerra em si mesma. Trata-se de um recorte possível de um processo mais amplo, em constante construção. No momento em que finalizo esta escrita, os territórios seguem em movimento, as relações continuam se transformando e novas camadas de sentido já começam a se acumular.

Este trabalho, portanto, não pretende oferecer conclusões definitivas, mas registrar, interpretar e contribuir com processos vivos: dinâmicos, dialéticos e em permanente reinvenção. Porque, no limite, é disso que se trata: de movimentos vivos.

2 DESENVOLVIMENTO, COLONIALIDADE E ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO: DISPUTAS PELO FUTURO DOS TERRITÓRIOS

A ideia de desenvolvimento constitui um dos debates mais complexos das humanidades e está profundamente associada à consolidação da modernidade ocidental. No século XIX, interpretações racistas derivadas da teoria evolucionista de Darwin passaram a associar “progresso social” à ideia de evolução natural das sociedades humanas. Esse pensamento, posteriormente denominado darwinismo social, legitimou práticas genocidas, a dominação colonial e a hierarquização racial e cultural entre os povos. Fundamentado na crença da superioridade europeia, esse modelo sustentou a expansão colonial e a imposição de um padrão civilizatório sobre sociedades indígenas e africanas.

Entre os séculos XVI e XIX, a expansão europeia buscou impor valores eurocêntricos, promovendo a supressão de línguas, cosmologias, sistemas políticos e modos de vida tradicionais. Posteriormente, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, a noção de desenvolvimento foi reorganizada como eixo da ordem internacional, consolidando a divisão entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Sob novas linguagens políticas e econômicas, mantiveram-se hierarquias históricas que opõem o “civilizado” ao “selvagem”, lógica que continua estruturando grande parte das relações globais contemporâneas.

A Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1973; SANTOS, 2000) evidenciou que o capitalismo mundial se estrutura de forma profundamente desigual, na medida em que o desenvolvimento das economias centrais depende da reprodução permanente da dependência nas regiões periféricas. Nesse processo, a transferência de valor dos países dependentes para os hegemônicos, associada à superexploração da força de trabalho, consolida uma divisão internacional do trabalho que mantém a América Latina em posição subordinada na economia global. Como argumentam Acosta (2015) e Svampa (2016), essa lógica permanece atual e se expressa na intensificação do extrativismo, na reprimarização econômica e na ampliação dos mecanismos contemporâneos de colonialidade e espoliação dos territórios.

A dominação colonial, contudo, não se restringiu ao campo econômico. Também se deu no campo do saber: a ciência ocidental subestimou os conhecimentos tradicionais, consolidando um modelo acadêmico eurocêntrico que desvalorizou epistemologias não ocidentais. Freire (1979) denuncia a educação colonial como transmissão bancária, produtora de passividade e alienação.

A colonização epistemológica, descrita por Quijano (2005) e Mignolo (2007), perpetuou hierarquias de conhecimento que excluíram povos originários e comunidades tradicionais da produção de conhecimento. Essa dominação se articula ainda ao patriarcado, como destaca Saffioti (2013), marginalizando os saberes das mulheres e reforçando a divisão sexual do trabalho como engrenagem do capitalismo-colonial.

A pandemia de Covid-19 evidenciou de forma incontornável a crise civilizatória que atravessa a humanidade, marcada pela falência do modelo capitalista hegemônico e pela insustentabilidade das formas de produção, consumo e organização social. Como demonstram Gallo et al. (2024), esse contexto revelou não apenas o aprofundamento das desigualdades sociais e ambientais, mas também a potência dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais em oferecer respostas concretas às crises sanitárias e climáticas.

Nesse processo, práticas fundamentais para a reprodução da vida nos territórios, como o manejo de plantas medicinais, os saberes ligados ao parto tradicional, os sistemas agrícolas, a pesca artesanal e as formas comunitárias de organização, passaram historicamente a ser apropriadas pelo capital ou criminalizadas pelos projetos hegemônicos de desenvolvimento. Como afirma Krenak (2019), reduzir a terra à condição de recurso significa romper os vínculos ontológicos, espirituais, culturais e afetivos que conectam as comunidades aos seus territórios. Assim, a análise do colonialismo e do capitalismo exige superar interpretações estritamente econômicas, reconhecendo os territórios em sua multidimensionalidade, atravessados por relações materiais, simbólicas, espirituais e socioculturais.

O conhecimento, entendido como construção social, molda a percepção da realidade e organiza a vida coletiva. O capitalismo se mantém não apenas pelo controle dos meios de produção, mas também pela produção da autoridade e da intersubjetividade, garantindo que determinadas formas de saber se tornem dominantes enquanto outras são subjugadas (Bringel; Varela, 2016). Sistema globalmente organizado, o capitalismo regula desigualdades sociais por meio da alienação, da mercantilização da política e da dicotomia ser humano/natureza. Tal modelo devasta comunidades e ecossistemas ao mesmo tempo em que desqualifica os conhecimentos ancestrais que há séculos conservam os bens comuns da natureza.

Marx (2004, p. 110) já advertia que:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, isto é, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou seja, a natureza é seu corpo, com o qual ele deve manter um processo contínuo para não morrer (Marx, 2004).

A alienação do trabalho rompe esse vínculo, privando o trabalhador do controle sobre o processo produtivo e separando-o da terra. Nos territórios tradicionais, esse processo assume contornos perversos: famílias são expropriadas por meio da especulação imobiliária e de práticas como o comodato, sendo induzidas a vender suas terras em troca da promessa de permanecer como “caseiros” em seus próprios territórios. Essa violência econômica e simbólica impõe modos de vida subordinados, rompendo vínculos coletivos e desconsiderando formas próprias de habitar e produzir.

A lógica desenvolvimentista, como aponta Acosta (2015), opera como mecanismo de dominação que subordina saberes ancestrais e promove o colapso dos modos de existência tradicionais. Walsh (2009) reforça essa crítica ao mostrar como a colonialidade do poder reconfigura territórios, esvaziando-os de suas lógicas próprias e impondo relações mercantilizadas. O resultado é um duplo despojamento: da natureza, reduzida a recurso, e dos trabalhadores, destituídos do controle sobre o trabalho e sobre a terra. Para as comunidades tradicionais, isso significa perda de meios de subsistência, de identidade cultural e de autonomia.

Esse cenário evidencia que o desenvolvimento não pode ser entendido como processo neutro ou universal, mas como projeto de poder que articula capitalismo e colonialidade. As disputas contemporâneas giram justamente em torno das alternativas: de um lado, o discurso do desenvolvimento sustentável, muitas vezes apropriado por lógicas hegemônicas; de outro, projetos políticos contra-hegemônicos, como o bem viver, que afirmam cosmologias próprias e horizontes de autonomia.

É nesse terreno que se situam as lutas dos territórios tradicionais, onde saúde, território e justiça socioambiental se configuram como dimensões indissociáveis das disputas socioterritoriais. Conforme Fernandes (2008), essas disputas expressam a confrontação entre projetos antagônicos de uso e controle do território — de um lado, a territorialização do capital; de outro, a afirmação de territórios de vida orientados por princípios de solidariedade, autonomia e reprodução cultural.

Os povos e comunidades tradicionais (PCTs) constituem sujeitos políticos fundamentais na disputa pelo futuro dos territórios, pois seus modos de vida e sistemas de conhecimento confrontam diretamente as formas hegemônicas de apropriação da natureza e de gestão do espaço.

A luta por autonomia e reconhecimento, travada historicamente por esses grupos, resultou em importantes conquistas jurídicas e institucionais que tensionam o próprio Estado. No Brasil, esse processo se expressa no Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), reconhecendo-os como grupos culturalmente diferenciados que utilizam os territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

No plano internacional, a Convenção 169 da OIT (1989), ratificada pelo Brasil em 2002, estabelece o direito à autodeterminação e à consulta livre, prévia e informada. Mais do que categorias legais, os PCTs são guardiões da sociobiodiversidade: segundo a FAO (2021) e a IUCN (2018), aproximadamente 80% da biodiversidade global está situada em terras ocupadas por povos indígenas e comunidades locais. Esse reconhecimento evidencia que a permanência desses povos em seus territórios não é apenas uma questão de justiça histórica, mas condição para a preservação da vida, da cultura e dos ecossistemas em escala planetária.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” ganhou projeção internacional a partir do relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas em 1983. Presidida por Gro Harlem Brundtland, a comissão buscava responder às crescentes preocupações com os impactos socioambientais do modelo industrial e do crescimento econômico acelerado, propondo uma concepção de desenvolvimento articulada entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. O relatório definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Apesar de sua tentativa de conciliar progresso econômico e preservação ambiental, *Nosso Futuro Comum* não rompe com a lógica estruturante do capitalismo. Como aponta Harvey (2014), a sustentabilidade foi assimilada como um mecanismo de ajuste dentro do próprio sistema, criando a ilusão de que o modelo capitalista pode se autorregular e evitar colapsos ecológicos sem alterar suas bases produtivas. Em *17 Contradições e o Fim do Capitalismo* (2014), Harvey argumenta que o conceito de sustentabilidade, tal como apresentado no relatório, perpetua a ideia de um crescimento infinito dentro de um planeta com recursos finitos, ignorando a contradição central entre a acumulação de capital e os limites ecológicos.

Essa ambiguidade permitiu que a sustentabilidade fosse instrumentalizada por corporações, instituições multilaterais e governos como um discurso legitimador de práticas predatórias. Acosta (2016) denuncia como a ideia de sustentabilidade tem sido apropriada para aprofundar o extrativismo na América Latina, reforçando a mercantilização da natureza e a concentração de riquezas. Da mesma forma, Gudynas (2021) argumenta que a "modernização ecológica" promovida por organismos internacionais não questiona as assimetrias de poder entre o Norte e o Sul Global, mas busca manter o modelo de desenvolvimento baseado na exploração dos territórios e na subordinação dos povos tradicionais às demandas do mercado global.

Para Vandana Shiva (2016), a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável pelas grandes corporações integra uma lógica mais ampla associada ao chamado “capitalismo verde”, na qual a natureza é reduzida a serviços ecossistêmicos passíveis de precificação e mercantilização. Em *Earth Democracy* (2005), a autora questiona a narrativa de que crescimento econômico e preservação ambiental seriam compatíveis dentro da lógica capitalista, demonstrando como a globalização econômica tem impulsionado a destruição de ecossistemas e a desapropriação de comunidades camponesas sob o discurso da sustentabilidade. Essa dinâmica não apenas mantém estruturas históricas de dominação, mas também aprofunda a dependência dos países do Sul Global em relação às grandes potências econômicas e às corporações que monopolizam terras, sementes, água e biodiversidade.

Além disso, o próprio discurso de "harmonização" entre crescimento e preservação, amplamente difundido pelo relatório, revela uma contradição interna. Como Harvey (2014) destaca, o capitalismo depende de crises e da expansão territorial para continuar seu ciclo de acumulação, o que significa que qualquer proposta de sustentabilidade que não enfrente esse imperativo estrutural está fadada a ser absorvida pelo sistema sem gerar mudanças substanciais. Essa lógica explica por que grandes empresas, com o aval do Estado, utilizam o conceito para justificar atividades como mineração, agronegócio e projetos de infraestrutura que, na prática, desmatam, deslocam comunidades, assassinam lideranças comunitárias e aprofundam desigualdades socioambientais.

Entretanto, apesar dessas contradições, o conceito de desenvolvimento sustentável também se tornou um campo de disputa. Movimentos sociais, organizações indígenas e comunidades tradicionais têm ressignificado a ideia de sustentabilidade a partir de suas próprias perspectivas, reivindicando modelos que rompam com a colonialidade do poder e valorizem territorialidades alternativas.

Em escala internacional, a Via Campesina articula movimentos camponeses de diferentes países, denunciando o uso do discurso da sustentabilidade para legitimar a mercantilização dos territórios e evidenciando como a financeirização da natureza reforça a dependência dos pequenos agricultores em relação às grandes corporações transnacionais (ECVC, 2018). Também no cenário global, o *World Forum of Fisher Peoples* (WFFP) se destaca na resistência ao chamado “capitalismo azul”, denunciando a privatização dos mares e a imposição de projetos da “economia azul” que favorecem corporações e marginalizam comunidades pesqueiras.

O movimento defende a pesca artesanal como prática central da soberania alimentar e como forma de resistência frente à financeirização da natureza (WFFP, 2017). No Equador, a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE) tem sido uma das principais vozes contra o extrativismo capitalista e em defesa do *Sumak Kawsay* (bem viver) como alternativa ao modelo desenvolvimentista, denunciando a exploração mineral e petrolífera em territórios indígenas, com graves impactos de desmatamento, deslocamento forçado e contaminação ambiental (CONAIE, 2019).

No Brasil, o MST tem sido um dos principais protagonistas dessa disputa, denunciando a forma como o agronegócio se apropria do discurso da sustentabilidade para legitimar a concentração fundiária e a expansão de monoculturas altamente degradantes. Como destacam Stedile (1999), Fernandes (2008) e Caldart (2012), o movimento não apenas confronta a lógica do capital no campo, mas também constrói experiências educativas, produtivas e organizativas voltadas a formas alternativas de desenvolvimento baseadas na justiça social, na soberania popular e na democratização da terra. Nessa perspectiva, a sustentabilidade está diretamente associada à reforma agrária popular, à agroecologia e à soberania alimentar, em oposição ao modelo agroexportador dependente de agrotóxicos, transgênicos e da superexploração dos territórios.

Ainda nessa escala, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) questiona a narrativa de que a energia hidrelétrica é “limpa” e sustentável, evidenciando os impactos socioambientais das grandes barragens e a violação dos direitos das populações atingidas (MAB, 2020). Já a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) atua na defesa dos territórios quilombolas frente às pressões do racismo ambiental. A Comissão Guarani Yvyrypa (CGY) articula coletivos do povo Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil em defesa da terra e da vida. O termo *Yvyrypa*, em guarani, designa a estrutura que sustenta a plataforma terrestre e remete ao modo como o povo Guarani

tradicionalmente ocupava seu território de forma livre, antes da imposição das fronteiras coloniais (Popyguá, 2016).

2.1 O bem viver como projeto político

Diante das contradições que atravessam o conceito de desenvolvimento sustentável, comunidades e movimentos sociais na América Latina têm afirmado outras racionalidades de organização da vida. Nesse contexto, o bem viver (Sumak Kawsay, em quéchua; Suma Qamaña, em aymara) emerge como uma formulação contra-hegemônica que tensiona a lógica produtivista e a colonialidade do poder. Não se trata de uma construção abstrata ou meramente normativa, mas de um horizonte ancorado em práticas concretas, historicamente vivenciadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que já organizam seus modos de vida a partir de relações de reciprocidade, coletividade e equilíbrio com a natureza. Assim, mais que um conceito, o bem viver configura-se como uma cosmovisão em movimento e, simultaneamente, como projeto político que articula dimensões espirituais, sociais e materiais da vida coletiva.

Com raízes nas cosmologias indígenas andinas e amazônicas, o conceito se estrutura em relações de reciprocidade entre seres humanos e natureza, na centralidade da vida coletiva e na recusa do crescimento econômico como medida de progresso. Como aponta Gudynas (2021), em contraste com a noção de sustentabilidade no paradigma capitalista, ainda orientada pela exploração da natureza como recurso, o bem viver reconhece a natureza como sujeito de direitos e como parte constitutiva das relações sociais. Não se trata de uma proposta de desenvolvimento alternativo, mas da superação da própria ideia de desenvolvimento, historicamente vinculada a noções de progresso linear e ao extrativismo. Trata-se, em vez disso, de pensar e praticar formas de envolvimento coletivo com os territórios, em busca do equilíbrio ecológico, da justiça e da autodeterminação dos povos (SANTOS, 2015).

Essa força se manifesta tanto no plano institucional como nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), que o incorporaram e reconheceram a Pachamama como sujeito de direitos quanto, sobretudo, nas práticas territoriais e comunitárias. São as experiências concretas de povos indígenas, quilombolas e camponeses, em seus sistemas agroecológicos, formas de governança comunitária, economias solidárias e na valorização dos saberes

ancestrais, que dão materialidade e atualidade ao bem viver (Walsh; García Linera; Escobar, 2018).

É nesse mesmo campo de disputas e de reconfiguração das formas de organização da vida que o feminismo comunitário latino-americano aprofunda a dimensão política do bem viver ao explicitar que as relações de dominação que sustentam o capitalismo e a colonialidade também se expressam na organização patriarcal dos territórios e na violência sobre os corpos das mulheres. Conforme desenvolvido por Adriana Guzmán (2019), o feminismo comunitário se constitui como um projeto político enraizado nas lutas dos povos indígenas e populares, que compreende o território como corpo-território: dimensão que articula corpo, natureza e comunidade de forma indissociável.

De modo convergente, Lorena Cabnal (2010; 2018) propõe o conceito de corpo-território como chave analítica para compreender as múltiplas violências que incidem sobre as mulheres indígenas, articulando a defesa do território à defesa da vida. Nessa perspectiva, a recuperação do território implica também a recuperação dos corpos, entendidos como primeiros territórios de disputa e resistência, nos quais se expressam as violências históricas e as possibilidades de reconstrução da vida em comum (Guzmán, 2019).

No Brasil, ainda que não esteja formalmente reconhecido em políticas públicas, o bem viver encontra traduções próprias. Na cosmovisão da etnia Guaraní-Mbya, por exemplo, a noção de Nhandereko (traduzido para o português: nosso modo de vida) expressa parâmetros de plenitude e qualidade de vida nos territórios. Quilombolas e caiçaras também atualizam essa cosmovisão em suas experiências de resistência frente ao avanço do capital. O FCT ao articular indígenas, quilombolas e caiçaras, assim como a agroecologia promovida pelo MST e pela Via Campesina, constituem práticas que atualizam o bem viver como horizonte político situado.

Essa concepção de mundo se aproxima do que Antonio Bispo dos Santos (2023) denomina de biointeração, princípio que orienta as relações entre seres e ambientes na lógica da complementaridade e não da dominação. Diferente da ideia ocidental de “intervenção” sobre a natureza, a biointeração parte da coexistência entre humanos e não humanos, entendendo o território como corpo vivo, constituído por vínculos espirituais, produtivos e afetivos. Nesse sentido, as práticas cotidianas de povos e comunidades tradicionais expressam não apenas modos de vida, mas modos de relação — formas de estar no mundo que desafiam a cisão moderna entre natureza e sociedade.

Assim, o bem viver não deve ser entendido aqui como categoria abstrata, mas como conceito-chave que conecta cosmovisões ancestrais e lutas políticas contemporâneas. É a partir dele que o FCT se identifica e ressignifica suas lutas pela justiça territorial, pela sociobiodiversidade e pela autodeterminação dos povos.

2.2 Saúde coletiva, território e justiça socioambiental

Considerando a amplitude e a complexidade das relações entre saúde, território e modos de vida tradicionais, este subcapítulo não pretende esgotar o debate acerca da saúde dos povos e comunidades tradicionais. Busca, sobretudo, apresentar algumas chaves analíticas consideradas centrais para compreender a relação entre desterritorialização, desigualdades socioambientais, reprodução da vida e processos de saúde e adoecimento nos territórios analisados.

Trata-se de um campo amplo, interdisciplinar e em permanente construção, atravessado por contribuições da saúde coletiva, da geografia, da ecologia política, dos estudos decoloniais e das próprias experiências históricas de resistência construídas pelos povos e comunidades tradicionais.

A saúde deve ser compreendida como resultante da interação entre fatores biológicos, sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos da sociedade. Mais do que ausência de doença, a saúde constitui uma construção coletiva, expressão das condições materiais de vida e das relações de poder que estruturam territórios e sociedades.

Saúde ultrapassa a ausência de doenças e se vincula diretamente às condições de vida das populações, refletindo desigualdades estruturais e acesso diferenciado a recursos básicos como alimentação, moradia, trabalho e educação (Briceño-León, 2000; Buss, 2009). No entanto, essas relações não são neutras: são atravessadas por desigualdades de gênero, raça e classe que definem de forma diferenciada as experiências de saúde e adoecimento. Essa diferenciação se expressa de forma contundente na vida das mulheres, que ocupam papel central na reprodução social, no cuidado e na manutenção dos modos de vida, ao mesmo tempo em que enfrentam condições específicas de vulnerabilização.

A relação entre saúde e território se fortalece ao analisarmos os Determinantes Sociais da Saúde, conceito amplamente utilizado para explicar como as condições de vida e trabalho influenciam o bem-estar da população. Segundo Buss e Pellegrini Filho (2007), os DSS

englobam fatores como acesso à terra, renda, escolaridade, saneamento básico e participação social, todos interligados e estruturados em dinâmicas de poder.

No caso dos povos e comunidades tradicionais, o acesso ao território não apenas condiciona a saúde, mas estrutura sistemas próprios de cuidado, frequentemente sustentados pelas mulheres. A desterritorialização representa, nesse sentido, uma das principais causas de vulnerabilização em termos de saúde coletiva, pois rompe sistemas produtivos, redes de solidariedade e práticas de cuidado comunitário, agravando desigualdades já existentes e deslocando para as mulheres a responsabilidade pela recomposição das condições de sobrevivência coletiva.

O conceito de Determinação Social da Saúde (Breilh, 2003) aprofunda essa análise ao enfatizar que a saúde não é apenas resultado de fatores isolados, mas sim de um processo histórico e estrutural, moldado pelo modo de produção e reprodução social. Sob essa perspectiva, o adoecimento das populações indígenas e de outras comunidades tradicionais não pode ser compreendido apenas a partir de variáveis individuais ou conjunturais, mas como consequência de um modelo de desenvolvimento que prioriza a acumulação de capital em detrimento da vida e dos territórios.

O racismo ambiental se insere nesse contexto como um mecanismo estruturante da vulnerabilização dessas comunidades. Como aponta Ferdinand (2022), a distribuição desigual dos impactos ambientais não é um fenômeno natural, mas resultado de decisões políticas e econômicas que sustentam o modelo de desenvolvimento dominante, beneficiando determinados grupos em detrimento de outros.

Nesse sentido, a própria dinâmica de expansão desse modelo, baseada na exploração intensiva dos territórios, está diretamente relacionada à produção das emergências climáticas. Para que essa lógica se mantenha, torna-se necessária a concentração dos danos socioambientais em territórios historicamente vulnerabilizados, operando por meio do racismo ambiental.

Esse processo amplia a exposição a riscos socioambientais e sanitários, criando condições favoráveis à disseminação de arboviroses, como dengue, chikungunya e zika, além do aumento de doenças crônicas e infecciosas. Paralelamente, a precarização das condições de vida e a desestruturação dos vínculos territoriais impactam diretamente a saúde mental, contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico e de outros processos de adoecimento coletivo.

Além disso, a destinação desigual dos impactos ambientais e a expulsão dessas populações para áreas degradadas implicam na negação do direito à cidade, entendido não apenas como acesso à infraestrutura urbana, mas como direito de produzir, viver e decidir sobre

o território. Dessa forma, o racismo ambiental não apenas distribui desigualmente os riscos, mas também restringe o acesso a direitos fundamentais, aprofundando desigualdades e comprometendo as condições de vida dessas populações.

Esse processo pode ser compreendido a partir do conceito de zonas de sacrifício, que se refere a territórios sistematicamente destinados à concentração de impactos socioambientais negativos em função de interesses econômicos e políticos. Nessas áreas, populações vulnerabilizadas são expostas de forma desproporcional à poluição, à degradação ambiental e à precarização das condições de vida, evidenciando a seletividade territorial do desenvolvimento capitalista. Como destacam Acselrad (2010) e Svampa (2019), trata-se de uma lógica que articula desigualdade social, exploração ambiental e decisões políticas que tornam determinados territórios descartáveis.

Nos contextos de povos e comunidades tradicionais, essa dinâmica se expressa na sobreposição de empreendimentos e na expropriação territorial, produzindo impactos diretos sobre a saúde coletiva. Importa destacar que esses processos incidem de maneira particular sobre as mulheres, que, ao estarem diretamente envolvidas nas práticas de cuidado, na produção de alimentos e na gestão da vida cotidiana, vivenciam de forma mais intensa os efeitos da degradação ambiental e da perda de autonomia sobre o território.

A relação entre saúde e território também se manifesta no impacto psicológico da perda de terras ancestrais. Estudos apontam que as taxas de suicídio entre jovens indígenas podem ser até duas vezes e meia maiores do que as da população geral (Fundação Oswaldo Cruz; Harvard University, 2023). Os estados do Amazonas e de Mato Grosso do Sul apresentam índices particularmente elevados, associando-se a fatores como racismo estrutural, precariedade dos serviços de saúde e expropriação territorial (Fundação Oswaldo Cruz, 2023a; Fundação Oswaldo Cruz Brasília, 2023).

Além disso, estudos recentes da Fiocruz e do Ministério da Saúde evidenciam que o sofrimento psíquico entre jovens indígenas tem se agravado de forma alarmante: em 2020, a taxa de suicídio nessa população entre 10 e 24 anos alcançou 17,6 por 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional (cerca de 7 por 100 mil) (Brasil, 2020). Em 2022, os dados continuaram elevados, com uma taxa de 16,6 por 100 mil, contrastando novamente com a média da população geral (7,3 por 100 mil) (Brasil, 2022). Esse cenário é agravado pela precariedade da rede de atenção: para cerca de 801 mil indígenas atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), havia apenas 117 psicólogos disponíveis (Brasil, 2022).

Esses números evidenciam que a saúde mental indígena deve ser entendida como questão estrutural, diretamente relacionada à desterritorialização e ao racismo ambiental que

marcam os territórios tradicionais. Nesse contexto, como analisa Saffioti (2013), o patriarcado não pode ser visto como dimensão secundária: ele se articula à exploração capitalista e à colonialidade, intensificando as desigualdades e atribuindo às mulheres o peso da reprodução social e cultural das comunidades.

Tal sobrecarga as coloca em posição de maior vulnerabilidade diante da desterritorialização e da degradação ambiental, uma vez que são elas que, em muitos casos, estão na linha de frente tanto da garantia do sustento material quanto da preservação dos modos de vida coletivos.

Os conhecimentos tradicionais em saúde, muitas vezes subestimados pelas políticas públicas e pela ciência hegemônica, são centrais para a sobrevivência dessas populações. O uso de plantas medicinais, as práticas de cura ancestrais e a organização comunitária para o cuidado constituem sistemas de saúde que coexistem há séculos, fundamentados em saberes transmitidos entre gerações, frequentemente sustentados e mobilizados por mulheres.

No Brasil, estudos e experiências conduzidos por instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Socioambiental reforçam a relevância dessas práticas no campo da saúde pública e da sociobiodiversidade. A Fiocruz desenvolve programas e pesquisas voltados à valorização das plantas medicinais e dos saberes comunitários, a exemplo da Coleção Botânica de Plantas Medicinais e do projeto ArticulaFito, que integram conhecimento científico e práticas populares no fortalecimento da atenção básica (Fiocruz, 2022; Fiocruz, 2023). O Instituto Socioambiental, por sua vez, registra e difunde saberes terapêuticos de povos indígenas e comunidades tradicionais, como no Manual dos Remédios Tradicionais Yanomami (2018), que documenta o uso de plantas e práticas de cura ancestral como patrimônio cultural e ecológico (Instituto Socioambiental, 2018).

Esses sistemas, enraizados em cosmologias próprias, articulam dimensões espirituais, simbólicas e ecológicas do cuidado, promovendo práticas preventivas e terapêuticas reconhecidas por sua eficácia e sustentabilidade (WHO, 2021). Dessa forma, as práticas profundamente enraizadas nas relações com a terra reforçam que a defesa do território não é apenas uma questão de justiça socioambiental, mas uma estratégia essencial de promoção da saúde coletiva.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para alcançar o propósito da pesquisa, foram definidos três objetivos específicos: analisar os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a atuação do OTSS na interface entre ciência, política e saberes tradicionais; investigar de que forma o Seminário de Integração se constituiu como espaço empírico de sistematização e avaliação coletiva das estratégias de gestão e governança do OTSS; e, a partir disto, testar a aplicabilidade da Matriz de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (MAE) como instrumento de monitoramento das ações estratégicas.

A partir desses objetivos, estruturou-se a questão central de pesquisa: como os mecanismos de gestão e de organização política do OTSS contribuem para a efetivação de uma governança que contribua para a promoção de territórios sustentáveis e saudáveis?

Dessa problemática derivam três questões específicas que orientam a análise: quais fundamentos teórico-metodológicos sustentam a atuação do OTSS na interface entre ciência, política e saberes tradicionais; de que forma o Seminário de Integração se constituiu como espaço empírico de sistematização e avaliação coletiva das estratégias do OTSS; e em que medida a aplicação da Matriz de Análise de Efetividade (MAE) contribui para interpretar estratégias de governança, identificando as potências e fragilidades de suas estratégias na construção de territórios sustentáveis e saudáveis orientados pelo horizonte do bem viver.

Esta pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como método de investigação, orientando a análise das contradições, conflitos e alternativas que atravessam os territórios tradicionais da Bocaina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, voltada à compreensão de processos sociais em sua complexidade, sem pretensão de quantificação, mas de interpretação crítica das relações que configuram o território. Conforme Marx e Engels, o método busca compreender os processos sociais em sua totalidade, situando as disputas territoriais como expressões das relações de produção e da luta de classes. Nesse percurso, o território é assumido como categoria central de análise, entendido em Milton Santos (1996) como instância da totalidade social e, em Fernandes (2008), como espaço multidimensional e multiescalar, articulando materialidade, poder e identidade.

A abordagem metodológica considera que as dinâmicas sociais e territoriais devem ser analisadas na perspectiva da totalidade histórica, compreendendo-as em suas contradições e nos conflitos entre diferentes projetos de sociedade.

Esse horizonte metodológico orienta o trabalho empírico em três frentes complementares: o levantamento e a análise documental; o Seminário de Integração como experiência metodológica de pesquisa-ação; e a análise de dados orientada pela Matriz de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (Setti & Gallo, 2015), em diálogo com a análise de conteúdo (Bardin, 1977) e a sistematização de categorias e indicadores a partir da realidade investigada (Canuto, 2004).

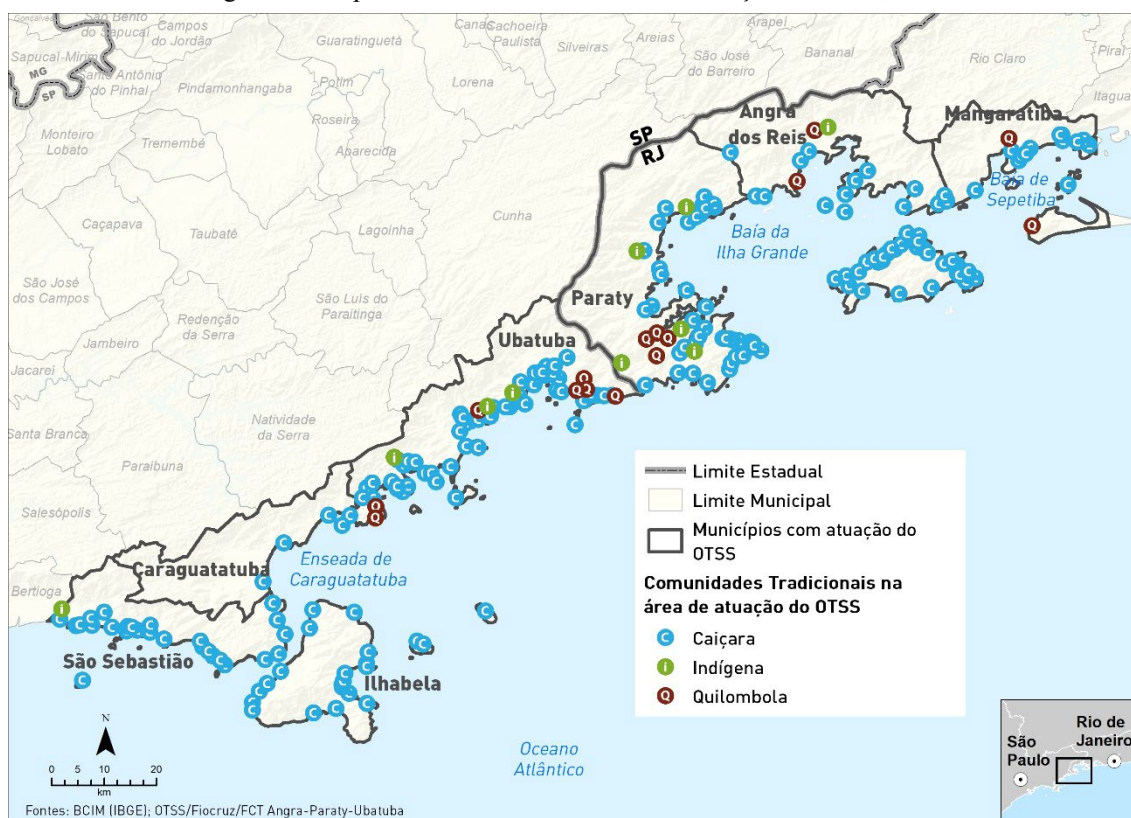
Inicialmente, a metodologia previa a realização de grupos focais organizados por eixo temático do OTSS. Entretanto, o processo de preparação e a posterior realização do Seminário de Integração configuraram esse espaço como instância privilegiada de sistematização e avaliação coletiva, reunindo comunidades, pesquisadores e parceiros institucionais em torno de objetivos comuns. A natureza participativa da pesquisa decorre do próprio modo de atuação do OTSS, cujo funcionamento se estrutura em processos coletivos, dialógicos e de construção compartilhada do conhecimento.

Nesse contexto, a inserção da pesquisadora, associada aos acúmulos previamente construídos no âmbito do Observatório, contribuiu para o fortalecimento da metodologia, assegurando maior coerência entre o percurso investigativo e as práticas de governança analisadas. Tal deslocamento metodológico reforça um princípio fundamental das pesquisas de caráter participativo: o desenho não se apresenta como estrutura rígida, mas se adapta às dinâmicas dos territórios e suas necessidades emergentes.

3.1 Caracterização socioambiental da área de estudo e conformação territorial do OTSS

A caracterização apresentada nesta seção parte de uma perspectiva socioambiental e busca contextualizar a análise da governança do OTSS, uma vez que compreender a conformação territorial em que o Observatório atua é fundamental para analisar sua dinâmica de expansão, suas estratégias de gestão e os desafios que atravessam seus processos decisórios. A governança do OTSS se estrutura em diálogo direto com os territórios, e, portanto, a delimitação da área de estudo não é apenas descritiva; ela expressa os condicionantes históricos, políticos e ambientais que moldam a sua atuação.

Figura 1 – Mapa comunidades tradicionais de atuação do OTSS, 2025



Fonte: cedido pelo OTSS.

Até 2020, as ações do OTSS concentravam-se em dois municípios do estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis e Paraty, e em um município do estado de São Paulo, Ubatuba. Nos anos mais recentes, esse escopo territorial foi ampliado para incluir Mangaratiba, no estado do Rio de Janeiro, e os municípios de Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, no estado de São Paulo.

Esses territórios compartilham dinâmicas socioambientais semelhantes, inseridos na área de influência da Baía de Santos e submetidos a pressões estruturantes como a expansão do pré-sal e outros grandes empreendimentos, o turismo predatório e a intensificação da especulação imobiliária. Tais processos incidem diretamente sobre os modos de vida de povos e comunidades tradicionais e constituem elementos centrais para compreender tanto a necessidade quanto a trajetória de consolidação da governança territorial promovida pelo OTSS.

A região conhecida como Costa Verde e apelidada de Bocaina, situada no litoral do Rio de Janeiro e o litoral norte de São Paulo é compreendida como um território ancestral, vivo e de aprendizagem, conforme propõe Borges (2023). Esse território configura-se como um dos espaços de maior sociobiodiversidade do bioma Mata Atlântica, reunindo florestas ombrófilas

densas, formações de restinga, costões rochosos, manguezais, além de ambientes marinhos e insulares. Trata-se de um conjunto de ecossistemas indissociável das práticas sociais e dos modos de vida tradicionais, nos quais espécies arbóreas não apenas estruturam a paisagem e abrigam a fauna e a flora associadas, mas também sustentam saberes, técnicas e usos historicamente construídos, como a produção de canoas, a pesca artesanal e outras formas de manejo do território.

A presença milenar dos Guarani Mbya, a formação de comunidades quilombolas como resistência ao regime escravocrata e a consolidação histórica do modo de vida caiçara estruturam uma ocupação marcada por múltiplas territorialidades, construídas na interação contínua entre cultura, paisagem e práticas de subsistência. A interdependência entre práticas tradicionais, justiça socioambiental e produção compartilhada do conhecimento são evidenciadas a partir desse processo histórico. Essa perspectiva permite compreender que o território não se define apenas por seus limites geográficos, mas pela complexa relação entre natureza, cultura e modos de vida que o constituem historicamente.

“No meio ambiente tem gente!” é a afirmação política que sintetiza a agenda de luta dos povos e comunidades tradicionais organizados nesses territórios. Há quase duas décadas, o FCT denuncia a sistemática invisibilização de suas territorialidades diante do avanço de grandes empreendimentos e de políticas que mercantilizam os bens comuns da natureza, deslocando modos de vida e fragilizando direitos historicamente constituídos.

Nessa relação, a Bocaina se configura como um espaço de sociobiodiversidade, onde a diversidade biológica está intrinsecamente associada à diversidade sociocultural que a produz e a conserva. Tal imbricação expressa o que Toledo e Barrera-Bassols (2008) denominam de patrimônio biocultural, isto é, o conjunto de saberes, práticas e valores que vinculam os povos à gestão coletiva da natureza e à continuidade de suas identidades culturais.

Essa configuração histórica conferiu à região uma sociobiodiversidade singular, onde os saberes tradicionais não apenas se entrelaçam aos ciclos da natureza, mas moldam ativamente os ecossistemas que hoje se busca conservar (Diegues, 2004; Balée, 1993; Gómez-Pompa, 1992). Nesses lugares, a territorialidade é compreendida em sentido ampliado, incluindo o mar como parte integral do território sagrado, fonte de deslocamento, espiritualidade e subsistência (OTSS, 2023).

Contudo, essa sociobiodiversidade encontra-se sob crescente ameaça. A presença da Usina Nuclear de Angra dos Reis, a exploração do Pré-Sal, a expansão da especulação

imobiliária, a duplicação de rodovias e a implementação de megaprojetos turísticos e de infraestrutura exemplificam como o capitalismo reorganiza os territórios em benefício do grande capital, promovendo deslocamentos e marginalização das comunidades tradicionais. A apropriação privada de terras públicas, impulsionada pelo turismo de luxo e pelo setor imobiliário, restringe o acesso aos bens comuns e transforma paisagens de uso coletivo em áreas de alto valor mercadológico, dificultando a reprodução dos modos de vida tradicionais e intensificando os processos de desterritorialização.

A duplicação da BR-101, por exemplo, fragmenta territórios, agrava alagamentos e poluição hídrica, além de comprometer práticas culturais como roçados e casas de farinha. No caso do Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, a obra fragmentou o território ao meio, dificultando a mobilidade interna e a reprodução das atividades comunitárias em seu território ancestral (OTSS, 2024).

A exploração do pré-sal na Bacia de Santos impôs novas camadas de pressão sobre os territórios marinhos tradicionais, alterando rotas pesqueiras, gerando perda de material de pesca, insegurança alimentar e contaminação das águas. O tráfego intenso e a presença de plataformas impactam os ecossistemas costeiros e desorganizam as práticas da pesca artesanal. Por fim, a pressão do mercado imobiliário e do turismo de alto padrão atua como força estruturante da desterritorialização.

Grilagem de terras públicas, instalação de marinas e condomínios de luxo transformam os bens comuns em mercadorias, elevam o custo da terra e inviabilizam a continuidade dos modos de vida tradicionais. Em toda a região, as comunidades tradicionais relatam a expulsão silenciosa de famílias, o rompimento de redes de parentesco e a criminalização de práticas ancestrais. Como denuncia o relatório do OTSS, “o capital cerca o território e tenta sequestrar a memória, a cultura e o futuro dos povos” (OTSS, 2024, p. 22).

Além dos megaprojetos e da intensificação da especulação imobiliária, as comunidades tradicionais enfrentam a presença crescente do crime organizado como força estruturante dos processos de desterritorialização. Grupos associados ao tráfico de drogas e às milícias disputam o controle de áreas costeiras e marinhas, impondo novas formas de violência cotidiana que incidem diretamente sobre a vida comunitária. Essa dinâmica amplia a insegurança das populações tradicionais, restringe a mobilidade nos territórios e compromete a continuidade de práticas culturais e produtivas historicamente enraizadas. Ao articular-se com o mercado formal, seja por meio do financiamento de empreendimentos turísticos, seja pela grilagem de

terras, o crime organizado opera como mais um mecanismo de territorialização do capital, aprofundando os processos de expropriação e acelerando a desestruturação sociocultural da região.

Nesse contexto, a pesca artesanal, atividade que historicamente estruturou o modo de vida caiçara, passa a ser estigmatizada inclusive no espaço escolar, onde jovens escutam que “é preciso estudar para não ser pescador”. Tal discurso, associado à ausência de políticas públicas consistentes voltadas à juventude, contribui para a fragilização dos vínculos territoriais e abre espaço para a atração de parte dos jovens pelo crime organizado, que oferece renda imediata e reconhecimento social em territórios marcados pela vulnerabilização.

Em paralelo, observa-se a expansão de igrejas pentecostais nos territórios, fenômeno heterogêneo que produz impactos distintos conforme suas orientações teológicas, políticas e formas de inserção comunitária. Estudos no campo da antropologia da religião indicam que determinados segmentos, especialmente aqueles articulados a projetos políticos conservadores e de extrema direita, tendem a reforçar valores que entram em tensão com práticas culturais fundamentadas na ancestralidade, no uso comum do território e na reprodução de modos de vida tradicionais.

À luz da colonialidade do poder e do saber, tais dinâmicas podem ser compreendidas como processos que deslegitimam racionalidades não hegemônicas e reafirmam hierarquizações culturais persistentes (QUIJANO, 2005). Esses segmentos passam a incidir sobre os usos do território como racionalidades externas, contribuindo para a fragmentação territorial e para o enfraquecimento dos laços comunitários (SANTOS, 2002). Assim, ainda que por vias distintas, tais dinâmicas se somam a outras forças estruturantes, como o crime organizado e os grandes empreendimentos que disputam o controle dos territórios e tensionam a continuidade das territorialidades tradicionais.

Esses diferentes vetores evidenciam que os impactos vividos pelas comunidades não podem ser compreendidos apenas como problemas ambientais, de saúde ou fundiários. Trata-se de um processo complexo e multidimensional de desterritorialização, que incide sobre a vida material e simbólica das populações tradicionais. Diante desse cenário, torna-se fundamental sistematizar os conflitos e dar visibilidade a territorialização do capital para transformar a denúncia em instrumento político de afirmação desses territórios.

É o que o Relatório Analítico de Perdas e Danos do OTSS, publicado em 2024, teve como objetivo: sistematizar os impactos gerados pela cadeia produtiva de petróleo e gás para

A compreensão da governança como prática territorializada, discutida no capítulo anterior, exige um aprofundamento das territorialidades no contexto das comunidades tradicionais. Os territórios não se reduzem a espaços físicos delimitados por fronteiras formais, mas constituem construções sociais, históricas e políticas, produzidas a partir de relações de poder e de vínculos identitários historicamente constituídos (Haesbaert, 2014). No caso dos povos e comunidades tradicionais, a territorialidade expressa um vínculo indissociável entre identidade, cultura e natureza, sendo condição fundamental para a reprodução de modos de vida ancestrais.

Avançando nessa compreensão, Haesbaert propõe uma leitura do território como devir, articulada a uma perspectiva decolonial, que permite compreender as territorialidades como processos dinâmicos e múltiplos. A noção de multiterritorialidade evidencia que os territórios das comunidades tradicionais se constituem a partir da sobreposição de escalas, temporalidades e racionalidades distintas, frequentemente atravessadas por relações de poder marcadas pela colonialidade (Haesbaert, 2021). Essa abordagem contribui para a análise da governança territorializada ao reconhecer que ela se constrói em territórios vivos, em permanente transformação e disputa.

Essa leitura é aprofundada quando articulada às reflexões de Ailton Krenak, que tensiona diretamente as separações modernas entre sujeito, território e natureza. Para muitos povos indígenas, o território não se configura como um bem passível de delimitação ou defesa nos termos jurídicos convencionais, mas como extensão do próprio corpo coletivo, onde memória, espírito e cultura se enraízam (Krenak, 2019).

Ao afirmar que “o território não é um lugar onde estamos, é o que somos” (KRENAK, 2019, P. 30), o autor evidencia que a dissociação entre identidade e território constitui um gesto colonial de fragmentação, convergente com as leituras críticas sobre territorialidade e colonialidade. Nesse sentido, as contribuições de Haesbaert e Krenak dialogam ao reforçar a compreensão do território como processo vivo, relacional e indissociável da reprodução dos modos de vida, elemento central para a análise da governança territorializada em contextos de povos e comunidades tradicionais.

A perspectiva quilombola também amplia a compreensão de território como espaço de vida, ancestralidade e resistência. Para os quilombos, o território é onde se guardam as memórias coletivas, se cultivam os modos de ser e se constrói a dignidade cotidiana frente à violência estrutural da sociedade brasileira. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), o

quilombo é um lugar de produção de identidades negras que desafiam a colonialidade do poder, da terra e do saber.

Assim, a territorialidade, analiticamente compreendida a partir de Santos (2002), permite identificar as formas pelas quais as comunidades tradicionais se organizam, resistem e negociam significados e práticas no espaço. Essa abordagem evidencia as relações de poder subjacentes, as assimetrias históricas e as tensões produzidas pelos distintos usos e apropriações territoriais. Nessa perspectiva, o território ultrapassa a condição de mero suporte das atividades econômicas, constituindo-se como expressão concreta e simbólica das relações humanas, fundamental para a afirmação identitária, a resistência política e a reprodução sociocultural das comunidades tradicionais.

Como apontam Gallo (2009) e Sobreiro (2016), os territórios tradicionais configuram-se como campos de disputa socioespacial, nos quais racionalidades distintas e por vezes inconciliáveis — se confrontam em torno do uso, do valor e do sentido da terra. O avanço do capitalismo e das políticas desenvolvimentistas tem, nesse contexto, imposto formas hegemônicas de apropriação do espaço, marginalizando territorialidades tradicionais e promovendo processos sistemáticos de desterritorialização.

Porto-Gonçalves (2018) destaca que a territorialização do capital se efetiva por meio da expropriação e da subordinação dos territórios tradicionais a uma lógica que os reduz a plataformas para a extração de recursos, rompendo os vínculos histórico-culturais entre os povos e seus espaços de vida. Esse processo, impulsionado por grandes projetos de infraestrutura, pela expansão do agronegócio e pela financeirização da natureza, reconfigura as relações socioecológicas e intensifica os conflitos territoriais.

A luta pelo território, portanto, não se limita à reivindicação da posse da terra, mas se expressa como uma disputa por modelos alternativos de governança e de gestão dos bens comuns. Acosta (2016) e Gudynas (2021) ressaltam que a colonialidade do poder impôs uma lógica de exploração da natureza e de mercantilização dos territórios, convertendo ecossistemas e paisagens em ativos econômicos subordinados às dinâmicas do mercado global.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2018) argumenta que os povos tradicionais não se configuram apenas como vítimas do avanço do capital, mas como sujeitos políticos ativos na defesa de seus modos de vida. Essa resistência se manifesta tanto na proteção material dos territórios quanto na afirmação de outras territorialidades, baseadas em relações socioecológicas distintas das impostas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento. Trata-se

de uma resistência que também se expressa no campo epistêmico, ao desafiar a colonialidade do saber e reivindicar a valorização de epistemologias historicamente marginalizadas (Quijano, 2005).

Assim, a luta dos povos tradicionais por seus territórios deve ser compreendida como um processo amplo de afirmação de cosmologias e modos de vida que confrontam a lógica de mercantilização da natureza (Acosta, 2016). A construção de alternativas ao modelo hegemônico passa pela valorização de práticas sociais e políticas ancoradas no bem viver, conceito que se estrutura em uma relação não utilitarista com a natureza e em formas de organização comunitária que tensionam a lógica da colonialidade do poder (Gudynas, 2021).

Os povos e comunidades tradicionais não apenas habitam, mas tecem a vida nos territórios que ocupam há séculos. Essas populações são responsáveis por práticas que historicamente asseguraram equilíbrio ecológico: manejam a terra respeitando seus ciclos, favorecem a regeneração ambiental e mantêm a diversidade genética dos ecossistemas (FAO; FILAC, 2021). Estudos internacionais reforçam essa centralidade. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2018) demonstra que territórios indígenas e tradicionais apresentam taxas de desmatamento significativamente menores do que áreas não protegidas, evidenciando que a presença desses grupos constitui fator de estabilidade ambiental. Estima-se, inclusive, que aproximadamente 80% da biodiversidade global esteja situada em terras ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais (FAO; FILAC, 2021).

A relação entre esses povos e seus territórios ultrapassa a dimensão material. Trata-se de uma vinculação também espiritual, política e cultural, que se expressa em sistemas de conhecimento ecológico frequentemente invisibilizados pela ciência hegemônica. Andrade e Urzedo (2021) demonstram que práticas como a roça de coivara, os sistemas agroflorestais e o manejo integrado do fogo são estratégias sofisticadas de regeneração ambiental, capazes de promover paisagens biodiversas e resilientes. Esses conhecimentos, estruturados em arranjos complexos, não se alinham às segmentações disciplinares da ciência moderna, mas constituem “um corpo de conceitos filosóficos sofisticados, ainda que a tradição acadêmica os defina como populares” (Lopes; Simas, 2021, p. 787).

Apesar de sua relevância, o reconhecimento jurídico dessas populações segue sendo um campo de disputa. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, estabelece o direito à autodeterminação e à consulta prévia, livre e informada sobre projetos que afetem seus territórios. No entanto, sua implementação esbarra na resistência de setores políticos e econômicos interessados em restringir direitos territoriais.

Da mesma forma, o Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), reconhece a importância dos PCTs para a preservação ambiental, mas sua efetivação tem sido fragilizada pela ausência de políticas públicas estruturantes e pela priorização de um modelo econômico baseado na exploração intensiva dos bens naturais (Brasil, 2007; ISA, 2022). A tentativa de implementação do chamado Marco Temporal é exemplo disso: ao restringir os direitos indígenas à posse comprovada anterior a 1988, nega a violência histórica da desterritorialização e ameaça a sobrevivência de comunidades inteiras.

A modernização agrícola no Brasil, intensificada a partir da chamada revolução verde, não solucionou os problemas estruturais do campo; ao contrário, consolidou um modelo de produção dependente de insumos químicos e biotecnológicos, marcado por desmatamentos, queimadas, degradação dos solos, contaminação de águas e redução da biodiversidade (Goldfarb; Mitidiero Júnior, 2021).

Como enfatiza Bernardo Mançano Fernandes (2008; 2013), a questão agrária deve ser compreendida como processo histórico de territorialização do capital, em que a terra é apropriada como mercadoria e instrumento de acumulação, aprofundando desigualdades e expropriações. Nesse contexto, a expansão da monocultura de exportação (especialmente soja e pecuária) tem sido acompanhada de expulsão violenta de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, desestruturação de sistemas alimentares locais e intensificação de conflitos fundiários (Arruzzo; Cunha; Santos, 2022).

Esse modelo, além de comprometer a sociobiodiversidade, não garante sequer a soberania alimentar nacional: “o Agro não alimenta o mundo porque não alimenta nem os brasileiros” (Goldfarb; Mitidiero Júnior, 2021, p. 35). O levantamento de De Olho nos Ruralistas (2023) confirma a gravidade dessa lógica, revelando que entre 2008 e 2021 quase 1.700 fazendas foram sobrepostas a terras indígenas, resultando em 46,9 mil hectares de áreas desmatadas ilegalmente. Essa ofensiva vem acompanhada da deslegitimação política das lutas socioterritoriais: indígenas, quilombolas e camponesas.

Diante desse cenário, a resistência indígena e comunitária assume papel fundamental, seja na luta pela demarcação de terras, seja na denúncia das práticas predatórias do agronegócio. Como argumenta Ricardo et al. (2021), os territórios indígenas e tradicionais atuam como barreiras contra o desmatamento e desempenham papel essencial na regulação do clima e dos ciclos hídricos.

O Relatório Dataluta 2020 demonstra que, sob o governo Bolsonaro, houve uma ofensiva explícita de deslegitimação das lutas socioterritoriais indígenas, quilombolas e

camponesas, marcada pelo bloqueio de demarcações e pela criminalização de ocupações, enquanto se fortalecia a expansão do agronegócio e da concentração fundiária (Dataluta, 2020). Assim, os PCTs vivem a contradição de serem reconhecidos globalmente como atores centrais na conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que, em nível nacional, sofrem políticas de invisibilização e vulnerabilização que ameaçam sua permanência nos territórios.

Nesse sentido, Sobreiro Filho (2020) enfatiza que a conflitualidade constitui um elemento essencial do território, pois as lutas socioterritoriais no Brasil expressam uma longa duração histórica. Para o autor, “a Geografia que defendemos e praticamos é aquela que compreende que espaço e o território também são a *alma mater* dos conflitos, ou seja, a conflitualidade é um atributo do espaço, das relações socioespaciais e socioterritoriais e seus processos de disputa-produção-consumo-transformação” (Sobreiro Filho, 2020, p. 6). Essa leitura reforça que a luta dos povos e comunidades tradicionais deve ser compreendida como continuidade de uma memória coletiva de resistências contra a territorialização do capital e contra as formas hegemônicas de poder.

Dessa forma, ainda que o agronegócio enquanto monocultura de exportação não se territorialize diretamente na região da Bocaina, sua lógica de mercantilização da terra atravessa os territórios tradicionais da região. O mesmo capital que expulsa comunidades no Centro-Oeste e no Norte do país se manifesta aqui na forma da especulação imobiliária, da turistificação predatória e da financeirização da natureza. Casas de alto padrão, avaliadas em dezenas de milhões de reais, são erguidas em áreas que historicamente foram territórios de uso coletivo de povos indígenas, quilombolas e caiçaras. Assim, a racionalidade do agro encontra correspondência do território litoral sudeste brasileiro, não pela lavoura ou pelo gado, mas pela conversão do território em mercadoria de luxo, tensionando modos de vida tradicionais e intensificando conflitos socioterritoriais.

3.2 Levantamento e Análise Documental

A primeira etapa compreendeu o levantamento e a análise de documentos institucionais produzidos pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), tais como relatórios técnicos, publicações, materiais pedagógicos e registros do Seminário de Integração realizado em julho de 2025. Essa análise foi conduzida de forma crítica e comparativa, em diálogo com os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa, buscando apreender os princípios que orientam a atuação do Observatório, identificar suas mediações e contradições e estabelecer nexos entre teoria e prática.

3.3 Seminário de Integração como Experiência Metodológica

A segunda etapa da pesquisa toma como referência o Seminário de Integração do OTSS, entendido aqui como expressão concreta do seu modelo de governança. O Seminário surgiu como demanda direta dos territórios, resultado da capilarização das ações do OTSS, que são protagonizadas pelo FCT. À medida que o Observatório se consolidou como espaço de articulação entre comunidades, instituições públicas e pesquisadores, tornou-se necessário criar um momento de convergência capaz de reunir experiências dispersas, promover o reconhecimento mútuo e fortalecer a dimensão coletiva da governança.

O encontro reuniu pesquisadores comunitários, lideranças do FCT e integrantes da equipe técnica do OTSS para compartilhar experiências, articular frentes de trabalho e construir uma leitura comum dos processos em curso um movimento que, nas palavras de Júlio Karai, um dos coordenadores do FCT e do OTSS, buscou fazer com que todos “entendessem o filme”.

As dinâmicas incluíram a divisão dos participantes em grupos de trabalho e a estruturação de acordo com os quatro eixos temáticos: Governança Viva, Justiça Socioambiental, Educação Emancipatória e Economia Solidária. Esses eixos foram estruturados com base nas bandeiras de luta do FCT. Metodologicamente, a proposta pedagógica foi baseada na pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o FCT e o próprio acúmulo metodológico do OTSS, que vem sendo desenvolvido a 15 anos.

A construção coletiva, o diálogo horizontal e, a retroalimentação entre os acúmulos dos processos formativos do OTSS e o processo de formação da pesquisadora no campo da geografia através do Programa de Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da UNESP. Nesse sentido, o Seminário não é apenas um objeto empírico de análise, mas também uma experiência que orienta o próprio percurso metodológico desta dissertação.

3.4 Análise de Dados

A terceira etapa correspondeu à sistematização das experiências, a partir da análise dos materiais produzidos no Seminário de Integração e em documentos correlatos. Essa etapa foi orientada pelas dimensões analíticas propostas na Matriz de Efetividade de Estratégias

Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (MAE) (Setti e Gallo, 2015), instrumento que será apresentado adiante. A análise concentrou-se, sobretudo, nas dimensões de autonomia e sustentabilidade, bem como no parâmetro de articulação em redes, que permitiram interpretar o conceito de governança viva na prática.

O cruzamento dos dados qualitativos foi realizado a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), em diálogo com a proposta de Canuto (2004), permitindo organizar categorias e indicadores emergentes da realidade investigada e consolidar a redação final da pesquisa. A devolutiva desse processo ocorreu ao longo da própria investigação, por meio de debates internos no Observatório e junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais, em coerência com os princípios da pesquisa-ação e da construção compartilhada do conhecimento.

A devolutiva desse processo se desenvolve no âmbito da Coordenação Geral do OTSS, composta por representantes do FCT e da Fiocruz, em articulação com a Coordenação Geral de Governança e Gestão do Observatório.

3.5 Dimensões Analíticas da Matriz de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde

A MAE constituiu o principal instrumento de análise desta pesquisa. Desenvolvida por Setti e Gallo (2014), a matriz foi concebida como uma ferramenta metodológica voltada à análise crítica de processos territoriais de promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável. O objetivo é aproximar a teoria da prática ao permitir a avaliação do impacto de ações e intervenções sobre padrões sustentáveis de produção e consumo, correlacionando-os aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à qualidade de vida das populações envolvidas. Sua abordagem intersetorial e interescalar favorece a compreensão integrada entre saúde, ambiente e território, especialmente no contexto das populações vulnerabilizadas.

Originalmente formulada como instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação, a MAE orienta a leitura crítica das estratégias territorializadas de desenvolvimento sustentável e saúde, estruturando-se em dimensões, parâmetros e variáveis que permitem analisar a efetividade das ações à luz de princípios éticos, políticos e operacionais. Nesta pesquisa, a matriz serviu como referência analítica para a interpretação dos materiais

produzidos no Seminário de Integração, funcionando como guia metodológico na sistematização das percepções, práticas e conteúdo que emergiram da dinâmica coletiva.

Na Planilha 1, esse processo é detalhado: as três dimensões centrais — equidade, sustentabilidade e autonomia — foram desdobradas em dimensões secundárias e parâmetros descritivos, permitindo identificar quais aspectos se manifestaram de forma mais evidente no Seminário e quais permaneceram menos explícitos, mas ainda compõem o quadro de referência analítica desta investigação.

Quadro 1: Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Fonte: elaboração do OTSS, tabela cedida.

Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde		
Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices/ Variáveis
Equidade	Diversidade	Representatividade dos povos
		Representatividade Geracional
		Equidade de Gênero
		Representatividade de Sexo
		Valorização da Cultura dos povos
		Conservação da Biodiversidade
	Vulnerabilidade	Melhoria e distribuição de Renda
		Exposição Geracional ao Risco
		Direito à terra
		Preservação ambiental
		Mitigação e Adaptação ao risco ambiental

		Promoção e adesão aos programas sobre Doenças negligenciadas
		Mobilidade comunitária
		Acesso aos serviços
		Racismo
		Autoestima
	Integralidade	Integralidade geracional
		Garantia de acolhimento nos diversos serviços
		Garantia dos direitos humanos
		Estabelecimento de vínculo com o território e entre atores / Pertencimento
Sustentabilidade	Ecologia de saberes	Espaços coletivos de gestão
		Bem-estar
		Mecanismos de produção do conhecimento
		Valorização do conhecimento popular/tradicional/nativo
	Territorialização	Necessidades do Território
		Hierarquia de prioridades
		Gestão compartilhada, cogestão
	Intersetorialidade	Convergência de Agendas
		Integração de stakeholders
		Integração interescalar
		Concepção/ Perspectiva holística
	Inclusão Produtiva	Força de trabalho local
		Implantação de políticas públicas
		Materiais locais
		Tecnologia Social
		Mapeamentos de recursos Marinhos
		Reservas Naturais da água ou outros recursos
		Capital natural

		Biodiversidade
		Alterações Climáticas (poluição, água, saneamento etc.)
	Redes de Solidariedade	Cooperação tecnocientífica
		Gestão horizontal
		Articulação em Redes
		Capital Social e Redes
Autonomia	Participação Social	Capacidade de intervenção
		Poder de decisão
		Intensidade de representatividade / Adesão
		Intensidade de participação
	Empoderamento	Capacidade de formulação
		Coordenação de Redes
		Capacidade de gestão
		Capacidade de articulação em rede
		Transparência, Ética, Comunicação
		Resiliência
		Capacidade de identificar e articular parceiros
		Capacidade de inovação
		Protagonismo do movimento social
		Fortalecimento das comunidades
		Suporte de capital social / Estruturas de participação
		Educação emancipatória/ problematizadora

As dimensões centrais da MAE foram todas mobilizadas nesta análise, mas, em função das características do Seminário de Integração, alguns parâmetros ganharam maior destaque enquanto outros permaneceram menos evidentes. Assim, aspectos como diversidade e representatividade dos povos (Equidade), ecologia de saberes e gestão compartilhada (Sustentabilidade), bem como participação social, poder de decisão e protagonismo comunitário (Autonomia) emergiram de forma mais explícita. Outros parâmetros, ainda que não tenham sido igualmente aprofundados nos debates, permanecem como parte do quadro analítico de referência, garantindo que a leitura seja orientada pelo conjunto da matriz.

4 GOVERNANÇA E AUTONOMIA: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS A PARTIR DOS TERRITÓRIOS

Diante de um cenário em que a implementação de legislações raramente assegura a autonomia dos povos e comunidades tradicionais, a governança territorial no Sul Global configura-se como campo de disputa permanente. Modelos hegemônicos de gestão entram em tensão com formas autônomas de organização social e política, gerando conflitos em torno da terra, dos bens comuns e da sociobiodiversidade. Na América Latina, autoras como Maristella Svampa (2016) e Catherine Walsh (2018) demonstram que a governança estatal, ancorada em paradigmas de desenvolvimento, tem favorecido dinâmicas de expropriação territorial e destruição ambiental em nome do progresso econômico.

A crítica também emerge de perspectivas africanas. Sylvia Tamale (2018) adverte que a retórica da participação pode ser instrumentalizada como mecanismo de perpetuação da espoliação contemporânea. Segundo a autora, Estados e instituições internacionais muitas vezes promovem formatos de “governança” que não dialogam com sistemas tradicionais de organização política e econômica, mas os substituem por arranjos institucionais voltados a interesses de elites locais e corporações transnacionais. Nesse contexto, a participação não fortalece a autodeterminação dos povos, mas funciona como dispositivo de legitimação de projetos excludentes.

Esse debate conecta-se às reflexões sobre a colonialidade do poder e a apropriação de discursos progressistas para fins de dominação. A literatura crítica enfatiza que não basta que a governança seja participativa, é necessário que seja territorializada, isto é, enraizada nos modos de vida, nos saberes e nas práticas coletivas de gestão dos povos e comunidades tradicionais. Quando desvinculada desse enraizamento, a participação tende a reproduzir lógicas de expropriação, intensificando a espoliação territorial e a degradação socioambiental.

No Brasil, a justiça socioambiental tem se consolidado como eixo central das discussões sobre governança territorial. Autores como Henri Acselrad (2010) e Edmundo Gallo (2019) ressaltam a urgência de modelos que assegurem a efetiva participação das comunidades na tomada de decisões, reconhecendo seus direitos sobre territórios e bens comuns. Esse horizonte também é reivindicado por movimentos socioterritoriais como o MST, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e diversas organizações camponesas e indígenas como a Via Campesina, que há décadas defendem a reforma agrária popular, a agroecologia e a soberania

alimentar como fundamentos de uma governança enraizada no território (Stedile, 2011; Mpa, 2014).

A governança territorial é um dos principais campos de disputa dentro do debate sobre desenvolvimento e justiça socioambiental. Embora o conceito de governança seja frequentemente utilizado para descrever processos de regulação e gestão estatal, sua aplicação prática reflete relações de poder e disputas por autonomia territorial. Nesse sentido, Gallo (2009) destaca que os arranjos de governança em territórios tradicionais devem ser compreendidos a partir das práticas cotidianas e das formas locais de organização, que operam segundo uma lógica distinta da racionalidade técnica e normativa do Estado. Sua abordagem propõe uma governança territorial viva, baseada em vínculos comunitários e em processos de decisão que valorizam o saber situado, a reciprocidade e o fortalecimento da autonomia coletiva.

Ao longo da história, diferentes modelos de governança foram impostos aos territórios tradicionais, desconsiderando suas formas próprias de organização social e política (Quijano, 2005). No Brasil, a governança sempre esteve fortemente vinculada ao Estado, seja pela regulação da terra, pela condução de políticas ambientais ou pela administração de recursos naturais. Contudo, essas políticas raramente garantiram a participação efetiva das comunidades, resultando em processos de expropriação, degradação ambiental e conflitos socioeconômicos (Zhourí; Laschefski, 2010; ISA, 2022).

Como observa Gallo (2009), a adoção de modelos institucionais que ignoram as dinâmicas territoriais tende a reduzir a participação das comunidades a um ritual formal, esvaziado de poder decisório. Nessas circunstâncias, o protagonismo coletivo dos povos tradicionais é substituído por mecanismos de consulta meramente instrumentais. Ao privilegiar estruturas hierárquicas e tecnocráticas, tais modelos não apenas limitam a autonomia comunitária, mas também reproduzem a colonialidade que historicamente marca as relações entre Estado e territórios tradicionais.

A governança, portanto, não é neutra. Em muitos casos, a implementação de modelos hegemônicos de gestão territorial serviu para reafirmar a colonialidade do poder, perpetuando a exclusão das comunidades tradicionais dos espaços de decisão e subordinando seus territórios à lógica da acumulação capitalista (Quijano, 2005; Svampa, 2016). Gallo (2009) aponta que

essa forma de governar silencia os conflitos e tende a transformar sujeitos coletivos em objetos de políticas públicas, ignorando a complexidade socioterritorial de seus modos de vida.

Ao mesmo tempo, formas alternativas de governança vêm sendo articuladas pelos próprios povos tradicionais, que buscam consolidar redes autônomas de decisão baseadas na reciprocidade, na valorização de saberes locais e na resistência contra processos históricos de expropriação (Acosta, 2016; Gallo et al., 2019). Como analisa Sobreiro (2016), os movimentos socioterritoriais não apenas reagem às dinâmicas externas impostas aos seus territórios, mas também constroem projetos próprios de vida e produção do espaço.

A partir de racionalidades políticas enraizadas em seus modos de vida, esses movimentos instauram lógicas alternativas de organização espacial, que desestabilizam os discursos hegemônicos de planejamento e desenvolvimento estatal. Essa leitura contribui para compreender a governança como um campo em disputa, no qual a agência coletiva se manifesta na própria (re)produção territorial (Sobreiro, 2016).

Historicamente, a governança no Brasil esteve atrelada à administração pública e à condução estatal das políticas territoriais. Reformas institucionais buscaram modernizar a gestão, introduzindo princípios de eficiência e descentralização, frequentemente em diálogo com o setor privado (Bresser-Pereira, 1998; Gaetani, 2013). No entanto, essa abordagem tem sido criticada por aprofundar desigualdades e excluir do debate os sujeitos historicamente marginalizados (Avritzer, 2012).

Essa perspectiva estatal também se manifesta nas políticas ambientais e territoriais. A criação de Unidades de Conservação (UC) sem diálogo com comunidades tradicionais e a imposição de megaprojetos de infraestrutura são exemplos de processos que desconsideram a autodeterminação dos povos e reforçam conflitos socioambientais (Porto-Gonçalves, 2018).

As normativas internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecem o direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada, mas sua aplicação no Brasil tem sido limitada e frequentemente violada. O avanço de políticas como o Marco Temporal, que restringe os direitos territoriais indígenas à posse comprovada antes da Constituição de 1988, ilustra como as disputas pela governança dos territórios estão diretamente ligadas à expropriação de terras e à manutenção das desigualdades estruturais.

A proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais é assegurada por diversas legislações nacionais que buscam garantir o reconhecimento e a valorização dessas culturas e direitos territoriais. A Constituição Federal de 1988 é a principal legislação que aborda esses direitos, destacando-se o Artigo 231, que reconhece os direitos dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais e garante a autonomia para suas organizações sociais, políticas e culturais. Esse artigo também estabelece que qualquer ocupação ou exploração de terras indígenas deve ser precedida de consulta e consentimento dos povos afetados. Complementarmente, o Artigo 232 assegura que os povos indígenas possam recorrer ao Poder Judiciário para proteger seus direitos.

O Estatuto do Índio, estabelecido pela Lei nº 6.001 de 1973, embora tenha sido parcialmente substituído pela Constituição de 1988, ainda contém disposições relacionadas à proteção dos povos indígenas, especialmente no que se refere à proteção de suas terras e modos de vida. A Lei nº 9.636 de 1998 trata do patrimônio genético e do acesso ao conhecimento tradicional associado, garantindo a participação das comunidades tradicionais nos benefícios derivados da exploração desses conhecimentos.

No campo da educação específica para povos e comunidades tradicionais, a Lei nº 11.645 de 2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino sobre a história e a cultura indígena e afro-brasileira nas escolas, promovendo a valorização dessas culturas no sistema educacional. Em 2015, a Lei nº 13.123 regulamentou a proteção e o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional, assegurando a participação das comunidades tradicionais nos benefícios gerados pela exploração desses recursos.

O Decreto nº 6.040 de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o objetivo de promover a valorização das práticas tradicionais e garantir direitos territoriais e culturais desses grupos. O Decreto nº 7.747 de 2012 regulamenta o processo de consulta prévia, livre e informada para comunidades tradicionais e indígenas, em casos de projetos que possam impactar suas terras e modos de vida.

Em 1981, o Brasil iniciou o processo de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), formalizado com a Lei nº 9.985 de 2000. Essa legislação instituiu um sistema abrangente de áreas protegidas, classificadas em duas categorias principais: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. O objetivo declarado era

assegurar a conservação da biodiversidade, proteger ecossistemas e promover o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

No entanto, a forma como essas unidades foram implementadas teve forte impacto sobre povos e comunidades tradicionais. Na Bocaina, a criação de UC's federais como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA) e a Estação Ecológica de Tamoios (ESEC) exemplificam essa contradição. Embora voltadas à conservação, essas áreas frequentemente restringiram práticas tradicionais, desconsideraram sistemas locais de manejo e criaram focos de conflito socioambiental. A sobreposição entre áreas protegidas e territórios tradicionais, somada à ausência histórica da Consulta Livre, Prévia e Informada, resultou em insegurança jurídica, criminalização de práticas de subsistência e exclusão das comunidades dos processos decisórios.

Apesar da proposta participativa que fundamenta os Mosaicos no âmbito do SNUC, na prática a gestão dessas áreas ainda é marcada por assimetrias institucionais e pela imposição de lógicas conservacionistas, que não reconhecem plenamente as territorialidades vivas e a centralidade dos povos tradicionais na preservação da sociobiodiversidade (Mattoso; Moraes, 2006).

Essa mesma contradição se repete em outras políticas e marcos legais: embora reconheçam formalmente os direitos territoriais, sua aplicação tem sido limitada, e os povos tradicionais continuam sendo impactados por projetos de desenvolvimento que desconsideram sua autonomia e autodeterminação. Murúa (2020), ao analisar a política do pré-sal no Litoral Norte Paulista, mostra que, apesar da retórica oficial de participação, direitos fundamentais como a Consulta Livre, Prévia e Informada e a regularização fundiária foram negligenciados, evidenciando a instrumentalização da participação para legitimar processos de espoliação.

Por outro lado, há situações em que as próprias comunidades conseguem disputar essas brechas institucionais e ressignificá-las em favor da defesa de seus territórios. O Projeto Povos, viabilizado por condicionantes socioambientais impostas à Petrobras no âmbito do licenciamento ambiental federal conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), foi conquistado pelo FCT como oportunidade de caracterização participativa dos territórios. O projeto, executado pelo OTSS, adota uma metodologia de pesquisa-ação participativa, combinando oficinas comunitárias, cartografia social, diagnósticos situacionais e georreferenciamento colaborativo.

Entre 2019 e 2024, o projeto caracterizou 98 comunidades tradicionais localizadas em Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, envolvendo mais de 850 representantes comunitários na produção de 7.546 elementos cartográficos, 200 mapas e 10 publicações. Em sua segunda fase, com execução prevista até 2029, a iniciativa ampliará sua atuação para mais de 200 territórios caiçaras, indígenas e quilombolas distribuídos ao longo do litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo (OTSS, 2025).

Além do FCT, participam como parceiros a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), a CONAQ, a CGY, entre outros movimentos sociais e instituições parceiras.

Figura 3 - Publicações do projeto Povos, 2024



Fonte: Site do OTSS, recorte da autora.

As publicações resultantes do Projeto Povos refletem a própria dinâmica participativa que estrutura o processo de caracterização dos territórios. As capas, ilustradas com imagens inspiradas nas próprias pessoas desses lugares, representam moradoras e moradores das comunidades participantes, evidenciando que quem aparece nas ilustrações é também quem constrói os dados, discute os diagnósticos e elabora as estratégias de manejo. Essa opção estética e política reafirma que o conhecimento territorial não é objeto de observação externa, mas expressão viva das comunidades que o produzem, sustentam e defendem.

A presença dessas populações nos processos de levantamento e planejamento territorial transforma a própria relação entre Estado e comunidades tradicionais. Quando os sujeitos coletivos deixam de ser tratados como beneficiários e passam a atuar como agentes políticos na formulação e gestão de seus territórios, o Estado é tensionado a reconhecer novas formas de autoridade e legitimidade.

Nesse movimento, a governança deixa de operar como mera instância administrativa e passa a se configurar como campo de disputa, de afirmação de direitos e de construção de redes solidárias, de projetos em comum. A construção de modelos sustentáveis e equitativos de desenvolvimento exige a participação ativa das comunidades tradicionais na formulação de políticas públicas e na produção do conhecimento. No entanto, historicamente, os processos de governança e pesquisa foram moldados por abordagens coloniais e centralizadas, que desconsideram epistemologias locais e perpetuam a marginalização de populações indígenas, quilombolas e camponesas (Valla, 2006).

A produção científica e o desenvolvimento de políticas públicas frequentemente se apropriam dos conhecimentos das comunidades tradicionais sem o devido reconhecimento e sem a repartição justa dos benefícios gerados. Esse fenômeno, descrito como colonialismo epistêmico, reflete um modelo de conhecimento que historicamente invisibiliza as práticas e cosmologias dos povos originários (Quijano, 2005). Como aponta Nego Bispo Santos (2023), o fortalecimento desses saberes deve ser mais do que um mecanismo estratégico: trata-se de um compromisso ético e político da ciência, um caminho para a contracolonização dos territórios e o reconhecimento da autonomia dos povos tradicionais.

Nesse horizonte, as redes de solidariedade constituem um arranjo metodológico e político fundamental. Elas não apenas conectam comunidades em torno da defesa de seus territórios, mas também permitem a circulação de saberes, a criação de mecanismos de autogestão e a produção de alternativas frente às imposições do capital.

Essas redes não emergem como estruturas estáticas, mas como tramas em movimento, continuamente reatualizadas na memória e na prática das lutas territoriais. Sobreiro Filho (2020), ao inscrever a conflitualidade como atributo constitutivo do espaço, revela que cada insurgência deixa marcas que alimentam outras, produzindo uma reticulação histórica das resistências. Essa dimensão reticular encontra ressonância no pensamento decolonial latino-americano, em que Walsh (2018) identifica nas redes a possibilidade de articular projetos de vida contra-hegemônicos, capazes de romper a lógica do extrativismo e das homogeneizações culturais. Nesse entrecruzamento, a ideia de rede deixa de ser apenas um arranjo organizativo para se tornar horizonte político.

No campo da saúde coletiva, o livro *O Território Pulsa*, escrito de forma compartilhada entre o FCT e a Fiocruz, publicado em 2019, demonstra como os arranjos horizontais e

participativos expandem a capacidade de ação comunitária, sugerindo que as redes operam também como formas de governança que sustentam práticas de autonomia e de autogestão (GALLO et al., 2019). Dessa forma, as redes de solidariedade são menos um instrumento e mais uma condição de possibilidade: um modo de tecer coletivamente alternativas, de habitar a justiça socioambiental e de afirmar o bem viver enquanto projeto político.

Na prática, as redes de solidariedade se expressam em múltiplos campos de atuação: nos movimentos camponeses que articulam experiências de agroecologia e soberania alimentar, nas iniciativas feministas que integram cuidado, economia solidária e conservação da biodiversidade (Nobre; Pacheco; Gomes, 2019), nas alianças indígenas que reafirmam o direito à autodeterminação em escala local e transnacional, e nas articulações socioambientais que conectam territórios em resistência ao avanço do extrativismo e de grandes empreendimentos (Svampa, 2016). Esses exemplos mostram que, mais do que um conceito abstrato, as redes de solidariedade constituem práticas vivas de organização política e de produção de alternativas, nas quais diferentes sujeitos coletivos se reconhecem e se fortalecem mutuamente.

5 TERRITORIALIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BOCAINA

A territorialização da ciência na Bocaina deve ser compreendida como um processo atravessado por múltiplas escalas, no qual práticas locais, demandas comunitárias e agendas institucionais se encontram. Nesse movimento, a ciência não atua em um vazio, mas em territórios historicamente habitados por povos indígenas, quilombolas e caiçaras, que organizam suas lutas em defesa do território, dos modos de vida e do patrimônio biocultural.

É fundamental reconhecer que esses povos não são apenas sujeitos sobre os quais a ciência incide, mas também produtores de conhecimento, a partir de sistemas próprios de observação, experimentação e transmissão intergeracional. Esses saberes, enraizados nas práticas cotidianas e nas relações com o território, constituem formas sistemáticas de produzir e validar conhecimentos, ainda que organizadas segundo lógicas distintas da ciência moderna.

O desafio, portanto, não está em equiparar indistintamente diferentes formas de conhecimento, mas em reconhecer a existência de múltiplos regimes de produção de saber, mantendo a necessidade de critérios de validação, especialmente em campos como a saúde, nos quais decisões têm impactos coletivos significativos.

Nesse sentido, a territorialização da ciência na Bocaina - compreendida à luz da leitura de Milton Santos sobre a produção do espaço em que verticalidades e horizontalidades se articulam - não implica a substituição de um modelo por outro, mas a construção de diálogos possíveis, baseados no reconhecimento, na responsabilidade e na complementaridade entre diferentes formas de conhecimento.

O diálogo entre esses territórios e o campo científico traz à tona o conceito de verticalização, formulado por Milton Santos, que aqui é considerado em seu potencial positivo. Para o autor, as verticalidades são “ações pontuais que, ligadas a ordens distantes, obedecem a uma lógica muitas vezes estranha ao lugar” (Santos, 1996, p. 212). No entanto, quando essas ações se articulam com as horizontalidades, podem ampliar a capacidade de ação dos territórios e criar possibilidades de transformação.

Na Bocaina, esse processo não se dá de maneira homogênea ou linear, mas por meio de tensões, negociações e práticas de coprodução de conhecimento. A territorialização da ciência, nesse sentido, aparece como campo de disputa e de criação, em que diferentes racionalidades, sejam elas acadêmicas, estatais e/ou territoriais se encontram, se confrontam e, de forma

propositiva, se complementam. Este capítulo se dedica a explorar essas dinâmicas, situando a ciência como parte constitutiva das transformações em curso no território.

5.1 A Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição de renome internacional que se destaca pela excelência em pesquisa científica em saúde na América Latina. Fundada em 1900, no Rio de Janeiro, a Fiocruz tem desempenhado um papel fundamental no avanço do conhecimento científico e na promoção da saúde coletiva. Instituição historicamente ligada ao movimento sanitário e à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), teve seu surgimento em um contexto de grandes desafios de saúde pública no país, como a febre amarela e a varíola, que assolavam as populações urbanas.

O movimento sanitário, influenciado por ideias progressistas e reformistas, buscava melhorar as condições de saúde da população brasileira através de medidas de higiene pública, saneamento básico e controle de epidemias. A Fiocruz se destacou nesse cenário ao realizar pesquisas pioneiras e campanhas de vacinação que contribuíram para o controle dessas doenças¹. Esse compromisso culminou na criação do SUS em 1988, durante a Assembleia Constituinte. O SUS foi uma conquista histórica que consolidou os princípios do movimento sanitário, estabelecendo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. A Fiocruz desempenhou um papel fundamental nesse processo, contribuindo com sua expertise científica e sua capacidade de mobilização social para garantir a implementação de um sistema de saúde público, universal, integral e equitativo no Brasil.

Desde 2003, os Congressos Internos realizados no âmbito da instituição, notadamente os V, VI e IX, têm destacado a necessidade de revisão da estrutura regimental da Fundação. Essa revisão busca incorporar novos organismos capazes de estabelecer relações profundas com movimentos sociais, baseadas na territorialização das ações e em modelos de governança mais horizontalizados e desburocratizados. Teses aprovadas, como a Tese 1 (a Fiocruz e o futuro do

¹ O mesmo aconteceu durante a recente epidemia do COVID-19, em 2020, quando desempenhou um papel central no Brasil na fabricação de vacinas para a população. Em parceria com a Universidade de Oxford/AstraZeneca, a Fiocruz assumiu a responsabilidade pela produção da vacina conhecida como AZD1222 ou ChAdOx1 nCoV-19 (FIOCRUZ, 2020). A Fiocruz trabalhou intensamente para adaptar suas instalações e capacidades de produção para fabricar milhões de doses da vacina, com o objetivo de atender à demanda nacional e contribuir para a distribuição global através do consórcio COVAX (FIOCRUZ, 2020).

sus e da democracia), a Tese 10 (fortalecimento das relações com movimentos sociais e governança participativa) e a Tese 11 (violência e saúde pública), reforçam o papel estratégico da Fiocruz na defesa do SUS democrático e inclusivo, integrado à promoção da justiça social e da democracia (FIOCRUZ, 2022).

A Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), instituída em 2009, incorporou novos arranjos político-institucionais focados no fortalecimento da qualidade da atenção em saúde, a partir dos Determinantes Sociais da Saúde e posteriormente da Determinação Social da Saúde, considerando os processos históricos, econômicos e políticos com estruturantes das condições de saúde (Laurell, 1983; Breith 2010).

Figura 4- Modelo de determinantes sociais da saúde



Fonte: Adaptado de BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7>

A Fiocruz tem promovido amplamente o debate sobre Determinação Social da Saúde, destacando sua relevância para enfrentar desigualdades estruturais. Buss e Pellegrini (2007), Garbois, Sodré e Dalbello-Araújo (2017) vem afirmando que essa abordagem revela dinâmicas profundas que conectam saúde, território, políticas públicas e estruturas econômicas, como a mercantilização da terra e do espaço urbano. Adotar essa perspectiva implica, portanto, uma abordagem intersetorial, que articula justiça social, sustentabilidade ambiental e participação popular no desenho das soluções.

Essa articulação entre saúde e sustentabilidade, orientada pelos princípios da Determinação Social da Saúde, está no cerne do conceito de Territórios Sustentáveis e Saudáveis. Tal conceito, desenvolvido e praticado a partir de 2009 no âmbito do OTSS e consolidado nos últimos 15 anos (Gallo, 2021), reflete uma perspectiva crítica da transformação socioterritorial voltada para a promoção da saúde.

O OTSS é fruto de uma parceria entre a Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e tem como fundamento o diálogo entre saberes tradicionais e científicos na formulação de estratégias para territórios sustentáveis e saudáveis.

A partir de processos metodológicos como a da cartografia social, planejamento territorializado (figura 5), os roteiros pedagógicos de formação e a Matriz de Análise de Efetividade, o OTSS desenvolve processos de governança territorial que envolvem mais de 150 comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas da região. Esse trabalho é hoje reconhecido como referência nacional na promoção de políticas integradas de saúde, sustentabilidade e equidade nos territórios tradicionais.

Figura 5 - Pesquisadores durante atividade de planejamento participativo e territorializado no território de atuação do OTSS, 2016



Fonte: Imagem cedida, acervo OTSS.

O trabalho desenvolvido pelo Observatório tem sido amplamente reconhecido por sua contribuição à promoção integrada da saúde, da sustentabilidade e da equidade nos territórios tradicionais. Ao longo dos anos recebeu importantes premiações nacionais e internacionais que reafirmam sua relevância metodológica e política. Em 2018, o OTSS recebeu menção honrosa

no Prêmio ODS Brasil, na categoria Ensino, Pesquisa e Extensão, pelo conjunto de ações que articulam saberes científicos e tradicionais em prol do desenvolvimento sustentável. No ano seguinte, em 2019, a iniciativa Saneamento Ecológico do OTSS foi reconhecida durante o Primeiro Fórum Popular de Promoção da Saúde da Fiocruz, destacando a inovação social e o protagonismo comunitário em soluções de saneamento nos territórios da Bocaina.

Em 2020 foi reconhecido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como uma das experiências vencedoras do prêmio “Investimentos Transformadores para o Desenvolvimento Sustentável”. A iniciativa destacou o OTSS como exemplo de inovação institucional e de integração entre políticas públicas, ciência e saberes tradicionais na promoção do desenvolvimento territorial sustentável. O reconhecimento da CEPAL evidenciou o caráter pioneiro do Observatório na construção de metodologias participativas voltadas à gestão compartilhada dos territórios e à valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, reforçando sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

No ano de 2021, o OTSS foi novamente reconhecido, desta vez pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), na 1ª Mostra de Experiências Exitosas de Promoção da Saúde no Brasil, pela efetividade de suas estratégias participativas de gestão territorial.

Em 2023, o Observatório foi premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), na 25ª edição do Concurso Inovação no Setor Público, na categoria Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal, consolidando-se como uma referência nacional em políticas públicas territorializadas.

Essa trajetória levou à proposição do Campus Avançado de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz, que visa institucionalizar uma Rede de Formação em Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde articulada ao SUS, em parceria com universidades, órgãos de governo e movimentos sociais. Essa iniciativa retoma e fortalece diretrizes aprovadas nos Congressos Internos da Fiocruz, que apontam a necessidade de estruturas mais horizontais e territorializadas para a promoção da saúde e da equidade. Segundo a própria instituição, esse projeto consolida um modelo de atuação baseado na articulação entre ciência crítica, participação popular e defesa dos bens comuns — incluindo o direito ao território e à diversidade de modos de vida. Desta forma, a atuação da Fiocruz na Bocaina, em aliança com o FCT, representa não apenas uma estratégia de saúde pública, mas a construção de um

paradigma alternativo de desenvolvimento, que reconhece a centralidade da justiça cognitiva e socioambiental.

Esse processo de aproximação entre ciência e território, ancorado na confiança mútua e na construção coletiva, é reconhecido pelas próprias lideranças comunitárias como um caminho promissor para a transformação socioterritorial. Vagner Nascimento, quilombola e um dos principais líderes do FCT, destaca:

A Fiocruz é uma instituição científica de saúde que tem processos democráticos, os quais admiramos, e uma visão de que os processos científicos não são neutros. Ela traz com clareza essa forma de fazer ciência crítica focada nas ciências sociais, que dialoga com diferentes atores e movimentos sociais. O FCT se identificou com essa forma de fazer ciência e discutir saúde e território, pois considera extremamente importante abrir tais canais de diálogo como organização social. Então, além de alguns desafios, identifica-se com o que representa essa instituição no país. (Nascimento, 2019).

5.1.1 A Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec)

A Fiotec — Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde — é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, criada para apoiar a Fiocruz em suas funções de ensino, pesquisa, desenvolvimento institucional, produção de insumos e gestão. Formalizada por escritura declaratória, tem como missão viabilizar de forma ágil e transparente a execução de projetos estratégicos da instituição, garantindo que o conhecimento científico produzido se traduza em ações efetivas de interesse público (FIOTEC, 1998; 2023).

Mais do que uma estrutura de apoio administrativo, a Fiotec é o mecanismo que permite a gestão de recursos públicos vinculados às condicionantes ambientais de grandes empreendimentos. É através dela que compromissos estabelecidos em processos de licenciamento ambiental se transformam em iniciativas concretas voltadas à saúde coletiva, à sustentabilidade territorial e à justiça socioambiental.

Essa função se materializa em projetos como o Redes: Tecendo Saberes, Construindo Autonomia, o Projeto Povos, entre outros projetos executados pelo OTSS. Alguns desafios importantes a serem citados são a dificuldade na flexibilidade na execução, dinamização de prioridades e a compreensão das especificidades dos territórios, assegurando que a gestão financeira acompanhe os ritmos e necessidades próprios de processos construídos de forma participativa. A compreensão desses desafios reflete o processo organizacional de uma

iniciativa que se propõe a dialogar com outros tempos, movimentos e estratégias que partem dos territórios – ao mesmo tempo em que é necessário cumprir as regulamentações governamentais de execução de verba pública.

5.2 O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

O Fórum é um movimento socioterritorial criado em 2007 por comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras da região, articuladas em torno de uma plataforma política comum. Muito além de um espaço de resistência, atua como sujeito coletivo que constrói estratégias de controle social, justiça socioambiental e valorização dos modos de vida tradicionais, mobilizando saberes, práticas e alianças entre os diferentes povos, instituições e territórios.

Essa aliança entre os três povos constituintes não é apenas uma articulação tática, mas um projeto político baseado em princípios comuns como o bem viver, a autodeterminação dos povos, o reconhecimento da sociobiodiversidade e o direito ao território. Trata-se de uma cosmovisão que confronta o paradigma desenvolvimentista hegemônico, operando desde os territórios como instância formadora de alternativas.

O Fórum também tem atuado como instância pedagógica e diplomática, promovendo formações políticas, intercâmbios entre comunidades e diálogos com instituições públicas, sempre a partir de metodologias horizontais e de escuta ativa. Sua atuação consolidou o movimento socioterritorial como referência na luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais — tanto em espaços de controle social quanto em conselhos e conferências de políticas públicas.

Como afirma Vagner Nascimento, liderança quilombola e coordenador do Fórum:

Essa mobilização foi importante no sentido da gente olhar para as mesmas questões e dificuldades, para dentro da realidade do cotidiano desses grupos. E enxergamos juntos várias ausências de políticas públicas, ausências que nos afetam diretamente em diversas áreas. Alguns avanços que obtivemos durante essa nossa resistência no território foram a partir de muita luta, tanto para conquistar algumas questões ligadas diretamente à área do direito dos povos tradicionais e do reconhecimento desses grupos, quanto para mostrar sua riqueza e seu modo de vida como patrimônio do Brasil. (Nascimento, 2019).

As principais bandeiras do FCT como a agroecologia, o saneamento ecológico, o turismo de base comunitária, a educação diferenciada, a pesca artesanal e a gestão costeira e marinha, o fortalecimento das juventudes e a valorização das culturas tradicionais são expressões concretas de um projeto territorial contra-hegemônico. A defesa do território é o fio

condutor dessas ações, entendido não apenas como espaço físico, mas como campo de vida, memória, espiritualidade e luta. Por isso, o FCT não apenas resiste às violações, mas propõe. Constrói alianças, formula políticas, ocupa os espaços de decisão e tensiona os sentidos de desenvolvimento, de educação, de saúde e de justiça a partir do fortalecimento dos saberes e práticas desses povos, como ilustra a Figura 6:

Figura 6- Safra de Juçara de 2016



Fonte: Imagem cedida, acervo OTSS.

Sua atuação nos territórios se dá também por meio da produção de saberes e da circulação de experiências, consolidando o Fórum como um agente formador tanto para as comunidades quanto para o Estado e a sociedade. A mobilização regional impulsionada pelo FCT possibilitou a criação de redes com outras organizações de povos e comunidades tradicionais em diferentes estados do Brasil, fortalecendo o intercâmbio entre cosmovisões diversas e a construção de solidariedades sul-sul.

No marco de seus quase vinte anos de trajetória, o FCT sistematizou suas práticas e desafios no documento da campanha “FCT+20”, reafirmando que a identidade coletiva que sustenta o movimento não é estanque ou essencializada, mas está em constante reelaboração diante das ameaças e disputas por reconhecimento. Essas identidades, construídas no vínculo com a terra, na oralidade e na ancestralidade, emerge como vetor político e cultural, como

aponta Castells (2010), ao destacar que a afirmação identitária constitui alavanca fundamental para a transformação social.

As campanhas impulsionadas pelo FCT também se tornaram ferramentas estratégicas de visibilidade e mobilização. A campanha “Preservar é Resistir”, de 2014, denunciou as ameaças aos modos de vida e ampliou a visibilidade das comunidades tradicionais da Bocaina frente aos processos de expropriação territorial.

Em 2020, a campanha Cuidar é Resistir foi criada para mitigar os impactos da pandemia de COVID-19 nos territórios tradicionais. O Fórum através do Observatório articulou amplas redes de solidariedade e cooperação comunitária, garantindo apoio direto a cerca de 8 mil famílias (figura 7). As ações envolveram a distribuição de 20 toneladas de pescado e 20 toneladas de alimentos agroecológicos, além de insumos para quintais produtivos e roças e produtos de higiene, fortalecendo a segurança alimentar e o cuidado coletivo. Posteriormente, a iniciativa foi ampliada, alcançando também municípios do litoral norte paulista e Mangaratiba, no Rio de Janeiro (Gallo et al., 2024).

Figura 7 - Ação da campanha em janeiro de 2022, na Ilha do Araújo, Paraty, RJ. Fonte: acervo OTSS, imagem cedida



Fonte: acervo OTSS, imagem cedida.

Nessa etapa, consolidou-se uma economia solidária baseada em trocas entre as próprias comunidades, mostrando como o cuidado, para o Fórum, se materializa também como resistência política. Mais recentemente, em 2024, a campanha “Vote Pelo Território” buscou ampliar a representação indígena, quilombola e caiçara nas eleições municipais, reafirmando que a luta pelo território também passa pela ocupação dos espaços formais de poder: e com êxito, um vereador caiçara foi eleito no município de Paraty.

Essas iniciativas, ao mesmo tempo em que respondem a desafios conjunturais, expressam a capacidade do Fórum de criar agendas próprias, articular solidariedades e consolidar sua presença como sujeito político em diferentes escalas.

Esse processo vem se traduzindo também em conquistas concretas de incidência política. Em 2025, durante o 1º Congresso do FCT, foi sancionada em Paraty a Lei Municipal nº 2.546/2025, que reconhece formalmente as comunidades tradicionais caiçaras do município e assegura a elas direitos sociais, culturais, econômicos e territoriais, em consonância com a Convenção nº 169 da OIT. Entre seus objetivos, a lei destaca o acesso a políticas públicas diferenciadas, o direito à consulta livre, prévia e informada e a preservação dos modos de vida, saberes e práticas tradicionais, reconhecendo seu valor histórico, cultural, ambiental e social para o município.

Embora o texto legal não mencione o Fórum diretamente, sua aprovação foi resultado da mobilização contínua do FCT, que atuou como articulador político e social desse processo. Assim, a conquista simboliza o fortalecimento do patrimônio biocultural da Bocaina, ao legitimar que a defesa das comunidades caiçaras implica necessariamente a preservação de seus modos de vida, da biodiversidade e das expressões culturais que constituem a base de sua existência.

Nesse processo, a identidade coletiva que sustenta o FCT é afirmada como um eixo fundamental de unidade, mas se mantém em constante construção e reelaboração diante das ameaças e das disputas por reconhecimento. Essa identidade se expressa de forma concreta em ações coletivas, como a marcha em defesa dos territórios tradicionais (Figura 8) realizada durante o I Encontro Internacional de Territórios e Saberes (EITS) em 2024, em Paraty, momento que simbolizou tanto a resistência quanto a capacidade de projetar futuros comuns.

Como afirma Castells (2010), “a constituição e a afirmação da identidade são uma alavanca fundamental para a mudança social, independentemente do conteúdo de tal mudança”. A identidade territorial, forjada nas experiências concretas de resistência, no vínculo com o território, nas narrativas compartilhadas e na ancestralidade emerge como vetor político e

cultural. Ela se constrói na encruzilhada entre história, geografia, espiritualidade, biologia, instituições do Estado e forças da globalização.

Figura 8 – Ato do FCT durante o I Encontro de Territórios e Saberes, 2024



Fonte:

imagem cedida, acervo OTSS.

É a partir desse lugar que o FCT produz um campo político que vai do local ao internacional, criando pontes entre modos de vida tradicionais e a construção de um futuro comum.

Para nós, as grandes notícias que se tem sobre o processo global de desenvolvimento e que falam em modelos de sustentabilidade são retrocessos. Acreditamos nesse modo vivenciado pelas comunidades, o modo de integração e respeito à natureza. (Nascimento, 2019).

A partir dessa parceria entre o FCT e a Fiocruz foi criado o OTS, que será detalhado no próximo capítulo.

6 O OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

A liderança indígena Guarani Mbya e pesquisadora do OTSS, Ivanildes Kerexu (2025), afirmou, durante o Seminário de Integração do Observatório, que “o OTSS é o filho do FCT com a Fiocruz”. A expressão sintetiza, de forma simbólica, a origem política, territorial e afetiva dessa articulação construída entre o FCT e a Fiocruz.

Nesse contexto, o OTSS se caracteriza como um espaço tecnopolítico voltado à promoção da saúde, da sustentabilidade e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, articulando estratégias territorializadas de pesquisa, formação, governança e incidência política nos territórios da Bocaina. Sua atuação busca integrar epistemologias locais, participação social e práticas intersetoriais capazes de fortalecer o bem viver e construir alternativas sustentáveis frente aos processos históricos de desigualdade, expropriação territorial e degradação socioambiental.

Desde 2009, esse processo vem consolidando o conceito de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, compreendido como uma abordagem que articula epistemologias locais e a determinação socioambiental da vida e da saúde por meio de estratégias desenvolvidas em múltiplas escalas: local, regional, estadual, nacional e internacional (GALLO, 2021). Inicialmente estruturado como projeto, o OTSS passou, em 2019, a ser reconhecido institucionalmente como programa da Fiocruz, movimento que expressa tanto a ampliação de sua atuação quanto o fortalecimento de sua inserção estratégica no campo das políticas públicas, da pesquisa-ação e da governança territorializada.

Nesse sentido, o diálogo entre saberes tradicionais e científicos constitui um dos fundamentos centrais das ações do Observatório, orientando práticas comprometidas com a construção de políticas públicas mais justas, contextualizadas e territorializadas, em consonância com os princípios da justiça socioambiental e da defesa dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (Gallo et al., 2019).

É nesse horizonte que emerge a proposta de governança viva, conceito desenvolvido no âmbito do OTSS e publicado pela Fiocruz, em 2019, no livro “O Território Pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina”, mais especificamente no capítulo “Mecanismos contra-hegemônicos de governança e gestão: empoderamento e autonomia”, elaborado de forma coletiva (Gallo et al., 2019), que privilegia a autonomia, a horizontalidade e a corresponsabilização individual e coletiva (Gallo; Nascimento, 2019; Freitas et al., 2018).

Diferentemente do modelo técnico de gestão, a governança viva parte das necessidades concretas, dos vínculos territoriais e dos conhecimentos situados das comunidades (Gallo et al, 2019; Gallo, 2021). Trata-se de um arranjo político-pedagógico que territorializa os princípios da ecologia de saberes, da pedagogia da autonomia (Freire, 1996) e da geografia crítica (Santos, 2003), por meio de pactos deliberativos entre comunidades, instituições públicas e organizações sociais. A partir dessa abordagem, o território não é apenas palco, mas protagonista da governança territorial e a ciência é compreendida como prática situada, implicada, plural e política.

Por meio desse arranjo político-metodológico, a governança viva busca superar formas meramente formais ou consultivas de participação, promovendo a autonomia coletiva e fortalecendo práticas territoriais sustentáveis enraizadas nos modos de vida e no cotidiano dos territórios. Nesse contexto, o OTSS se configura como um arranjo institucional construído a partir da articulação entre ciência, política e território, no qual a produção do conhecimento se afirma como prática de emancipação coletiva e de transformação social. É a partir dessa concepção que suas ações se organizam em fatores críticos de sucesso voltados à materialização do diálogo entre saberes, da governança compartilhada e da construção participativa de estratégias territorializadas.

Essa arquitetura é sustentada por fatores críticos de sucesso, definidos por ciclos, que operam como referência estratégica para o planejamento e o monitoramento contínuo das ações. No âmbito do OTSS, os fatores críticos de sucesso podem ser compreendidos como nós críticos entre a situação inicial e a situação objetiva, configurando-se como ações estratégicas capazes de tensionar e reorganizar o percurso entre diagnóstico e transformação territorial.

O conceito de fatores críticos de sucesso (FCS), originalmente incorporado ao setor público brasileiro no contexto das reformas gerenciais dos anos 1990 (Brasil, 1995; Pereira, 1998), é reapropriado no âmbito da Fiocruz e, posteriormente, pelo Observatório, a partir de uma perspectiva crítica e territorializada. Nesse deslocamento conceitual, os FCS deixam de operar como instrumentos de controle gerencial e passam a constituir dispositivos de governança², orientados à convergência entre áreas temáticas, à articulação multiescalar e à corresponsabilidade entre pesquisadores e comunidades na construção da situação desejada.

² Como exemplos desses dispositivos de governança, destacam-se os grupos de trabalho, colegiados e comissões, organizados de acordo com diferentes níveis de complexidade, atribuições e escalas de atuação nos territórios.

Com um arcabouço conceitual transdisciplinar, o OTSS se fundamenta em contribuições da geografia crítica e humanista (Santos, 1986; Castells, 2000; Tuan, 1979, 2013), da teoria da produção social (Matus, 2005), da ação comunicativa (Adorno, Horkheimer, 1986; Habermas, 1987a, 1987b), da pedagogia da autonomia (Freire, 1996), do diálogo de saberes (Mignolo, 2011) e da pesquisa-ação participativa (Borda, 1985), entre outros autores sistematizados na Tabela 1.

Quadro 2 - Base Teórica e Metodológica para TSS. Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Tema	Autor	Publicação
Saúde Coletiva	Laurell, Asa Cristina	La Salud-enfermedad como proceso social (1982)
	Breilh, Jaime	Medicina Social Latino-americana (1986)
	Donnangelo, Maria Cecília	Saúde e Sociedade (1986)
	Gonçalves, Ricardo Bruno M.	O SUS que Dá Certo (1995)
	Schraiber, Lilian B.	O Campo da Saúde Coletiva (2005)
	Gallo, Edmundo	Bloco Histórico e Movimento Sanitário (1989) Razão e Planejamento (1995) Territórios Sustentáveis e Saudáveis: Experiências de Saúde Ambiental Territorializadas. Volumes 1, 2 e 3 (2021)
Metodologia da Pesquisa-ação	Borda, Orlando Fals	La Investigación Acción (1985)
Teoria Social Crítica e Emancipatória	Adorno, Theodor	Dialética do Esclarecimento (1944)
	Habermas, Jürgen	Teoria da Ação Comunicativa (1981)
	Horkheimer, Max	Eclipse da Razão (1947)
	Heller, Agnes	A Revolução e o Cotidiano (1982)
	Castoriadis, Cornelius	A Instituição Imaginária da Sociedade (1975)
	Benjamin, Walter	A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica (1936)
	Gramsci, Antonio	Cadernos do Cárcere (1975)
Novas Epistemologias	Acosta, Alberto	O Bem Viver (2014)
	Santos, Boaventura de Sousa	Epistemologies of the South (2014)
	Morin, Edgar	Introdução ao Pensamento Complexo (1990)
	Bauman, Zygmunt	Modernidade Líquida (2000)
	Raffestin, Claude	Por uma Geografia do Poder (1980)
Geografia Crítica e Humanística	Santos, Milton	A Natureza do Espaço (1996)
	Harvey, David	Condição Pós-Moderna (1989)

	Castells, Manuel	A Era da Informação (1996)
	Tuan, Y-Fu	Espaço e Lugar (1977)
	Haesbaert, Rogério	O Mito da Desterritorialização (2004)
Teoria da Produção Social	Matus, Carlos	Política, Planejamento e Governo (1987)
Tecnologias Sociais	Dagnino, Renato	Tecnologias Sociais: Ferramentas de Transformação (2004)
	Petersen, Peter	Tecnologias para Inclusão Social (2008)
Pedagogia da Autonomia	Freire, Paulo	Pedagogia da Autonomia (1996)
Cartografia Social	Almeida, Alfredo Wagner Berno de	Terras Tradicionalmente Ocupadas (2011)
	O'Dwyer, Eliane	O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo. (2010)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Saúde Coletiva, enquanto campo crítico de produção de conhecimento, oferece ao OTSS um referencial capaz de articular as dimensões sociais, políticas e ambientais que conformam a vida nos territórios. Diferentemente do paradigma biomédico, que reduz a saúde à ausência de doença, trata-se de uma abordagem que compreende o processo saúde-doença como expressão das determinações históricas e estruturais da sociedade (Laurell, 1982; Breilh, 1986).

Essa perspectiva desloca o foco do indivíduo para o coletivo, revelando que saúde não se esgota em indicadores clínicos, mas está enraizada nas condições de trabalho, na organização social, nos modos de vida e nas relações com o ambiente. Nesse horizonte, Gallo e Nascimento (2019), em *O Território Pulsa*, defendem a territorialização das políticas de saúde, de modo a integrar planejamento estratégico, sustentabilidade e justiça social. Assim, a saúde é concebida como categoria que traduz as dinâmicas socioespaciais e ecológicas que estruturam a reprodução social, tornando-se eixo teórico indispensável para compreender e transformar as realidades dos povos e comunidades tradicionais.

Essa concepção se fortalece na crítica ao modelo biomédico hegemônico, cuja ênfase “curativista” e individualizante ignora os determinantes sociais e territoriais da saúde. A Saúde Coletiva, ao contrário, propõe uma leitura ampliada e interdisciplinar, articulando contribuições da saúde pública, das ciências sociais, da epidemiologia e da gestão de serviços. Como argumenta Paim (2007), trata-se de um campo que integra ciência, política e prática social, orientado pela universalidade, integralidade e equidade.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) reafirma esse entendimento ao definir a Saúde Coletiva como espaço interdisciplinar que combina produção científica e participação social na formulação de políticas (ABRASCO, 2021). A Fiocruz (2022), por sua vez, explicita a dimensão política desse campo ao situá-lo na luta pela justiça social e na consolidação do SUS. Nessa perspectiva, a saúde deixa de ser objeto restrito da clínica para assumir-se como categoria estratégica de análise e intervenção social, vinculada às lutas por direitos, à sustentabilidade dos territórios e à emancipação coletiva.

Ao situar a saúde como processo social, a saúde coletiva abre caminho para metodologias que vinculam produção de conhecimento e transformação social. É nesse horizonte que se insere a pesquisa militante, que no campo latino-americano não representa apenas uma opção metodológica, mas uma ruptura epistemológica frente à tradição positivista e instrumental da ciência. Como argumenta Bringel (2015), trata-se de uma prática que dissolve a dicotomia entre ciência e política, entre teoria e ação, e que inscreve a pesquisa como prática situada em contextos de conflito e disputa. Suas raízes históricas se conectam a experiências em que saber, luta e território estiveram indissociáveis — dos movimentos indígenas e de libertação nacional, às agendas de direitos humanos e ao MST.

No caso do MST, a articulação entre formação política, educação popular e produção de conhecimento nos assentamentos revela a potência da pesquisa como instrumento de emancipação coletiva. Esse horizonte encontra ressonância nas práticas do OTSS, que operam na encruzilhada entre ciência pública e ação política, convertendo o ato de pesquisar em ato de militância, em que não há neutralidade possível: há engajamento ético, epistemológico e afetivo com as lutas populares.

A pesquisa-ação e a o/a pesquisador/a militante convergem, assim, ao reivindicar justiça cognitiva e metodologias dialógicas. Ambas reposicionam o/a pesquisador/a, não como observador externo, mas como sujeito implicado nas disputas por memória, direitos e disputa de futuro ao assumir a pesquisa como prática de advocacia social e instrumento de incidência. Esse caráter engajado conecta-se diretamente às críticas ao modelo ocidental de desenvolvimento: Acosta (2016) formula o Bem Viver como horizonte de reciprocidade comunitária; Mignolo (2011) convoca a desobediência epistêmica diante da colonialidade do saber; Morin (1990) enfatiza a necessidade de abordagens complexas, que integrem múltiplas dimensões; e Bauman (2000) descreve a instabilidade da modernidade líquida, em que vínculos e referências são corroídos.

É nesse contexto que o OTSS se coloca como contraponto às vulnerabilizações impostas pelo capitalismo contemporâneo ao promover formas de organização comunitária ancoradas no território, na ancestralidade e na coesão social.

A Teoria da Produção Social de Matus (1987) sustenta essa prática, propondo um planejamento estratégico e situacional, em que as decisões são políticas, negociadas e enraizadas nas contradições concretas dos territórios. Nessa perspectiva, o autor desenvolve o triângulo de governo, composto pelo projeto de governo, pela capacidade de governo e pela governabilidade.

Esse modelo explicita que planejar não é apenas formular metas ou políticas, mas considerar a correlação de forças, as condições institucionais e a capacidade técnica e social de implementá-las. Para o OTSS, essa formulação é particularmente relevante, pois evidencia que a efetividade das estratégias territorializadas depende tanto da consistência do plano quanto da mobilização comunitária, da articulação em redes e da legitimidade conquistada nos espaços de disputa.

Essa compreensão dialoga diretamente com a geografia crítica e humanística, que constitui outra base estruturante do OTSS. Raffestin (1980) entende o território como espaço de relações de poder, permanentemente produzido e disputado. Santos (1996) amplia esse olhar ao conceber o espaço geográfico como agente ativo da vida social, em que materialidade e práticas cotidianas se entrelaçam. Harvey (1989) contribui com a crítica ao capitalismo ao explicitar a acumulação por espoliação e suas consequências territoriais. Castells (1996) destaca a sociedade em rede como nova forma de sociabilidade e organização do espaço.

Tuan (1977) chama atenção para os afetos, memórias e significados atribuídos aos lugares, mostrando que a experiência espacial é sempre também experiência simbólica. Haesbaert (2004), por sua vez, enfatiza a centralidade do território na resistência às dinâmicas de desterritorialização impostas pela globalização, revelando que múltiplas territorialidades coexistem e se sobrepõem em contextos de conflito. Em conjunto, esses referenciais demonstram que o território não pode ser reduzido a cenário ou suporte material, mas deve ser compreendido como protagonista ativo das disputas políticas, dos vínculos afetivos e das estratégias de reprodução social.

Trata-se, portanto, de uma categoria que condensa dimensões simbólicas, materiais e de poder, permitindo compreender tanto as formas de dominação quanto as práticas de resistência que estruturam a vida coletiva.

Entre os instrumentos metodológicos utilizados pelo OTSS, a cartografia social ocupa lugar central. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011), Daniel Weiner (1999) e Eliane O'Dwyer (2010) demonstram como a construção participativa de mapas permite que comunidades tradicionalmente ocupadas visibilizem seus territórios, práticas e conflitos. Trata-se de uma estratégia política e pedagógica de reapropriação do espaço, em que mapear é também reivindicar direitos e afirmar identidades territoriais.

A cartografia social, nesse horizonte, não se restringe a um exercício de representação espacial, mas constitui um dispositivo político-pedagógico que conecta memória, identidade e projeto de futuro, conforme ilustra o processo participativo na Figura 9.

Figura 9 – Oficina de mapas falados, parte do processo de cartografia social na Ilha do Araújo, Baía de Paraty



Fonte: imagem cedida, acervo OTSS.

Essa perspectiva se expressa nas ações de caracterização territorial, onde a elaboração participativa de mapas integra dimensões ecológicas, culturais, espirituais e políticas do território, reunindo cosmologias, práticas de cuidado e formas comunitárias de governança.

Como demonstram Borges, Gallo e Teixeira (2024), a cartografia social insurgente construída pelos povos e comunidades tradicionais desses territórios, em diálogo com pesquisadores acadêmicos, não se limita ao registro da materialidade espacial ou ambiental. Trata-se de uma abordagem que compreende o território em sua complexidade histórica, política, cultural e socioambiental, evidenciando relações de pertencimento, memória,

ancestralidade, usos coletivos da terra e dinâmicas de reprodução dos modos de vida. Nesse processo, elementos como nascentes, roças, áreas de pesca, caminhos tradicionais e espaços sagrados emergem como expressões vivas das territorialidades e das formas de existência desses povos e comunidades.

Os mapeamentos insurgentes tornam-se, portanto, instrumentos de denúncia diante da especulação imobiliária, dos conflitos com UCs e da pressão de empreendimentos turísticos, e ferramentas de fortalecimento do pertencimento e da coesão comunitária (OTSS, 2016).

No âmbito do OTSS, a discussão sobre Tecnologias Sociais também vem sendo desenvolvida pela Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS). Em diálogo com as formulações de Dagnino (2004) e Petersen (2008), a ITS atua na construção de metodologias e soluções territorializadas que articulam conhecimentos científicos, saberes tradicionais e processos participativos de organização comunitária. Nessa perspectiva, as Tecnologias Sociais são compreendidas não apenas como instrumentos técnicos, mas como práticas coletivas voltadas ao fortalecimento da autonomia territorial, da gestão compartilhada dos bens comuns e da sustentação dos modos de vida das comunidades tradicionais.

A atuação da ITS envolve o acompanhamento, a sistematização e o fortalecimento de experiências construídas nos territórios, contribuindo para sua adaptação às diferentes realidades comunitárias e para a circulação de aprendizados entre diferentes territórios. A Incubadora opera como espaço de mediação entre pesquisadores comunitários e não comunitários, apoiando processos de formação, experimentação e aperfeiçoamento metodológico de iniciativas desenvolvidas pelo OTSS em áreas como saneamento ecológico, agroecologia, cartografia social e turismo de base comunitária. Nesse processo, a sistematização das experiências deixa de cumprir apenas uma função técnica ou descritiva e passa a integrar a própria construção política e metodológica das ações territorializadas desenvolvidas pelo programa.

Figura 10 - Partilha sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) em Martim de Sá, 2023.

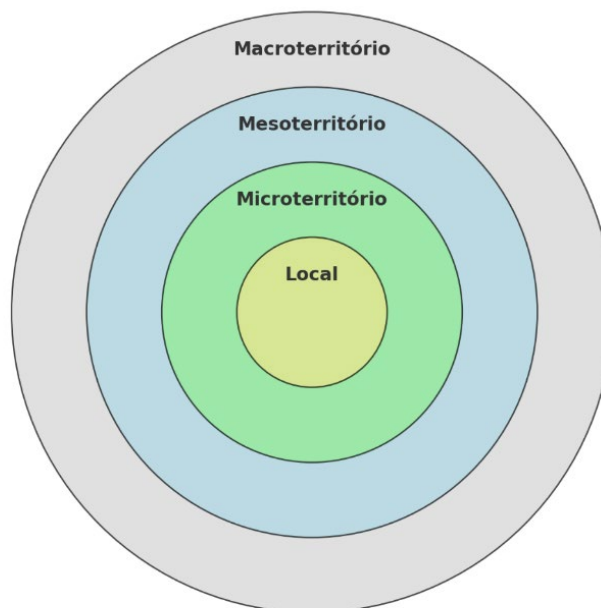


Fonte: acervo OTSS, imagem cedida.

A articulação entre cartografia social, tecnologias sociais e metodologias participativas conforma um arranjo metodológico de gestão territorializada que expressa a lógica da governança viva. Nessa perspectiva, o território deixa de ser mero cenário de intervenção e passa a ser reconhecido como sujeito ativo das políticas e estratégias. Esse arranjo, como ilustra a Figura 11, se estrutura em quatro escalas integradas de análise e intervenção:

- Escala local, que corresponde à própria comunidade e aos processos de organização interna e fortalecimento dos modos de vida;
- Escala do microterritório, que envolve o conjunto de comunidades próximas com identidades e desafios comuns;
- Escala do mesoterritório, que abrange regiões com dinâmicas sociopolíticas e ecológicas interligadas; e
- Escala do macroterritório, que corresponde à dimensão intermunicipal e articula políticas públicas, instituições e movimentos em torno de agendas comuns.

Figura 11- Categorias criadas pelo OTSS para gestão e governança territorial.



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Essa organização multiescalar permite que as ações sejam simultaneamente enraizadas e conectadas, articulando o cotidiano comunitário às dimensões nacional e global, especialmente por meio das redes de cooperação, dos fóruns e dos processos de incidência que projetam as experiências territoriais para outros contextos e escalas.

Nessa perspectiva, o OTSS organiza sua atuação territorializada a partir das comunidades (local) que compõem os microterritórios, categoria analítica e operacional. Essa categoria corresponde ao espaço de articulação entre diferentes comunidades que compartilham dinâmicas ecológicas, culturais e políticas semelhantes, funcionando como unidade de planejamento, cooperação e gestão compartilhada.

É a menor unidade de gestão territorial, estruturada a partir das relações histórico-sociais de pertencimento, troca e solidariedade que conectam povos e comunidades tradicionais. A Figura 11 ilustra a extensão territorial de atuação do OTSS, apresentando o conjunto dos MTs que compõem sua base de incidência e gestão compartilhada nos territórios tradicionais da Bocaina.

Nessa perspectiva, o OTSS organiza sua atuação territorializada a partir das comunidades (local) que compõem os microterritórios, categoria analítica e operacional. Essa categoria corresponde ao espaço de articulação entre diferentes comunidades que compartilham

dinâmicas ecológicas, culturais e políticas semelhantes, funcionando como unidade de planejamento, cooperação e gestão compartilhada.

É a menor unidade de gestão territorial, estruturada a partir das relações histórico-sociais de pertencimento, troca e solidariedade que conectam povos e comunidades tradicionais. A Figura 11 ilustra a extensão territorial de atuação do OTSS, apresentando o conjunto dos MTs que compõem sua base de incidência e gestão compartilhada nos territórios tradicionais da Bocaina.

Nessa escala, as metodologias participativas como a cartografia social, o desenvolvimento e aplicação das tecnologias sociais se concretizam em práticas de diagnóstico, priorização de demandas e formulação de estratégias territoriais, integradas aos processos de planejamento comunitário e à gestão dos bens comuns.

Os microterritórios também desempenham papel estratégico na construção das instâncias coletivas de governança e na circulação de saberes entre comunidades, permitindo que as decisões e ações desenvolvidas pelo OTSS estejam conectadas às dinâmicas concretas dos territórios. Essa dinâmica contribui para que os processos de gestão e planejamento territorial sejam construídos de forma mais próxima das realidades vividas pelas comunidades, respeitando suas especificidades socioculturais, ambientais e organizativas.

A Figura 12 ilustra a extensão territorial de atuação do OTSS, apresentando o conjunto dos microterritórios que compõem sua base de incidência:

Figura 12 – Microterritórios de atuação OTSS



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2021.

A escala local corresponde à dimensão mais imediata da vida comunitária o espaço da experiência, da memória e da transmissão dos saberes, onde se materializam as práticas cotidianas de cuidado, produção e convivência.

Já a categoria mesoterritório, exemplificado na Figura 13, abrange regiões compostas por múltiplos microterritórios com dinâmicas sociopolíticas e ecológicas interligadas, servindo como instância de articulação entre comunidades, instituições e políticas públicas regionais.

Figura 13 – Mesoterritórios de atuação



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2021.

Por fim, o macroterritório corresponde à escala ampliada da governança, na qual se articulam arranjos intermunicipais, redes temáticas, pactuações interinstitucionais e processos estruturados de cooperação. Nessa dimensão, consolidam-se políticas públicas integradas e estratégias de incidência que extrapolam os limites administrativos locais, permitindo a ampliação das alianças territoriais em âmbito nacional e internacional. A cooperação internacional, nesse sentido, não se configura como uma instância externa ou acessória, mas como parte constitutiva do macroterritório, ao viabilizar a circulação de saberes, metodologias e experiências territorializadas entre diferentes contextos sociopolíticos e geográficos.

É nessa escala que o OTSS se insere de forma ativa em redes de cooperação e agendas multilaterais, fortalecendo articulações internacionais Sul-Sul e diálogos críticos Sul-Norte–

Sul comprometidos com a defesa dos territórios tradicionais, a autodeterminação dos povos e a construção do Bem Viver como horizonte político contra-hegemônico.

A Figura 14 apresenta os países e regiões envolvidos nos processos de cooperação internacional da iniciativa, sistematizados coletivamente durante o I Encontro Internacional de Territórios e Saberes (EITS), realizado em setembro de 2024. A representação contempla distintos níveis de articulação, que variam entre parcerias já institucionalizadas, cooperações em fase de construção e países sinalizados a partir de diálogos iniciais e da participação no encontro, evidenciando a dimensão internacional como campo dinâmico e estratégico da governança macroterritorial em permanente conformação.

Figura 14 - Países e regiões envolvidos no I EITS



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2024.

A cooperação internacional está diretamente vinculada ao projeto político e metodológico de governança territorializada. Não se trata apenas da construção de parcerias institucionais ou da participação em redes acadêmicas internacionais, mas da constituição de processos de articulação capazes de conectar territórios, instituições, movimentos socioterritoriais e agendas globais a partir das realidades vividas pelos povos e comunidades tradicionais.

Nesse processo, a internacionalização assume uma dimensão estratégica para o fortalecimento das lutas territoriais, da produção compartilhada de conhecimento e da incidência política em diferentes escalas. As ações construídas pelo Observatório articulam

universidades, centros de pesquisa, organismos multilaterais, movimentos sociais e instituições públicas em torno de temas como emergências climáticas, patrimônio biocultural, saúde coletiva, sociobiodiversidade, educação diferenciada, justiça socioambiental e governança territorial.

A construção dessas cooperações ocorre por meio de acordos institucionais, planos de trabalho, missões técnicas, intercâmbios acadêmicos e redes internacionais de colaboração, envolvendo instituições da América Latina, Europa, África e Oceania. Essas articulações vêm possibilitando o desenvolvimento de iniciativas voltadas à integração entre pesquisa-ação, cartografia social, tecnologias sociais e ferramentas digitais aplicadas à gestão territorializada, incluindo observação da Terra, produção participativa de dados, monitoramento socioambiental comunitário e estruturas de integração de informações territoriais orientadas à governança dos territórios tradicionais.

No contexto dessas experiências, destacam-se iniciativas relacionadas à construção de plataformas colaborativas de dados territoriais, integração entre monitoramento comunitário e sensoriamento remoto, elaboração de sistemas de apoio à tomada de decisão e desenvolvimento de metodologias que articulam conhecimentos científicos e saberes tradicionais no enfrentamento aos riscos socioambientais e das desigualdades em saúde.

Nesse contexto, os territórios deixam de ocupar uma posição periférica nos processos de produção científica internacional e passam a atuar como espaços ativos de formulação política, metodológica e epistemológica. A cooperação internacional também fortalece a capacidade institucional da Fiocruz de articular agendas multiescalares, conectando experiências locais a processos mais amplos de incidência científica e política. Tal dinâmica contribui para consolidar redes de solidariedade e colaboração orientadas pela valorização da diversidade de saberes, pela defesa dos bens comuns e pela construção de estratégias territorializadas de enfrentamento das desigualdades socioambientais e sanitárias.

Nesse sentido, a dimensão internacional do macroterritório não se restringe à formalização de parcerias, mas se materializa na circulação de metodologias participativas, intercâmbio de tecnologias e práticas de pesquisa-ação que retroalimentam os processos locais e regionais de governança.

A internacionalização do OTSS, portanto, ocorre de forma territorializada, ancorada nas demandas concretas dos povos e comunidades tradicionais e orientada por uma lógica de cooperação crítica e horizontal. Nesse processo, destacam-se estratégias de cooperação Sul-Sul

e de cooperação triangular Sul–Norte–Sul, nas quais instituições acadêmicas, movimentos socioterritoriais e redes internacionais constroem agendas compartilhadas de pesquisa, formação, incidência política e produção de conhecimento.

6.1 Metodologia TSS: práxis da pesquisa ação do OTSS

A metodologia para a promoção de territórios sustentáveis e saudáveis constitui um dos principais dispositivos técnico-operacionais da governança viva. Trata-se de uma abordagem situada, construída a partir da prática e reelaborada em ciclos participativos, que visa fortalecer o protagonismo comunitário na formulação e implementação de soluções sustentáveis nos territórios.

Antes de detalhar seus procedimentos, é importante destacar que as práticas desenvolvidas pelo OTSS se orientam por uma perspectiva ética vinculada às especificidades dos territórios e às relações estabelecidas com os povos e comunidades tradicionais. A atuação nesses contextos demanda abordagens que não se restrinjam apenas aos protocolos formais de pesquisa, considerando também aspectos relacionados aos modos de vida, às dinâmicas territoriais, aos tempos comunitários e às diferentes formas de produção e circulação de conhecimentos.

No campo normativo, o OTSS orienta-se pelas diretrizes éticas do Conselho Nacional de Saúde, especialmente pelas Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016. Esta última reconhece a especificidade das pesquisas nas ciências humanas e sociais e valoriza as abordagens participativas, exigindo respeito à diversidade cultural, à autodeterminação dos povos e à devolutiva acessível dos resultados (Brasil, 2016). Entretanto, o compromisso ético-político do OTSS vai além da regulamentação: ele parte da escuta atenta, do vínculo com os territórios e da corresponsabilidade com os processos de transformação social.

Nessa perspectiva, o diálogo de saberes não é apenas uma estratégia metodológica, mas um princípio ético. A relação com os saberes tradicionais implica reconhecimento, reciprocidade e restituição. Como afirmam Krenak (2019) e Nego Bispo (2019), é necessário romper com a lógica colonial do conhecimento que transforma os territórios em fontes de dados e os saberes ancestrais em insumos para validação científica.

Essa ética também se manifesta nas práticas de devolutiva e restituição dos resultados, na adaptação da linguagem e dos formatos de apresentação, na inserção dos pesquisadores nos ciclos e rituais comunitários e no cuidado com a memória coletiva. A devolução do conhecimento não se dá apenas por relatórios e publicações, mas por meio de processos contínuos de construção de soluções, materiais pedagógicos e tecnologias sociais, que retornam aos territórios como instrumentos de fortalecimento da autonomia e da luta por direitos.

A Metodologia para a Promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (Figura 15), portanto, consolida-se como um método de pesquisa-ação territorializada, construído a partir da experiência situada dos territórios e reconhecido nacionalmente por meio da publicação *Territórios Sustentáveis e Saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas* (Funasa; Fiocruz, 2021). Ela articula o diálogo de saberes, a escuta ativa, a pesquisa-ação e a produção coletiva do conhecimento como eixos centrais da transformação social. Estrutura-se por meio de oficinas de escuta, diagnósticos participativos, roteiros pedagógicos, blocos temáticos, processos de caracterização territorial e planejamento estratégico territorializado (Gallo et Al., 2021; Funasa; Fiocruz, 2021).

Figura 15 - Método de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A sistematização desse percurso metodológico foi apresentada no Capítulo 2 – “Metodologia de promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis”, da publicação da Funasa

e Fiocruz (2021), que descreve o método desenvolvido pelo OTSS para a promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis. O diagrama sintetiza o caráter processual, participativo e relacional da metodologia, evidenciando como as etapas se encadeiam em um ciclo contínuo de escuta, planejamento, implementação e devolutiva.

6.2 Matriz de Efetividade: avaliação crítica e emancipatória

A MAE integra o conjunto de instrumentos derivados da abordagem metodológica de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis, funcionando como ferramenta de acompanhamento crítico e emancipatório dos processos territoriais. No âmbito do OTSS, a matriz foi concebida como um dispositivo de governança, orientado pelos princípios de equidade, sustentabilidade e autonomia, articulando dimensões técnicas e políticas da ação nos territórios (Setti; Gallo, 2015; Gallo, 2021).

Mais do que um instrumento de mensuração, a MAE se afirma como processo formativo e reflexivo, em que os próprios sujeitos envolvidos avaliam a efetividade das práticas a partir de sua experiência territorial. Seu uso favorece a identificação de avanços, desafios e aprendizados, promovendo ajustes contínuos nas estratégias e fortalecendo a capacidade de autogestão comunitária.

Nesta dissertação, a MAE é retomada como referência metodológica e prática, já apresentada na seção metodológica e aplicada como instrumento de análise e sistematização dos dados produzidos. Seu uso possibilita interpretar as práticas do OTSS a partir de parâmetros construídos coletivamente, evidenciando a efetividade das ações e os sentidos políticos e territoriais que delas emergem.

6.3 Organização e Gestão no OTSS: uma estrutura viva e em permanente transformação

O OTSS, em sua estrutura organizacional atual, foi implantado em 2013, a partir de uma experiência iniciada em 2009. Desde então, consolidou-se como um espaço tecnopolítico inovador, voltado à articulação de práticas de gestão e planejamento territorializadas, formuladas a partir das demandas dos territórios representados pelo Fórum. Desde sua origem, optou por uma estrutura flexível, fato esse que foi consolidado em sua práxis.

Esse modelo de governança, que se constrói na interação entre Fiocruz e FCT, rejeita formatos burocráticos e hierárquicos tradicionais, buscando alinhar teoria e prática em processos comunicativos e estratégicos. A gestão do OTSS só é possível porque parte de uma lógica de ecologia de saberes, em que conhecimentos científicos e tradicionais se articulam para sustentar decisões participativas, muitas vezes urgentes, demandadas pelos territórios.

Inicialmente, a estrutura organizacional contava com coordenações como a Geral, Executiva e de Direcionalidade Estratégica, fundamentais para lidar com a complexidade temática — do saneamento ecológico à cartografia social. Com o amadurecimento do projeto, novas instâncias foram criadas, como a Coordenação de Planejamento Estratégico e a Assessoria de Integração Estratégica, ampliando a capacidade de articulação política, institucional e intersetorial (Gallo et al, 2019).

Em 2018 e, posteriormente, entre 2023 e 2024, a estrutura organizativa do OTSS passou por importantes reformulações voltadas a responder à ampliação territorial do programa, ao aumento do número de comunidades envolvidas e à crescente complexidade de suas agendas de atuação. Nesse processo, o planejamento passou a ser estruturado a partir dos mesoterritórios (Rio de Janeiro, São Paulo e Interterritorial), articulados pela Coordenação de Gestão Territorializada, e, posteriormente, reorganizado também por eixos temáticos de atuação. Essa reconfiguração buscou fortalecer a integração entre diferentes frentes de trabalho, ampliar os espaços de diálogo entre pesquisadores comunitários e não comunitários e aprofundar processos relacionados à ecologia de saberes, à pesquisa-ação e à governança territorializada (Freitas et al., 2018; Ninis, 2022).

Essa organização vem favorecendo a ampliação da participação de pesquisadores comunitários nos processos de planejamento, formação e gestão do programa, contribuindo para aproximar as decisões institucionais das dinâmicas concretas vivenciadas por esses povos.

Ao longo desse processo, foram consolidadas dinâmicas organizativas baseadas em colegiados, grupos de trabalho, coordenações compartilhadas e espaços ampliados de pactuação coletiva, buscando garantir diversidade e representatividade nos processos de tomada de decisão. A presença ativa de mulheres, indígenas, quilombolas e caiçaras passou a ocupar papel central na construção das agendas políticas e metodológicas do programa, fortalecendo processos de participação comunitária e incidência territorial.

Atualmente, o OTSS é composto por aproximadamente 243 pessoas, entre pesquisadores comunitários e não comunitários, articuladas em diferentes coordenações e

frentes de trabalho. Sua estrutura inclui as coordenações de Comunicação (CC), Gestão de Saberes (CGS), Governança e Gestão (CGG), Gestão Territorializada (CGT), Justiça Socioambiental (CJSA), Coordenação Executiva (CE), Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS) e, mais recentemente, a Coordenação de Saúde Integral (CSI), ainda não incorporada à Figura 16 devido ao período de elaboração do organograma apresentado.]

Figura 16 - organograma de gestão do OTSS



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

Essa estrutura organizativa resulta de um processo contínuo de construção desenvolvido no âmbito da pesquisa-ação conduzida pelo programa ao longo de sua trajetória. As reformulações ocorridas nos últimos anos refletem não apenas a ampliação territorial do OTSS, mas também a incorporação de novas agendas, metodologias, parcerias institucionais e formas de atuação produzidas no cotidiano dos territórios. Nesse contexto, os espaços de planejamento, avaliação e pactuação coletiva assumem papel central na leitura da conjuntura, na redefinição de prioridades e na reorganização das estratégias políticas e metodológicas do programa.

A expansão das ações do OTSS também produziu a necessidade de maior integração entre diferentes áreas de atuação, articulando temas relacionados à saúde, comunicação, formação, gestão territorial, tecnologias sociais e cooperação institucional. Essa dinâmica faz com que as coordenações atuem de maneira interdependente, compartilhando processos de trabalho, equipes e agendas que frequentemente atravessam múltiplas frentes ao mesmo tempo.

Importa destacar que a própria experiência organizativa do OTSS passou a ser reconhecida como parte de um processo de inovação social construído coletivamente nos territórios.

Em 2023, a metodologia desenvolvida pelo programa foi reconhecida pela Fundação Banco do Brasil como Tecnologia Social, evidenciando o caráter participativo, territorializado e replicável das práticas construídas ao longo da trajetória do Observatório. Esse reconhecimento também dialoga com a forma como os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) vêm sendo utilizados no programa como instrumentos de convergência estratégica, articulando diferentes áreas temáticas, projetos e parcerias em torno de objetivos comuns. Sua formulação e acompanhamento ocorrem de modo colaborativo, envolvendo pesquisadores comunitários e não comunitários, o que reforça a dimensão pedagógica do planejamento e integra gestão, pesquisa e ação territorial nos processos organizativos do OTSS.

Desde sua implantação, o OTSS vem ensaiando e adaptando seus modos de governança e gestão territorializada, organizando suas práticas a partir de processos recorrentes de escuta, experimentação e reorientação metodológica. Nesse sentido, o Observatório tem se configurado como um espaço de inovação institucional em constante ajuste, tensionado pela necessidade de conciliar os ritmos do território com as exigências próprias da gestão pública. Trata-se de um processo marcado por avanços e desafios, no qual esse modelo de governança se expressa não como uma dinâmica definida e sim em construção, flexível, voltada a traduzir demandas territoriais em estratégias de saúde e sustentabilidade.

Essa trajetória de amadurecimento institucional culminou em um novo ciclo de reorganização, que tem aprofundado essas dinâmicas dentro do próprio Observatório. A experiência acumulada na gestão territorializada, aliada à ampliação do número de comunidades, parceiros e frentes de atuação, demandou o aperfeiçoamento dos mecanismos internos de planejamento e coordenação. Nesse contexto, o OTSS passou a estruturar sua atuação a partir de eixos temáticos integradores, com o objetivo de fortalecer o diálogo entre as dimensões técnicas e políticas, aprimorar a cooperação entre pesquisadores acadêmicos e comunitários e potencializar a efetividade das ações nos territórios.

Em 2024 iniciou-se uma reestruturação institucional que consolidou a organização por eixos temáticos integradores: Governança Viva, Justiça Socioambiental, Educação Emancipatória e Economia Solidária, conforme ilustra a Figura 17:

Figura 17 – Eixos temáticos para promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em linha com os determinantes sociais da saúde



O diálogo entre as diferentes frentes de atuação ocorre nos espaços coletivos representados pelas coordenações, colegiados e assessorias, e se materializa nas reuniões periódicas das equipes, nos momentos de planejamento estratégico, monitoramento e articulação intersetorial com as coordenações.

É a partir dessa base político-metodológica que se estruturam os Eixos Temáticos do OTSS, concebidos como espaços de integração entre saberes, práticas e territórios. Cada eixo traduz um campo de atuação estratégica e opera de forma interdependente, articulando dimensões técnicas, pedagógicas e políticas na construção de soluções para os desafios dos territórios.

As oficinas de planejamento territorializados emergem e adaptam-se às demandas e necessidades de cada ciclo em cada mesoterritório, ampliando os espaços de avaliação de atividades e processos por coordenação. Mais recentemente, esses encontros passaram a ocorrer em etapas sucessivas e temporalmente espaçadas, aprofundando a análise das ações e fortalecendo a gestão compartilhada.

Paralelamente, têm sido aprimoradas as tecnologias gerenciais, como manuais de gestão, protocolos administrativos e financeiros, e plataformas colaborativas, que qualificam a execução das atividades e a transparência institucional.

Todas as atividades de planejamento, monitoramento, avaliação e aprimoramento de tecnologias gerenciais são articuladas pela Coordenação Geral de Governança e Gestão que, junto com que, junto com a Coordenação Executiva, garante, garante a concepção, a captação, a execução e a prestação de contas de todas as atividades, processos e projetos desenvolvidos pelo Observatório.

6.3.1 O Eixo de Justiça Socioambiental

O Eixo de Justiça Socioambiental responde diretamente aos conflitos territoriais e às violações de direitos que marcam a vida das comunidades tradicionais da Bocaina. Localizadas em um território reconhecido como patrimônio mundial misto pela UNESCO, as comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras convivem com pressões intensas derivadas da sobreposição de UCs, da especulação imobiliária, do turismo predatório e da expansão de grandes empreendimentos energéticos e logísticos. Nesse cenário, a defesa do território e a proteção dos bens culturais materiais e imateriais tornam-se dimensões centrais da luta política e, ao mesmo tempo, práticas estruturantes da governança do OTSS.

As frentes que compõem este eixo incluem a defesa do território, a gestão de riscos e desastres, a saúde integral de povos e comunidades tradicionais e a cultura e patrimônio. juntas, articulam-se como estratégias de resistência e de promoção de direitos, em que a justiça

socioambiental é compreendida como dimensão inseparável da justiça territorial e da justiça climática.

A defesa do território constitui a principal bandeira de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais e orienta grande parte das ações do OTSS. Essa frente reconhece os territórios não apenas como espaços físicos, mas como lugares de reprodução cultural, social e espiritual.

A atuação inclui uma equipe transdisciplinar (figura 18) e combina mobilização política, incidência institucional e assessoria jurídica popular, ampliando a capacidade de resposta das comunidades frente a despejos, criminalização ambiental e restrições de uso. Entre as realizações, destacam-se a criação da Rede de Defensoras e Defensores de Territórios Tradicionais, em articulação com defensorias públicas e ouvidorias de SP, RJ e União; a participação em processos de outorga de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em comunidades caiçaras e quilombolas; e a elaboração do relatório *Perdas e Danos*, que documenta impactos de grandes empreendimentos da Baía de Angra a São Sebastião.

Figura 18 - Equipe da Coordenação de Justiça Socioambiental



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A gestão de riscos e desastres, por sua vez, parte da compreensão de que não existem desastres naturais, mas vulnerabilizações produzidas historicamente. A frente conecta saberes comunitários e técnicos para formular planos de contingência e recuperação com base participativa, fortalecendo a autonomia das comunidades. Entre as experiências, estão a construção do plano comunitário de enfrentamento de desastres da Monsuaba (Angra dos Reis),

as oficinas com comunidades atingidas pela tragédia de São Sebastião/SP, a elaboração de planos municipais de redução de riscos e o desenvolvimento de cursos de formação em parceria com universidades, como o Instituto de Geociências e o GEOHECO/UFRJ. Essas ações contribuem para consolidar uma cultura territorializada de redução de riscos e para integrar a justiça climática na prática comunitária.

A saúde integral é compreendida em sentido amplo, em consonância com a determinação social da saúde (Breilh, 2006). Essa perspectiva articula alimentação, saneamento, moradia, acesso à terra, preservação das práticas tradicionais e cuidado com a saúde mental e espiritual. O eixo atuou, por exemplo, na Campanha *Cuidar é Resistir* durante a pandemia de Covid-19, que alcançou mais de sete mil famílias em cerca de 140 comunidades tradicionais; na promoção de ações de saúde mental e tecnologias de cuidado na Bacia do Carapitanga (Paraty/RJ); e na realização de capacitações em territórios sustentáveis e saudáveis junto à Funasa. Além disso, promoveu a integração de jovens e lideranças comunitárias em programas como o Ver-SUS, ampliando o protagonismo das comunidades na formação em saúde coletiva.

Essa pauta, diante dos efeitos sentidos pelas populações tradicionais, sobretudo em relação a saúde mental indígena, foi incubada na presente coordenação, mas atualmente se consolidou como uma coordenação específica, como já trazido anteriormente.

A frente de cultura e patrimônio enfatiza a defesa do patrimônio biocultural, valorizando os modos de vida tradicionais como bens de excepcional valor universal. A atuação abrange tanto a salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais quanto a incidência em processos de licenciamento ambiental. Exemplos incluem o Projeto Patrimônios Vivos, realizado com o IPHAN para inventariar referências culturais de 16 comunidades; a participação no Comitê Gestor do Sítio Misto Paraty e Ilha Grande; a realização do “Encontro Patrimônio Cultural e Ações Climáticas”, em parceria com Fiocruz e IPHAN; e a revisão crítica de estudos de impacto cultural de empreendimentos como o Hotel Emiliano em Paraty Mirim. Além disso, o eixo apoia festejos, campanhas e expressões culturais do FCT, como a campanha Territórios Vivos e a criação da Orquestra dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em síntese, o Eixo de Justiça Socioambiental expressa a luta das comunidades não apenas por sua sobrevivência, mas também pela afirmação de modelos de convivência com a natureza que se contrapõem à lógica do capital e apontam para alternativas civilizatórias em escala global (Acosta, 2016). Esse eixo consolida a prática de uma governança territorial que

reconhece os povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direito e protagonistas da produção de futuros sustentáveis.

6.3.2 O Eixo de Educação Emancipatória

A atuação do Eixo de Educação Emancipatória se materializa no trabalho coletivo desenvolvido por sua equipe, cuja composição e presença no Seminário de Integração do OTSS estão registradas na Figura 19. Esse eixo constitui um dos pilares estruturantes da atuação do Observatório ao afirmar a educação como campo de disputa política e como espaço estratégico de resistência nos territórios.

O eixo se organiza a partir de uma equipe transdisciplinar e se estrutura em contraposição ao modelo hegemônico de ensino, historicamente marcado pela negação sistemática dos saberes dos povos e comunidades tradicionais. Em lugar dessa lógica, propõe práticas educativas dialógicas e participativas, orientadas pela valorização da construção coletiva do conhecimento e pelo reconhecimento das territorialidades como instâncias legítimas de produção de saber.

Articula experiências de educação diferenciada, educação popular e educação acadêmica territorializada, bem como práticas de educação ambiental crítica e de produção editorial, compreendendo a educação como dimensão central para a reprodução cultural, social e política das comunidades tradicionais. Nesse sentido, o eixo contribui para o fortalecimento da autonomia comunitária, da organização coletiva e da afirmação identitária nos territórios.

Figura 19 - Equipe da Coordenação Gestão de Saberes no Seminário de Integração, 2025.



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A educação ambiental crítica, fortemente presente na atuação do eixo, promove uma leitura das relações entre seres humanos, sociedade e natureza que vai além da conservação ecológica, reconhecendo as causas estruturais das crises socioambientais. Trata-se de um processo pedagógico que estimula pensamento crítico e ação transformadora, conectando-se diretamente às lutas contra empreendimento predatórios. Nessa frente, destacam-se iniciativas como a Rede de Formação Socioambiental do Projeto Redes, que articula 111 comunidades tradicionais de sete municípios; o curso Maré de Saberes, com a participação de cerca de 75 lideranças indígenas, quilombolas, caiçaras, marisqueiras e pescadores; e a elaboração de metodologias de educação popular voltadas à incidência no licenciamento ambiental da cadeia de petróleo e gás.

A educação diferenciada, conceito defendido pelo FCT abrange três dimensões complementares: a educação intergeracional, que sempre existiu nas comunidades; a luta por políticas públicas permanentes nos municípios da área de abrangência do OTSS; e a incidência na educação escolar formal por meio de parcerias com instituições como o IEAR/UFF e o Colégio Pedro II.

O eixo tem contribuído para a formação de coletivos de educação diferenciada, apoiado encontros de formação de professores e garantido turmas em comunidades antes excluídas do ensino fundamental II, como na Praia do Sono e Pouso da Cajaíba, ambas comunidades em Paraty, Rio de Janeiro. Também atua na formação de professores em escolas quilombolas e indígenas, reafirmando a centralidade da educação como direito territorial.

As formações acadêmicas territorializadas procuram aproximar universidade e território por meio de metodologias participativas e pedagogias decoloniais. Essa frente tem promovido capacitações como “Territórios Saudáveis e Sustentáveis”, em parceria com a Funasa; a especialização Gestão de Territórios e Saberes, em parceria com a Universidade Federal Fluminense iniciado em 2020; e a integração de indígenas, quilombolas e caiçaras em programas de formação no âmbito do SUS, como o Ver-SUS. Também se destacam disciplinas oferecidas em parceria com a Fiocruz, que aproximam estudantes da realidade das comunidades, e o acolhimento de turmas de residência multiprofissional em saúde da família e saúde mental. Tais experiências tensionam as práticas acadêmicas e consolidam uma perspectiva de pesquisa-ação comprometida com os territórios.

A produção editorial é entendida como parte constitutiva da educação emancipatória, pois fortalece a memória coletiva e amplia a circulação dos saberes. O Núcleo de Pesquisa e

Produção Editorial sistematiza e publica resultados de pesquisas realizadas em coautoria entre acadêmicos e comunitários, assegurando a valorização dos conhecimentos tradicionais e o diálogo intercultural. Entre as realizações, destacam-se a Biblioteca de Tecnologias Sociais da Bocaina, com mais de 40 iniciativas registradas; a Plataforma Povos, base de dados georreferenciada com mais de sete mil elementos cartográficos; e a disponibilização de mais de cem publicações sobre territórios sustentáveis e saudáveis em biblioteca virtual.

Em síntese, o eixo de Educação Emancipatória reafirma que o acesso à escola e o reconhecimento dos saberes tradicionais são condições essenciais para a reprodução social e cultural das comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, projeta novas formas de cooperação acadêmica e institucional, colocando a educação no centro da construção do Bem Viver e de alternativas civilizatórias, na contramão dos modelos de homogeneização e exclusão que historicamente marcaram os sistemas de ensino.

6.3.3 O Eixo de Economia Solidária

A Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS) do OTSS foi criada em 2014 como espaço de experimentação e fortalecimento de práticas comunitárias voltadas à promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. Sua concepção parte do entendimento de que as tecnologias sociais não são apenas soluções técnicas, mas processos políticos, pedagógicos e organizacionais, que emergem da interação entre saberes científicos e saberes tradicionais. Nesse sentido, a ITS tem como objetivo apoiar as comunidades tradicionais da Bocaina na criação, adaptação e difusão de tecnologias situadas, capazes de responder a demandas concretas de saúde, produção e bem viver, ao mesmo tempo em que fortalecem a autonomia comunitária e a autogestão.

Entre 2014 e 2022, a ITS consolidou um percurso de atuação que incluiu diagnósticos participativos, oficinas de formação, implantação de unidades demonstrativas e sistematização de experiências em diferentes comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas. A incubadora contribuiu para o desenvolvimento de soluções em áreas estratégicas como saneamento ecológico, agroecologia, pesca artesanal, turismo de base comunitária e beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade. Em cada caso, a metodologia buscou associar a dimensão técnica à dimensão pedagógica, de modo que os projetos não fossem apenas instalados, mas apropriados e geridos pelas próprias comunidades.

No contexto da pandemia de covid-19, a campanha Cuidar é Resistir, articulada pelo FCT e pelo OTSS, organizou a produção, montagem e distribuição de cestas agroecológicas para centenas de famílias em diferentes comunidades do território. As cestas, formadas a partir da agricultura familiar e comunitária, foram complementadas com plantas medicinais e outros recursos de proteção. Esse processo, descrito em detalhe no relatório Relatos da Quarentena, demonstrou que, diante da ausência do Estado, foram as próprias comunidades que construíram soluções para garantir alimentação e cuidado, reafirmando a agroecologia como prática de resistência (Gallo et al., 2024).

Essa sistematização fortaleceu laços comunitários já existentes, ampliando sua visibilidade e sua capacidade de incidência política. Nesse contexto, a agroecologia no OTSS opera simultaneamente como práxis cultural, política e territorializada, consolidando-se como uma ponte entre saberes técnicos e ancestrais. Paralelamente, a equipe (Figura 20) se organiza em diferentes frentes de atuação relacionadas à economia solidária, à incidência em políticas públicas e ao fortalecimento de práticas comunitárias em defesa da vida. Essa configuração expressa, de forma concreta, a integração promovida pela Incubadora de Tecnologias Sociais e sua perspectiva de economia solidária aplicada aos territórios tradicionais.

Figura 20 – Equipe da Incubadora de Tecnologias Sociais



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A agroecologia, no âmbito do OTSS, é compreendida como mais do que um conjunto de técnicas sustentáveis de cultivo: constitui-se como um projeto político, epistêmico e cultural, em disputa direta com o modelo do agronegócio e com a racionalidade capitalista que, ao impor sua lógica, não apenas subordina a produção de alimentos ao mercado, mas também coloca em risco a cultura, a espiritualidade e os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Ameaça-se, assim, a relação profunda que essas comunidades mantêm com seus territórios — relação que articula dimensões materiais e imateriais, sociais e espirituais — e que sustenta práticas ancestrais responsáveis pela reprodução da vida coletiva.

Na literatura latino-americana, a agroecologia é reconhecida como ciência, prática e movimento social (Altieri, 2009; Sevilla Guzmán, 2006). No Brasil, é afirmada pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, 2011) e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2013) como projeto de transformação social que valoriza os conhecimentos tradicionais, a justiça social e a soberania alimentar. Como destaca a ANA (2013, p. 4), “a agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas agrícolas, mas uma proposta de transformação social que valoriza os conhecimentos tradicionais, a justiça social e a soberania alimentar”.

Na Bocaina, fazer roça, coivara e agrofloresta são práticas que constituem a cultura caiçara, quilombola e indígena e fazem parte de sua concepção de saúde e bem viver. Essas práticas não apenas garantem a permanência das comunidades em seus territórios, mas também oferecem à sociedade alimentos saudáveis, sem veneno e sem exploração, reafirmando o direito coletivo à alimentação adequada.

É importante reconhecer que a transição agroecológica também faz parte do processo. Muitos produtores e produtoras que historicamente tiveram acesso limitado a políticas públicas ou a práticas de manejo agroecológico ainda utilizam pesticidas. O eixo de Economia Solidária atua justamente nesse sentido: oferecer alternativas, formações e acompanhamentos técnicos que viabilizem a redução progressiva dos insumos químicos e a consolidação de práticas agroecológicas enraizadas na agricultura tradicional.

Esse movimento não se restringe ao âmbito comunitário, mas se dá em articulação com secretarias municipais e outros órgãos públicos. O diálogo com as prefeituras possibilita, por exemplo, a inserção dos alimentos agroecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo que estudantes da rede municipal tenham acesso à produção familiar e comunitária. Essa integração territorializa políticas públicas nacionais, aproximando-as das realidades locais e ampliando o impacto da agroecologia sobre a saúde coletiva.

A preservação das sementes tradicionais ocupa papel central nesse processo. Os guardiões e guardiãs de sementes atuam como guardiões da diversidade genética, assegurando a continuidade de práticas agrícolas adaptadas e resilientes. Esse papel estratégico reforça o protagonismo das comunidades tradicionais na preservação da sociobiodiversidade e na resistência à erosão genética e cultural imposta pela agricultura industrial. Como mostram Lima, Silva e Queiroz (2024), “a manutenção de sementes crioulas contribui para a segurança e soberania alimentar, destacando a urgência de fortalecer territórios tradicionais como caminhos de resistência agroecológica”.

Entre as ações realizadas, destacam-se a estruturação da cadeia da juçara, espécie ameaçada que simboliza resistência cultural e ecológica, a regularização de roças tradicionais, a certificação participativa e a criação de espaços de comercialização como o Armazém do Território, as Feiras Sabores e Saberes e as Cestas Agroecológicas. Também se consolidaram práticas de intercâmbio de saberes em oficinas e partilhas — como o curso “O mar está para peixe” e ações de repovoamento da juçara, reafirmando seu valor como símbolo da defesa do território.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) constitui uma das expressões concretas do paradigma do etnodesenvolvimento, entendido como alternativa aos modelos hegemônicos de desenvolvimento que desconsideram a diversidade cultural e a autonomia dos povos. Inspirado em autores como Batalla (1982) e Stavenhagen (1984), o etnodesenvolvimento parte da ideia de que cada povo deve ser sujeito de seu próprio projeto de futuro, mobilizando recursos endógenos e valorizando seus saberes, práticas e cosmologias. Nessa perspectiva, o TBC não se limita a uma atividade econômica de geração de renda, mas atua como estratégia política de afirmação identitária, fortalecimento comunitário e resistência territorial.

Como destacam Souza e Coriolano (2012), há seis vínculos centrais que o aproximam do etnodesenvolvimento: suigeneridade (cada experiência é única), apropriação (a comunidade como gestora e beneficiária), autoridade (legitimidade do saber-fazer étnico), empoderamento, interlocução (capacidade de mediar relações com o mercado e o Estado) e uso consciente dos recursos.

Esses princípios contrastam fortemente com a lógica do turismo especulatório, que, ao se expandir na região da Bocaina, intensifica a gentrificação, pressiona ecossistemas frágeis e ameaça a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios. Martins et al. (2024) demonstram como esse modelo hegemônico de turismo, associado à especulação imobiliária e

a projetos de urbanização em larga escala, tem buscado transformar a Baía da Ilha Grande em uma “Cancún brasileira”, reproduzindo processos de desterritorialização e homogeneização cultural. Nesse cenário, o TBC se afirma não apenas como alternativa econômica, mas como uma tecnologia social e política de resistência, que valoriza a sociobiodiversidade, fortalece vínculos comunitários e projeta o Bem Viver como horizonte emancipatório.

A pesca artesanal é uma prática milenar que compõe o sistema de saberes e fazeres ancestrais das comunidades tradicionais localizadas nas regiões costeiras e marinhas da Bocaina, sejam elas indígenas, quilombolas ou caiçaras. Sua origem remonta às populações indígenas, que desenvolveram técnicas específicas para obtenção de alimentos a partir dos recursos aquáticos disponíveis, transmitidas entre gerações como patrimônio cultural e tecnológico.

Atualmente, a pesca artesanal desempenha papel central na subsistência, na economia local e na preservação da cultura tradicional. Suas práticas variam conforme os ecossistemas e recursos disponíveis, mas mantêm como característica comum o uso de métodos de pequena escala, baseados em trabalho manual e em saberes coletivos, em contraste com a pesca industrial. A valorização da pesca artesanal revela-se, assim, fundamental para a sustentabilidade ambiental e para a reprodução sociocultural dos territórios.

O reconhecimento do maretório constitui a principal bandeira da frente de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais no campo da pesca. Associados a esse reconhecimento estão processos igualmente relevantes, como a legitimação das artes de pesca territorializadas, a qualificação do beneficiamento e da comercialização do pescado artesanal, a transmissão intergeracional de saberes entre mestres e juventudes da pesca e a valorização do papel das mulheres pescadoras e marisqueiras.

Fortalecer a pesca artesanal significa também assumir um posicionamento político frente ao avanço do chamado “aquanegócio”, que disputa territórios e mercados ao mesmo tempo em que ameaça práticas culturais vinculadas ao relacionamento humano com o mar. Nesse sentido, a promoção da economia solidária associada aos produtos da sociobiodiversidade configura-se como estratégia de construção de territórios sustentáveis e saudáveis, fundada na cooperação e solidariedade entre comunidades tradicionais.

A atuação do OTSS nesse campo se dá por meio de apoio técnico e metodológico às organizações locais, fomentando o desenvolvimento de tecnologias sociais vinculadas à pesca artesanal. Entre essas ações estão a partilha de experiências e saberes, a assessoria em gestão ambiental e de empreendimentos comunitários, a articulação em redes pesqueiras locais, nacionais e internacionais e o fortalecimento da continuidade das práticas em contextos em que normas externas desconsideram as peculiaridades regionais.

As ações de saneamento ecológico desenvolvidas no âmbito da Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS/OTSS) são estruturadas através de diagnósticos participativos, oficinas de formação e implantação de unidades demonstrativas, assegurando que os sistemas de tratamento de efluentes sejam apropriados e geridos pelas próprias comunidades (ITS/OTSS, 2021). Mais do que uma solução técnica, o saneamento ecológico é compreendido como prática educativa e política, que promove autonomia, fortalece a autogestão e reafirma o vínculo entre saúde, território e ambiente.

Esse enfoque está alinhado às reflexões de Machado (2022), para quem as soluções baseadas na natureza constituem estratégias fundamentais de desenvolvimento local, ao integrarem processos ecológicos, saberes tradicionais e inovação social. No caso da Bocaina, o saneamento ecológico evidencia que o tratamento de efluentes não pode ser reduzido à lógica da engenharia sanitária convencional: ele deve ser situado em um processo mais amplo de produção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, em que a água e os ciclos naturais são reconhecidos como bens comuns.

As experiências acumuladas em comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas da região demonstram que o saneamento ecológico, quando enraizado em metodologias participativas, converte-se em tecnologia social capaz de promover a qualidade ambiental, fortalecer a soberania alimentar e garantir o Bem Viver. Assim, longe de se limitar à instalação de infraestruturas, o saneamento ecológico assume caráter político e pedagógico, pois devolve às comunidades o controle sobre a gestão da água, elemento estruturante da vida e da territorialidade.

6.3.4 O Eixo da Governança Viva

O Eixo da Governança Viva, no contexto do Seminário de Integração, assume função central de articulação política e organizacional, operando como espaço de convergência entre

os diferentes eixos de atuação do OTSS. Mais do que um campo de debate conceitual, esse eixo se estrutura como instância de alinhamento estratégico, acompanhamento dos processos em curso e fortalecimento dos arranjos de gestão compartilhada que sustentam a atuação do Observatório. Sua operacionalização se dá a partir da atuação integrada da Coordenação Geral (Figura 21), cujos coordenadores são Edmundo de Almeida Gallo, médico pós-doutor em ecologia, e Vagner do Nascimento, liderança do Quilombo do Campinho e um dos fundadores do FCT.

A partir dessa estrutura organizativa, o eixo contribui para a integração entre as agendas institucionais, territoriais e políticas desenvolvidas pelo OTSS, articulando processos de planejamento, monitoramento e pactuação coletiva. Sua atuação também fortalece os mecanismos de diálogo entre comunidades tradicionais, equipes técnicas, instituições parceiras e diferentes frentes do programa, consolidando práticas de governança territorializada orientadas pela participação social, pela transversalidade das ações e pela construção compartilhada de estratégias para os territórios.

Figura 21 – Equipe da Coordenação Geral



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A Coordenação Geral de Governança e Gestão (Figura 22) atua como uma instância estratégica de articulação política e institucional do OTSS, sendo responsável pela integração entre os diferentes eixos, agendas e frentes de atuação. Para além do planejamento e do monitoramento das ações, essa coordenação contribui para a construção de sinergias entre

iniciativas territoriais, institucionais e internacionais, fortalecendo os processos de governança territorializada e o alinhamento político-metodológico do programa.

Figura 22 – Equipe da Coordenação Geral de Governança e Gestão



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A Coordenação de Gestão Territorializada (Figura 23), por sua vez, articula as ações desenvolvidas nos territórios e promovendo a integração entre metodologias participativas, gestão compartilhada e acompanhamento das demandas comunitárias. Sua atuação busca consolidar fluxos de diálogo entre comunidades, instituições parceiras e equipes técnicas, contribuindo para a territorialização das estratégias e para a conexão entre as diferentes escalas de atuação do OTSS.

Figura 23 - Equipe da Coordenação de Gestão Territorializada



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

Esse arranjo se sustenta no trabalho articulado com a Coordenação Executiva, responsável por assegurar a viabilidade administrativa, financeira e operacional das decisões coletivas, bem como pela organização de fluxos, agendas, instrumentos de gestão e acompanhamento de processos institucionais.

De forma transversal, a Coordenação de Comunicação cumpre papel estratégico ao dar visibilidade às ações, fortalecer a identidade institucional do OTSS e qualificar a circulação de informações entre comunidades, parceiros e instâncias de governança. Ancorada em práticas de comunicação popular, sua atuação valoriza linguagens acessíveis, processos participativos e narrativas construídas a partir dos próprios territórios, contribuindo para a transparência dos processos, a memória institucional e a incidência pública do projeto.

No âmbito do Seminário de Integração, o eixo se configurou como a experiência inicial de construção dos diálogos de integração decorrentes do processo de reestruturação do OTSS por eixos de atuação. Diante dos desafios institucionais e territoriais enfrentados, o seminário constituiu um espaço estruturado para iniciar a articulação entre coordenações, colegiados e assessorias, possibilitando uma leitura compartilhada dos desafios, avanços e prioridades do ciclo de atuação em curso.

Trata-se, portanto, de um momento importante de pactuação de encaminhamentos e de fortalecimento das articulações internas e com parceiros estratégicos, ainda em processo de consolidação, orientado à qualificação progressiva dos mecanismos de governança territorializada.

7 O SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO: DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO

O Seminário de Integração, realizado em julho de 2025, constitui a principal expressão empírica analisada nesta pesquisa. Mais do que um evento pontual, é compreendido como um dispositivo de observação e sistematização de um processo histórico mais amplo, no qual se articulam capacidades, práticas e arranjos institucionais construídos ao longo da trajetória do OTSS. A iniciativa se insere como prática constitutiva da governança, articulando lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais, pesquisadores comunitários e não comunitários, equipe técnica e parceiros institucionais.

Mais do que um espaço de encontro, o Seminário operou como um momento de síntese e avaliação coletiva da trajetória do OTSS, no qual experiências acumuladas ao longo de mais de uma década de atuação foram retomadas, reinterpretadas e colocadas em diálogo.

Seu propósito central foi aprofundar a compreensão coletiva sobre o OTSS, explorando suas origens, seus eixos de atuação e a relevância de sua missão na construção de territórios sustentáveis e saudáveis, a partir da restituição crítica das práticas desenvolvidas nos territórios.

Nesse processo, destacou-se a dinâmica do Carrossel dos Eixos Temáticos, realizada no segundo dia do evento, dedicado ao presente. A atividade teve como objetivo integrar todos os participantes em torno dos quatro eixos estruturantes do OTSS e evidenciar a interdependência entre eles, reforçando que a atuação em governança viva, justiça socioambiental, educação emancipatória e economia solidária só se consolida quando os eixos dialogam entre si, em consonância com a promoção da saúde coletiva e a proteção da sociobiodiversidade.

A metodologia do Seminário de Integração foi organizada a partir de um processo em três camadas: memória, prática e pactuação; que traduzem, de forma vivencial, princípios já consolidados na governança do OTSS. Cada etapa correspondeu a um recorte temporal (passado, presente e futuro) e mobilizou dispositivos pedagógicos específicos, articulando dimensões políticas, culturais e técnicas.

No primeiro dia, o Rio do Tempo foi mobilizado como dispositivo coletivo de reconstrução da trajetória conjunta do FCT, da Fiocruz e do OTSS, permitindo a leitura compartilhada de marcos, disputas e conquistas ao longo do tempo. Esse exercício coletivo de memória, baseado em práticas, debates, registros e relatos, possibilitou identificar conquistas, desafios e marcos históricos de luta.

O dispositivo funcionou como mecanismo de produção de conhecimento e reafirmação das territorialidades, permitindo, na leitura posterior pela MAE, evidenciar a dimensão da equidade ao tornar protagonistas as vozes e experiências de diferentes gerações, gêneros e povos.

O segundo dia foi dedicado ao Carrossel dos Eixos, dinâmica de integração na qual os quatro eixos do OTSS (Governança Viva, Justiça Socioambiental, Educação Emancipatória e Economia Solidária) foram apresentados de forma articulada, evidenciando sua interdependência no interior da governança. A proposta rompeu com o modelo convencional de exposição oral, criando ambientes imersivos com elementos visuais, sonoros e sensoriais, nos quais cada participante alternava os papéis de mediador e aprendiz.

No terceiro dia, foi mobilizada uma metodologia adaptada do Diálogo de Mil Mesas, abordagem participativa de escuta ampliada e construção coletiva, organizada a partir da circulação simultânea de diferentes grupos temáticos. No Seminário, essa dinâmica reuniu 17 grupos, estruturados a partir das frentes de trabalho do OTSS, com a participação de pesquisadores da equipe e parceiros institucionais. O dispositivo criou um espaço ampliado de diálogo, favorecendo a troca horizontal de experiências e a formulação compartilhada de diagnósticos, potências, fragilidades e perspectivas futuras.

Na leitura posterior pela MAE, essa etapa permitiu evidenciar a dimensão da autonomia, ao tornar visíveis capacidades de formulação política, incidência comunitária e articulação intersetorial, expressas na presença de ministérios, defensorias, universidades e movimentos sociais em um mesmo espaço de diálogo. O processo resultou na construção de encaminhamentos estratégicos e reafirmou a centralidade do FCT como sujeito político.

A metodologia do Seminário não foi pensada como um recurso organizativo, mas expressão prática da própria lógica de governança viva. A Linha do Tempo reafirmou a memória e a identidade como fundamentos da luta; o Carrossel dos Eixos fortaleceu a integração entre áreas de atuação e ampliou a troca de saberes; e o Diálogo de Muitas Mesas abriu horizontes de pactuação e incidência.

Juntos, esses dispositivos metodológicos constituem a base empírica a partir da qual a MAE é aplicada nesta pesquisa, permitindo analisar como capacidades, estratégias e arranjos de governança territorial se expressam na prática.

A leitura do Seminário de Integração a partir da Matriz de Análise de Efetividade foi orientada por princípios da análise de conteúdo, de modo a organizar e interpretar os registros produzidos durante o encontro enquanto expressões de práticas, capacidades e arranjos construídos ao longo da trajetória do OTSS. A matriz funcionou como categoria de sistematização capaz de estruturar os dados em torno de dimensões previamente definidas, sem dissociá-las das práticas e experiências concretas que lhes dão sentido.

Nessa perspectiva, a MAE foi utilizada como ferramenta interpretativa e não como protocolo avaliativo externo. Sua mobilização permitiu destacar, de forma estruturada, tanto os aspectos de fortalecimento da governança quanto as fragilidades que persistem no processo. Como sugere Bardin (2011), a análise de conteúdo não se limita à descrição, mas implica interpretação fundamentada, permitindo inferências que dialogam com os objetivos da pesquisa.

A partir dessa chave de leitura, três dimensões centrais — Equidade, Sustentabilidade e Autonomia — foram evidenciadas como estruturantes, em permanente articulação com variáveis transversais como territorialização, intersetorialidade, redes de solidariedade, integração interescalar, perspectiva holística, cooperação tecnocientífica, transparência e comunicação.

A aplicação da MAE, a partir do Seminário de Integração, permitiu realizar uma leitura crítica da governança em sua complexidade prática, evidenciando conquistas, limites e possibilidades de aprimoramento. Como propõe Bardin (2011), a análise de conteúdo ultrapassa a simples descrição dos fenômenos e busca interpretar os sentidos que estruturam as ações. Foi a partir dessa perspectiva que as dimensões a seguir foram examinadas, permitindo observar tanto a consolidação de estratégias quanto os desafios que persistem na construção de territórios sustentáveis e saudáveis.

A Tabela 2 apresenta a sistematização das dimensões analíticas da MAE: Equidade, Sustentabilidade, Autonomia e Variáveis Transversais, a partir das observações do Seminário de Integração (OTSS, 2025). Essa síntese marca a etapa conclusiva da metodologia, em que a matriz é aplicada como ferramenta interpretativa capaz de revelar as potências, fragilidades e indicadores de efetividade da governança viva, consolidando o diálogo entre teoria, método e prática territorial.

Quadro 3 - Síntese Analítica das Dimensões da MAE aplicadas ao Seminário de Integração. Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Dimensão Analítica (MAE)	Parâmetros / Variáveis Transversais	Potências analisadas	Fragilidades e Tensões Identificadas	Indicadores de Efetividade / Síntese Interpretativa
Equidade	Representatividade étnica e geracional; Paridade de gênero; Valorização cultural; Acesso a serviços (educação, saúde, saneamento); Justiça cognitiva.	Diversidade étnica e geracional consolidada; atuação ativa do Núcleo Jovem; fortalecimento das mulheres e do GT Mulheres; valorização de práticas culturais e espirituais; integração entre saberes tradicionais e políticas públicas.	Paridade de gênero ainda não institucionalizada; sobrecarga de lideranças femininas; carência de mecanismos permanentes de equidade e de acesso universal a serviços públicos.	A equidade se expressa como processo em construção, que articula representatividade e reconhecimento simbólico, mas requer fortalecimento institucional e políticas de longo prazo.
Sustentabilidade	Ecologia de saberes; Saúde integral e mental; Tecnologias sociais; Cogestão; Resiliência comunitária.	Integração entre saberes científicos e tradicionais; fortalecimento de práticas integrativas e farmácia viva; protagonismo das comunidades em soluções territoriais; experiências concretas de saneamento ecológico e gestão de resíduos; Cozinha das Tradições como prática de soberania alimentar.	Ausência de políticas públicas para saúde mental; entraves fundiários; vulnerabilidade às conjunturas políticas; sobrecarga de agendas e dependência de alianças institucionais.	A sustentabilidade é sustentada por práticas culturais e espirituais articuladas à ciência, traduzindo uma racionalidade territorial e comunitária voltada à transformação social.
Autonomia	Protagonismo político; Educação emancipatória; Autogestão territorial; Articulação multiescalar;	Centralidade das lideranças comunitárias; educação por alternância; redes de juventude e	Falta de titulação definitiva das terras; sobrecarga das lideranças; dependência de parcerias institucionais;	A autonomia se afirmar como criação política compartilhada — o poder de decidir sobre a própria vida e o território

	Espiritualidade e reciprocidade.	mulheres fortalecidas; práticas espirituais como orientação ética; construção de agendas comuns em múltiplas escalas.	desigualdade de gênero e geração nos espaços decisórios.	—, enraizada no diálogo entre saberes e na coautoria do conhecimento.
Variáveis Transversais	Redes de solidariedade; Intersetorialidade; Integração interestelar; Perspectiva holística; Cooperação tecnocientífica, comunicação e transparência.	Consolidação de redes entre comunidades, universidades e órgãos públicos; maturidade intersetorial; presença internacional articulada à atuação local; metodologias participativas como base de comunicação e gestão.	Fragilidade na manutenção de vínculos e parcerias; risco de dispersão em redes internacionais; complexidade metodológica e sobrecarga das lideranças; lacunas nos fluxos internos de comunicação.	As variáveis operam como fios de costura entre as dimensões, revelando a governança viva como processo dinâmico e situado, que se renova pela capacidade de articulação, diálogo e reinvenção permanente.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da sistematização do Relatório do Seminário de Integração (OTSS, 2025).

7.1 Equidade

A dimensão da equidade, enquanto capacidade construída ao longo da trajetória do OTSS, tornou-se visível nas falas e práticas mobilizadas durante o Seminário de Integração, configurando-se como princípio estruturante da práxis e estruturação dos dispositivos de governança. A presença de povos indígenas, quilombolas, caiçaras e de terreiro evidenciou a representatividade étnica como parâmetro central da equidade, reforçando o papel do Fórum como sujeito coletivo na condução da governança territorial.

Essa diversidade também se expressou na participação intergeracional, com destaque para a atuação do Núcleo Jovem, cuja responsabilidade na sistematização dos aprendizados do Carrossel dos Saberes evidenciou capacidades formativas e organizativas em construção no interior do OTSS. (Relatório OTSS, 2025, p. 12–15).

No campo de gênero/sexo, a leitura pela MAE evidenciou avanços e desafios relacionados à consolidação de mecanismos permanentes de equidade, a partir da demanda pela estruturação de uma frente de mulheres no FCT. A expressiva presença feminina nos espaços

de fala e condução de atividades foi reconhecida como fator de fortalecimento político e simbólico, mas a ausência de mecanismos de governança desses grupos indicou que a pauta ainda não está plenamente institucionalizada.

Essa tensão foi explicitada de forma recorrente nas discussões, sendo sintetizada na fala de Marcela, liderança do FCT, ao rememorar o processo de criação do Grupo de Trabalho Mulheres, em 2018, e as dificuldades enfrentadas para sua consolidação diante da sobrecarga das lideranças femininas:

Em 2018 criamos o GT Mulheres, mas como nós estamos em tantos espaços, no espaço dedicado às mulheres, não conseguimos participar pelas tantas demandas. [...] Vamos pensar em consolidar esse espaço dentro do movimento, eu sei que muitas mulheres aqui podem fazer isso (Marcela Cananéa, Relatório OTSS, 2025, p. 14).

A citação evidencia o reconhecimento coletivo da necessidade de consolidar mecanismos permanentes voltados à equidade de gênero/sexo e racial, ao mesmo tempo em que revela os desafios enfrentados para sustentar esses espaços diante da sobrecarga política, organizativa e cotidiana assumida pelas mulheres nos processos de mobilização territorial.

As discussões realizadas no Seminário demonstraram que a equidade, no contexto analisado, ultrapassa a presença formal nos espaços de decisão e envolve também o reconhecimento das práticas de cuidado, alimentação, organização comunitária e reprodução da vida que sustentam o movimento em sua dimensão cotidiana. Nesse processo, a valorização cultural aparece como elemento central, especialmente ao tornar visíveis práticas historicamente conduzidas por mulheres, muitas vezes invisibilizadas nas leituras tradicionais sobre participação política e gestão territorial.

Essa perspectiva se expressou de forma significativa no reconhecimento da equipe da Cozinha das Tradições (Figura 24), apresentada durante o Seminário como uma tecnologia social viva articulada à soberania alimentar, à economia solidária e à valorização dos saberes tradicionais. A experiência evidenciou como práticas relacionadas à alimentação, ao cuidado e à cultura também constituem dimensões estratégicas da organização política e da defesa territorial, articulando justiça cognitiva, fortalecimento comunitário e condições dignas de reprodução da vida nos territórios tradicionais.

citação permite compreender o reconhecimento coletivo da necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de equidade de gênero/sexo e racial, bem como os limites enfrentados para sustentar esses espaços diante da sobrecarga política e organizativa das mulheres no movimento.

A discussão sobre a participação das mulheres evidenciou que a equidade, no contexto da governança viva, não se restringe à presença nos espaços decisórios, mas envolve também o reconhecimento das práticas de cuidado, trabalho cotidiano e reprodução da vida que sustentam o movimento. É nesse plano que a valorização cultural emerge como dimensão central da equidade, ao tornar visíveis práticas historicamente conduzidas por mulheres e comunidades como parte constitutiva da luta territorial.

Nesse sentido, durante o Seminário, a equipe da Cozinha das Tradições (Figura 24) evidenciou o protagonismo das mulheres na organização de práticas relacionadas à soberania alimentar, à economia solidária e à manutenção dos modos de vida tradicionais. A experiência apresentada articulou dimensões centrais dos parâmetros de equidade mobilizados pela MAE, especialmente no que se refere à valorização cultural, ao reconhecimento dos saberes tradicionais e ao fortalecimento das condições materiais e coletivas necessárias à reprodução da vida nos territórios.

Figura 24 - Cozinha das Tradições



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

O relatório registra que o grupo responsável por essa frente discutiu “ações em curso na Cozinha das Tradições, na descriminalização da agricultura, na defesa da biodiversidade e na comercialização”, e que, para o futuro, foi indicado o “fortalecimento da Cozinha das Tradições com novas mudas da Fiocruz Mata Atlântica e o intercâmbio de aprendizado com a Cozinha Escola da VPAAPS, a Fiocruz Brasília e a Central do Cerrado” (Relatório OTSS, 2025, p. 48-49).

A análise pela MAE evidenciou que a equidade se expressa de forma indissociável das condições de acesso a serviços e políticas públicas essenciais, como saneamento, educação e saúde, compreendidas como capacidades territoriais fundamentais para a reprodução da vida e a permanência nos territórios.

As discussões em torno do saneamento ecológico situaram o direito à água e à dignidade como dimensões indissociáveis da saúde e do Bem Viver, articulando condições materiais de vida e justiça territorial. Nesse mesmo horizonte, as referências à educação diferenciada reafirmaram o compromisso do OTSS com a justiça cognitiva, ao reconhecer os modos próprios de aprender e produzir conhecimento das comunidades tradicionais como parte constitutiva da equidade. As menções à saúde mental, por sua vez, tensionaram essa leitura ao evidenciar as vulnerabilidades subjetivas associadas à sobrecarga do trabalho político e à insegurança territorial, especialmente entre trabalhadores e lideranças comunitárias (OTSS, 2025, p. 26–27).

Essas dimensões de inclusão e acesso configuram uma leitura ampliada da equidade — que não se restringe à diversidade interna, mas abarca a luta por condições materiais e simbólicas de reprodução da vida nos territórios. Nesse sentido, a equidade aparece como processo em construção, consolidado em aspectos como diversidade étnica, inclusão geracional e valorização cultural, mas ainda em disputa nos campos da paridade de gênero, da democratização do acesso a políticas públicas e da institucionalização de mecanismos de justiça social.

7.2 Sustentabilidade

A dimensão da sustentabilidade, analisada a partir da MAE, refere-se a um conjunto de capacidades territoriais construídas ao longo da atuação do OTSS, relacionadas à integração entre saberes, práticas de cuidado, organização comunitária e permanência nos territórios. No Seminário de Integração, essas capacidades tornaram-se visíveis por meio das metodologias mobilizadas e das discussões coletivas.

A cartografia social, os protocolos bioculturais, os cursos formativos e a sistematização conduzida pelo Núcleo Jovem do FCT foram compreendidos como práticas que sustentam formas de produção de conhecimento orientadas às territorialidades e às prioridades das

populações envolvidas. A vivência do Carrossel de Saberes contribuiu para tornar visíveis tanto os resultados materiais desses processos — como os mapas produzidos no âmbito do Projeto Povos — quanto seus desdobramentos políticos, ao evidenciar a apropriação desses instrumentos pela coordenação de Justiça Socioambiental como dispositivos de defesa territorial.

Na leitura da MAE, essa articulação foi interpretada como parâmetro de fortalecimento da governança viva, na medida em que amplia as formas de produção e circulação do conhecimento e expressa a capacidade de corresponsabilidade entre diferentes sujeitos e instituições, articulando dimensões técnicas, políticas e comunitárias da ação territorial (OTSS, 2025, p. 36–52).

Os espaços de gestão coletiva, especialmente o Carrossel dos Saberes e o Diálogo de Mil Mesas, evidenciaram práticas de cogestão entre comunidades, universidades, ministérios, defensorias e organizações parceiras, reforçando a sustentabilidade como construção política baseada no compartilhamento de responsabilidades, no fortalecimento de vínculos interinstitucionais e na formulação de estratégias comuns.

Outro eixo central das discussões foi a articulação entre sustentabilidade e saúde, compreendida para além de indicadores ambientais ou econômicos e relacionada diretamente às condições de cuidado, bem-estar e reprodução da vida nos territórios.

No âmbito da sustentabilidade, a saúde foi compreendida como dimensão constitutiva da reprodução da vida nos territórios, articulando práticas de cuidado, saberes tradicionais e organização comunitária. O relatório registra o fortalecimento de práticas integrativas e da farmácia viva como tecnologias sociais de cuidado e de autonomia em saúde, que expressam a integração entre conhecimento científico e saberes ancestrais (OTSS, 2025, p. 41–43).

Essa compreensão foi simbolicamente afirmada na abertura do Seminário, com a benção de Dona Benedita Martins (Figura 25), respeitosamente chamada de dona Benedita, cuja fala situou o uso das ervas, o cuidado com o corpo e a relação com a terra como práticas indissociáveis de saúde, território e espiritualidade. Na leitura da MAE, essas referências evidenciam a sustentabilidade como capacidade de sustentar formas próprias de cuidado, ancoradas nos modos de vida das comunidades tradicionais, e não apenas como gestão de recursos ou mitigação de impactos.

Figura 25 - Benedita Martins abrindo o Seminário de Integração



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A benção de dona Benedita não foi apenas um rito de abertura, mas um ato pedagógico de boniteza, no sentido freireano: a celebração da vida que educa pelo exemplo e afirma o pertencimento e renova a esperança nos caminhos construídos em comum. Durante o gesto de abertura, suas palavras traduziram a potência da espiritualidade como prática de cuidado e sabedoria ancestral: “Eu tenho prazer de trabalhar como as ervas porque as ervas são coisas de Deus, são coisas da terra, e as ervas curam doenças (...) tem muita doença que o médico não consegue curar, e as ervas curam” como registrado no relatório final do evento (OTSS, 2025).

A sustentabilidade também se manifestou em experiências concretas de tecnologias sociais, como o saneamento ecológico e a gestão comunitária de resíduos, conduzidas em parceria com a Cooperativa de Paraty e o programa Poiato Recicla. Essas ações expressam o parâmetro da efetividade prática, ao responder de forma integrada a desafios ambientais e sociais, promovendo a equidade territorial e garantindo condições dignas de vida nos territórios tradicionais (OTSS, 2025, p. 51).

Aqui, a Cozinha das Tradições articulou soberania alimentar, economia solidária e agroecologia. O relatório destaca que o grupo responsável por essa frente discutiu ações voltadas à descriminalização da agricultura, à defesa da biodiversidade e à comercialização, propondo o fortalecimento da iniciativa com novas mudas da Fiocruz Mata Atlântica e

intercâmbios com a Cozinha Escola da VPAAPS e a Central do Cerrado (OTSS, 2025, p. 48–49). Essa iniciativa traduz o parâmetro da resiliência comunitária previsto na MAE, ao demonstrar que a sustentabilidade se realiza quando saberes tradicionais geram inovação social e segurança alimentar.

Apesar dos avanços, algumas fragilidades foram identificadas. A saúde mental, embora reconhecida como prioridade, ainda carece de políticas públicas e mecanismos institucionais adequados. A regularização fundiária foi reiterada como condição estruturante: sem a titulação das terras, todas as demais conquistas se tornam vulneráveis ao avanço de grandes empreendimentos e às pressões do mercado imobiliário. A multiplicidade de agendas — envolvendo educação, saúde, meio ambiente, turismo de base comunitária e economia solidária — foi interpretada como riqueza, mas também como fonte de sobrecarga para lideranças e organizações comunitárias, dificultando a consolidação de estratégias de médio prazo. Além disso, a dependência de alianças institucionais, embora necessária para ampliar o alcance das ações, expõe os processos de sustentabilidade às instabilidades políticas, revelando a tensão entre autonomia comunitária e articulação externa.

A dimensão da autonomia, analisada a partir da MAE, refere-se à capacidade dos sujeitos coletivos de formular agendas próprias, definir prioridades e conduzir processos de decisão sobre seus territórios, mesmo em contextos marcados por assimetrias de poder e dependência de alianças institucionais. Trata-se de uma autonomia construída na prática, relacional e situada, que se expressa na articulação entre autodeterminação comunitária, incidência política e gestão compartilhada.

No Seminário de Integração, essa dimensão tornou-se visível a partir das dinâmicas de pactuação, dos espaços de escuta qualificada e da condução coletiva dos debates, que permitiram explicitar prioridades, tensionar limites e reafirmar o protagonismo do FCT como sujeito político. Mais do que produzir consensos imediatos, o Seminário operou como espaço de atualização e negociação da autonomia construída ao longo da trajetória do OTSS.

7.3 Autonomia

A dimensão da autonomia, analisada a partir da Matriz de Análise de Efetividade refere-se à capacidade dos sujeitos coletivos de formular agendas próprias, definir prioridades e conduzir processos decisórios sobre seus territórios, mesmo em contextos marcados por

assimetrias de poder e pela necessidade de articulação com múltiplas instituições. A autonomia não se configura aqui como isolamento ou autossuficiência, mas como uma construção relacional e situada, sustentada pela autodeterminação comunitária, pela incidência política e pela gestão compartilhada dos processos territoriais.

No Seminário de Integração, essa dimensão tornou-se visível a partir dos processos de pactuação coletiva que permitiram explicitar prioridades políticas, tensionar limites institucionais e reafirmar agendas construídas a partir dos territórios. As discussões realizadas nos grupos temáticos não se restringiram à identificação de demandas, envolvendo a definição de estratégias, responsabilidades e formas de incidência, o que evidenciou a capacidade do Fórum de Comunidades Tradicionais de conduzir seus próprios processos decisórios e de atualizar coletivamente seu projeto político (OTSS, 2025).

Ao mesmo tempo, a leitura da autonomia revelou tensões associadas à multiplicidade de agendas assumidas pelo OTSS e pelo FCT. Se, por um lado, essa diversidade expressa capacidade de articulação em diferentes frentes — como educação, saúde, justiça socioambiental, economia solidária e defesa territorial —, por outro, impõe desafios à sustentação de processos autônomos em médio e longo prazo, especialmente diante da sobrecarga organizativa das lideranças comunitárias, das limitações institucionais e da instabilidade dos contextos políticos nos quais essas articulações se inserem (OTSS, 2025).

As alianças institucionais foram compreendidas, nessa leitura, como parte constitutiva da autonomia construída pelo OTSS, não como fator de subordinação, mas como campo permanente de negociação. A autonomia, nesse sentido, não se opõe à cooperação, mas se afirma na capacidade de estabelecer parcerias a partir de projetos políticos próprios, preservando a centralidade dos sujeitos territoriais na definição de prioridades, estratégias e formas de atuação coletiva.

O Seminário mobilizou cerca de trezentas pessoas em metodologias que asseguraram espaços de fala e decisão compartilhada, evidenciando um elevado grau de representatividade e capacidade de pactuação coletiva. Protocolos bioculturais, planos de educação diferenciada, iniciativas de turismo de base comunitária e campanhas como “Vote pelo Território” e “Cuidar é Resistir” foram destacados como expressões da capacidade de formulação, articulação e incidência política do FCT e do OTSS, reafirmando a autonomia como prática política enraizada em experiências concretas, e não como princípio abstrato (OTSS, 2025, p. 30–32).

A autonomia também se expressou na articulação em redes multiescalares, com a presença ativa de frentes de juventude, de mulheres e de educação diferenciada, ampliando a representatividade e fortalecendo a capacidade de intervenção em diferentes arenas. As lideranças demonstraram habilidade em transitar entre instâncias locais, nacionais e internacionais, conectando agendas comunitárias a pautas globais de justiça socioambiental e Bem Viver (OTSS, 2025, p. 33–35).

A educação emancipatória configurou-se como elemento transversal da autonomia. Os cursos de pedagogia da alternância, as oficinas comunitárias e a valorização de práticas pedagógicas próprias evidenciaram que a autonomia não se limita à incidência política imediata, mas envolve também a formação crítica e a construção de capacidades coletivas voltadas à sustentação do futuro comum. Como afirmam os próprios educadores comunitários, “a alternância é o caminho para garantir que o conhecimento volte para o território e transforme a realidade”, reafirmando a dimensão educativa da autonomia (OTSS, 2025, p. 27–28).

A centralidade da educação emancipatória na construção da autonomia também se materializou nos espaços e dinâmicas do Seminário, conforme ilustrado na Figura 26.

Figura 26 - Auditório principal e Eixo da Educação Emancipatória ao fundo



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A dimensão imaterial da espiritualidade expressou a força simbólica das práticas que orientam a vida e a decisão coletiva. Benzimentos, cantos e rituais de agradecimento acompanharam momentos-chave do Seminário, reafirmando que o exercício da autonomia está profundamente vinculado à espiritualidade e ao sentido coletivo da existência.

Apesar dos avanços, algumas fragilidades foram identificadas. A regularização fundiária permanece como ponto crítico: sem a titulação definitiva das terras, a autonomia construída mantém-se vulnerável a pressões externas. A multiplicidade de agendas — que inclui educação, saúde, agroecologia, economia solidária e incidência política — gera sobrecarga para lideranças comunitárias, comprometendo a continuidade de algumas estratégias.

Nesse contexto, o processo de internacionalização do OTSS, apresentado no Seminário como estratégia de ampliação da incidência política e de fortalecimento de redes de solidariedade e cooperação entre territórios (Figura 27), revelou-se simultaneamente como potência e desafio. Se, por um lado, a cooperação internacional amplia a visibilidade das pautas territoriais, possibilita trocas de saberes e fortalece alianças em defesa dos povos e comunidades tradicionais, por outro, exige capacidades organizativas, políticas e institucionais adicionais, tensionando os limites da autonomia construída nos territórios.

Figura 27 - Eixo Governança Viva, apresentação das ações da Cooperação Internacional



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A construção de redes e alianças institucionais em âmbito nacional e internacional constitui elemento estruturante da governança viva, sendo fundamental para ampliar a incidência política, fortalecer a solidariedade entre territórios e sustentar estratégias de longo prazo. Ao mesmo tempo, essa articulação multiescalar envolve desafios relacionados às assimetrias de poder, aos diferentes ritmos institucionais e às dinâmicas externas de financiamento e cooperação, explicitando uma tensão permanente entre a ampliação das conexões e a preservação da autodeterminação comunitária nos processos territoriais (OTSS, 2025, p. 44–46).

No campo da representatividade, a ampliação da participação da juventude e das mulheres foi reconhecida como elemento central para o fortalecimento da autonomia coletiva. Essa presença contribui para a diversificação das vozes, a renovação das agendas e a ampliação das capacidades de incidência do Fórum e do Observatório.

Ao mesmo tempo, o processo evidenciou que a representatividade, por si só, não garante a plena participação nos espaços decisórios. Persistem barreiras estruturais relacionadas à sobrecarga de trabalho, às desigualdades de gênero/sexo e geração e às condições materiais de permanência nos processos organizativos, limitando a consolidação de uma equidade interna efetiva. O reconhecimento dessas tensões pelas próprias comunidades indica que o fortalecimento da autonomia passa, necessariamente, pela criação de mecanismos permanentes que assegurem condições reais de participação, formação política e compartilhamento do poder decisório.

Na leitura da MAE, a autonomia apresentou como potências o protagonismo comunitário nos processos decisórios, a capacidade de formulação de estratégias, a incidência em múltiplas escalas e o fortalecimento de processos educativos emancipatórios. Entre as fragilidades, destacaram-se a ausência de titulação fundiária, a sobrecarga das lideranças, a vulnerabilidade às mudanças políticas e as barreiras à plena equidade de gênero e geracional (OTSS, 2025, p. 26–46).

A autonomia, portanto, não se expressa como isolamento, mas como criação política compartilhada, ancorada na capacidade de decidir coletivamente, incidir sobre políticas públicas e produzir conhecimento em diálogo com diferentes saberes e instituições. Trata-se de uma autonomia situada, construída no cotidiano dos territórios e continuamente tensionada pelas condições históricas, políticas e institucionais que atravessam a governança viva.

7.4 Variáveis Transversais

A análise do Seminário de Integração a partir da Matriz de Análise de Efetividade (MAE) permitiu compreender a governança do OTSS como um processo territorial complexo, construído ao longo do tempo e atualizado coletivamente no encontro. Além das três dimensões centrais (equidade, sustentabilidade e autonomia), a leitura do Seminário de Integração a partir da MAE evidenciou um conjunto de variáveis transversais que atravessam e qualificam a governança viva do OTSS. Essas variáveis não constituem eixos analíticos independentes, mas operam como fatores estruturantes que modulam a forma como as capacidades territoriais se expressam, se articulam e se sustentam ao longo do tempo.

Entre essas variáveis, destaca-se a territorialização, compreendida como princípio organizador das práticas, metodologias e decisões políticas. A centralidade do território como referência concreta, simbólica e relacional orientou tanto a produção de conhecimento quanto os processos de pactuação coletiva, reafirmando que as estratégias do OTSS partem das realidades vividas pelas comunidades e retornam a elas como instrumentos de defesa, cuidado e incidência.

A intersetorialidade emergiu como variável transversal fundamental, expressa na articulação entre saúde, educação, meio ambiente, cultura, agroecologia, economia solidária e justiça socioambiental. Essa articulação não se apresentou como mera sobreposição de agendas, mas como esforço contínuo de integração de políticas públicas, saberes e práticas, condição necessária para enfrentar problemas complexos e historicamente produzidos nos territórios tradicionais.

As redes de solidariedade e cooperação, em âmbito local, nacional e internacional, configuraram outra variável transversal decisiva. Essas redes ampliam a capacidade de incidência política, fortalecem alianças entre territórios e viabilizam a circulação de saberes, experiências e estratégias de resistência. Ao mesmo tempo, sua presença evidencia a necessidade de capacidades organizativas e políticas para sustentar processos autônomos em contextos marcados por assimetrias de poder e instabilidades institucionais, reafirmando a cooperação como campo permanente de negociação.

A integração interescalar se evidenciou como um dos elementos estruturantes observados no Seminário, refletindo a trajetória organizativa acumulada pelos sujeitos e iniciativas envolvidos em sua construção. Ao longo das atividades, foi possível identificar

esforços de articulação entre dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais, especialmente na tentativa de conectar demandas concretas dos territórios a debates mais amplos relacionados às emergências climáticas, à defesa da sociobiodiversidade e aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Ainda assim, também se percebeu que parte dos debates e espaços internacionais permanece, em certa medida, distante das realidades cotidianas vividas nos territórios, revelando desafios relacionados à democratização do acesso, à circulação das informações e à própria apropriação política desses espaços pelos sujeitos comunitários. Essa tensão apareceu de forma importante no Seminário e ajuda a compreender os limites e possibilidades dos processos de articulação interescolar construídos até o momento.

Outro aspecto recorrente ao longo das atividades foi a compreensão integrada da vida e do território, perceptível tanto nas discussões quanto nas práticas mobilizadas durante o encontro. Temas como saúde, educação, espiritualidade, alimentação, cultura, cuidado e defesa territorial apareceram de forma articulada, evidenciando uma leitura não fragmentada das dinâmicas comunitárias e dos processos políticos construídos nos territórios. Essa perspectiva, amplamente presente nas lutas dos movimentos socioterritoriais e nos acúmulos da educação popular do campo, atravessou diferentes espaços do Seminário e revelou uma compreensão compartilhada de que as condições materiais, culturais, afetivas, espirituais e políticas da vida coletiva se constituem de maneira indissociável.

Por fim, a comunicação e a transparência apareceram no Seminário como dimensões centrais para a sustentação dos processos organizativos construídos coletivamente. A circulação de informações, a socialização de registros, a sistematização das experiências e a construção de narrativas próprias foram constantemente mobilizadas como elementos fundamentais para ampliar a participação dos sujeitos envolvidos, fortalecer vínculos de confiança e qualificar os processos de tomada de decisão coletiva. Ao mesmo tempo, as discussões também evidenciaram desafios relacionados à circulação desigual das informações, à sobrecarga organizativa e à necessidade de ampliar mecanismos permanentes de comunicação entre os diferentes espaços, coletivos e escalas de atuação.

De forma integrada, as dimensões analisadas ao longo do Seminário evidenciam a consolidação de práticas organizativas construídas a partir da articulação entre territorialidade, produção coletiva de conhecimento, formação política e incidência institucional. O Seminário de Integração, nesse sentido, não constituiu um ponto de origem desses processos, mas um

espaço de encontro, leitura compartilhada, avaliação coletiva e atualização estratégica de acúmulos políticos e metodológicos já existentes. Ao reunir diferentes sujeitos, experiências e escalas de atuação, o encontro também tornou visíveis as tensões, os desafios e as potencialidades presentes na construção contínua de um projeto territorializado orientado pela defesa da vida, dos territórios e do bem viver.

As redes de solidariedade e articulação evidenciadas ao longo do Seminário reforçaram processos de formação política, incidência institucional e fortalecimento coletivo construídos historicamente pelo FCT e pelo OTSS. O Diálogo de Muitas Mesas, ao reunir comunidades tradicionais, universidades, instituições públicas e diferentes sujeitos políticos, demonstrou a capacidade de construção de espaços ampliados de escuta, troca e pactuação coletiva, fortalecendo a circulação de experiências e a ampliação da participação nos processos organizativos.

Nesse contexto, a cooperação internacional apareceu no Seminário como parte das próprias redes de articulação já construídas pelos sujeitos envolvidos, conectando experiências territoriais locais a processos de intercâmbio com instituições e organizações da América Latina, África, Europa e Oceania. As discussões evidenciaram o interesse crescente em fortalecer agendas relacionadas à pesquisa-ação, às tecnologias sociais, à produção participativa de dados territoriais e às metodologias de governança territorializada. Ao mesmo tempo, também se tornaram visíveis os desafios relacionados à assimetria no acesso aos espaços internacionais, às barreiras linguísticas, institucionais e financeiras e à necessidade de ampliar processos de apropriação coletiva dessas agendas pelos territórios.

Essa dimensão relacional apareceu de forma explícita nas trocas e debates registrados na Figura 28, que apresenta a participação da autora, na condição de assessora de cooperação internacional do OTSS, na discussão sobre cooperação internacional realizada durante o Seminário. O espaço possibilitou compartilhar experiências relacionadas às articulações institucionais e redes internacionais construídas pelo Observatório, bem como refletir

coletivamente sobre os desafios envolvidos na consolidação de processos de cooperação conectados às realidades, demandas e prioridades dos territórios tradicionais.

Figura 28 - Apresentação dos resultados das discussões por grupos de trabalho



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

Essa mesma convergência ganha densidade política na Figura 29, que registra pesquisadores da Fiocruz, coordenadores do OTSS, o vereador eleito Vaguinho de São Gonçalo e os coordenadores do Fórum de Comunidades Tradicionais, evidenciando a pluralidade de sujeitos e a complexidade dos arranjos que sustentam a governabilidade do programa.

Essa configuração também revela que tais articulações se constituem em espaços permanentes de negociação, tensionamento e disputa política. A forte dependência de arranjos intersetoriais faz com que os avanços conquistados estejam constantemente atravessados pelas mudanças de conjuntura política, pelas transformações institucionais e pela continuidade — ou não — das parcerias estabelecidas, exigindo processos contínuos de articulação, incidência e pactuação coletiva para a sustentação do programa (OTSS, 2025, p. 55).

A integração interestelar articulou de forma consistente as três dimensões analisadas, conectando práticas territorializadas (como o TAUS e o saneamento ecológico) a incidências nacionais, a exemplo da Marcha das Margaridas e das campanhas: “Vote pelo Território” e “Cuidar é Resistir”, bem como a alianças internacionais estabelecidas com parceiros da África, da América Latina e da Europa. Essa variável contribuiu para o fortalecimento da autonomia

ao ampliar a projeção e o protagonismo das comunidades em agendas globais de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que sustentou a equidade ao possibilitar a circulação e o intercâmbio de experiências diversas. Como fragilidades, evidenciaram-se a dependência de recursos limitados e o risco de apropriação superficial de dados sensíveis em contextos externos aos territórios (OTSS, 2025, p. 56).

Figura 29 - Representantes da Fiocruz, coordenadores do OTSS, o vereador eleito Vaguinho e coordenadores do Fórum de Comunidades Tradicionais



Fonte: Acervo OTSS (cedido), 2025.

A integração interescolar operou como um dispositivo estruturante da governança viva, ao articular práticas territorializadas (como os Termos de Autorização para o Uso Sustentável e o saneamento ecológico) com estratégias de incidência nacional, a exemplo da Marcha das Margaridas e das campanhas “vote pelo território” e “cuidar é resistir”, bem como com alianças internacionais estabelecidas com parceiros da África, da América Latina e da Europa

Essa articulação não apenas ampliou a visibilidade das experiências locais, como também reposicionou as comunidades como sujeitos ativos na produção de agendas globais de sustentabilidade. Nesse sentido, a variável interescolar fortaleceu a autonomia ao sustentar o protagonismo político dos territórios e contribuiu para a equidade ao promover a circulação qualificada de experiências e saberes. Por outro lado, revelou limites estruturais associados à dependência de recursos restritos e ao risco de apropriação instrumental ou superficial de dados sensíveis quando deslocados de seus contextos territoriais de origem (OTSS, 2025, p. 56).

Essa perspectiva integrativa atravessou a dinâmica do Seminário como prática metodológica, evidenciada no carrossel dos saberes (Figura 30) e no diálogo de muitas mesas. Articulando governança, educação, justiça socioambiental e economia solidária, o seminário operou uma leitura ampliada da saúde, compreendida como resultado de relações indissociáveis entre território, cultura e sociobiodiversidade.

Contudo, a densidade dessa abordagem também explicitou tensões: a complexidade metodológica exige elevado investimento de tempo, intensifica a carga sobre lideranças comunitárias e institucionais e impõe desafios à definição de prioridades, tensionando a capacidade de sustentação e continuidade das ações no médio prazo.

Figura 30 - Eixo da Economia Solidária, com partilha sobre técnicas de pesca artesanal durante o Carrossel de Saberes



Fonte: Fotografia de autoria própria (2025).

Por fim, variáveis como a cooperação técnico científica, a transparência e a comunicação popular emergiram como elementos de suporte transversal, desempenhando papel estratégico na sustentação das ações, na promoção da equidade na produção e circulação de saberes e no fortalecimento da autonomia comunitária na gestão das informações.

Essas variáveis ampliaram os fluxos informacionais e contribuíram para a consolidação de metodologias participativas; contudo, também evidenciaram fragilidades relacionadas à necessidade de aprimorar os circuitos internos de comunicação e de resguardar a autonomia

comunitária frente a dinâmicas assimétricas presentes em processos de cooperação científica (OTSS, 2025, p. 57).

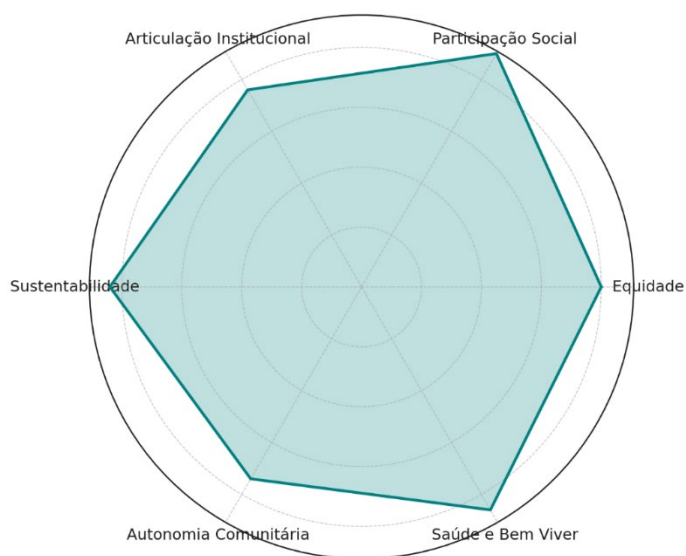
Nesse sentido, a transversalidade das dimensões analisadas indica que elas operam como indicadores dinâmicos de efetividade, capazes de revelar simultaneamente a coerência entre os princípios da governança viva e as tensões que atravessam sua materialização. As variáveis evidenciam a vitalidade do processo, mas também sua complexidade.

A aplicação da MAE ao caso do Seminário, fundamentada na análise de conteúdo, reforçou essa compreensão ao demonstrar que a governança viva não se estrutura de forma linear ou homogênea. Trata-se de um processo situado, no qual potências e contradições coexistem: de um lado, práticas que consolidam formas de gestão compartilhada; de outro, limites que acionam novos aprendizados, reposicionamentos e pactuações coletivas. Nessa perspectiva, a MAE operou menos como um instrumento avaliativo externo e mais como um dispositivo interpretativo, capaz de apoiar comunidades e instituições no reconhecimento de avanços, na explicitação de limites e na projeção de caminhos futuros (Bardin, 2011; OTSS, 2025).

A operacionalização da MAE no âmbito do OTSS buscou, assim, compreender de que maneira as dimensões analíticas se expressam nas práticas e percepções das lideranças comunitárias no exercício da governança viva. O Seminário de Integração constituiu-se, nesse contexto, como espaço privilegiado de observação e diálogo coletivo, permitindo captar, de forma articulada, a vitalidade, as assimetrias e os limites que atravessam cada dimensão analisada.

Essa síntese interpretativa não deve ser compreendida como uma representação estática ou conclusiva da governança viva, mas como expressão das dinâmicas observadas no contexto do Seminário de Integração, atravessadas por disputas, negociações e diferentes capacidades de incidência nos territórios. O equilíbrio relativo entre as dimensões evidencia não apenas a existência de mecanismos de articulação coletiva mobilizados durante o Seminário, mas também a necessidade contínua de fortalecimento dos espaços de participação, escuta e tomada de decisão compartilhada. Assim, a análise reforça que a efetividade da governança territorializada depende da capacidade de produzir mediações permanentes entre diversidade, conflito e construção coletiva. A figura 31 apresenta uma síntese interpretativa dessas dimensões.

Figura 31 - Dimensões MAE e Seminário de Integração



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A experiência de aplicação da MAE no Seminário de Integração evidenciou que a matriz pode ultrapassar sua função analítica e operar também como instrumento de apoio à formulação metodológica de eventos e processos coletivos. Sua incorporação às etapas de planejamento pode contribuir para maior coerência entre objetivos, estratégias organizativas e mecanismos de participação, fortalecendo práticas de acompanhamento e pactuação coletiva ao longo do próprio processo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Seminário de Integração, desenvolvida a partir da MAE, permitiu compreender a governança viva como uma prática territorial situada, forjada na convergência entre ação coletiva, produção de conhecimento e incidência política. Orientada pelo horizonte do Bem Viver, essa governança não se configura como modelo normativo ou arquitetura previamente definida, mas como uma práxis em permanente construção, ancorada nas condições materiais, históricas e simbólicas dos territórios. Governar, nesse contexto, refere-se à sustentação de processos contínuos de pactuação, nos quais diferentes sujeitos produzem sentidos comuns, compartilham responsabilidades e elaboram estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades socioambientais.

O Seminário de Integração afirmou-se como espaço de síntese política e metodológica, no qual a diversidade de povos, gerações e trajetórias se expressou de forma articulada. A valorização cultural, a ecologia de saberes, a gestão compartilhada e a incidência política apresentaram-se como dimensões indissociáveis, evidenciando os acúmulos construídos pelo OTSS e pelo FCT ao longo de quase duas décadas de atuação. Essas potências manifestam-se em práticas concretas de organização territorial, formação política e produção coletiva de conhecimento, reafirmando o caráter processual e territorializado da experiência.

A análise também revelou limites que atravessam o processo e tensionam sua consolidação. Questões relacionadas à equidade ainda em construção, à insuficiência de políticas voltadas à saúde mental, à precariedade da titulação fundiária e à sobrecarga das lideranças comunitárias expressam desafios estruturais que não se resolvem por meio de soluções técnicas imediatas. Esses limites não fragilizam o sentido político da governança viva, mas evidenciam sua complexidade e seu caráter situado, marcado por disputas, prioridades em negociação e processos contínuos de amadurecimento coletivo.

Entre as potências observadas, destaca-se a capacidade de articulação entre múltiplas escalas de atuação, conectando práticas territorializadas a redes nacionais e internacionais de solidariedade e cooperação. A atuação em rede assume, nesse contexto, um sentido estratégico que ultrapassa a ampliação da visibilidade institucional, afirmando-se como mecanismo de redistribuição de poder, circulação de saberes e fortalecimento de alianças contra-hegemônicas. A cooperação nacional e internacional integra, assim, o próprio modo de existência da governança viva, projetando os territórios como sujeitos ativos na disputa por sentidos de sustentabilidade, justiça socioambiental e Bem Viver.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a noção de contra-globalização, ao demonstrar que as redes globais não operam exclusivamente como vetores de concentração de poder e conhecimento, mas também como espaços passíveis de apropriação política e ética. A circulação solidária de tecnologias sociais, metodologias participativas e experiências de governança territorial reafirma a centralidade dos territórios tradicionais como produtores de conhecimento situado e como agentes políticos capazes de incidir em escalas ampliadas sem romper com suas bases comunitárias.

A aplicação da MAE mostrou-se adequada à leitura dessa complexidade. Mais do que um instrumento de mensuração, a matriz operou como guia interpretativo, articulando análise acadêmica, sistematização coletiva e planejamento territorial. Sua utilização favoreceu a explicitação de processos, potências e pontos de atenção, mantendo o território como referência central de pertencimento, aprendizagem, decisão e formação política.

Ao mesmo tempo, a própria aplicação da MAE evidencia a necessidade de vigilância permanente sobre os processos institucionais em curso. A ampliação do OTSS, em alcance territorial, simbólico e organizacional, introduz desafios relacionados ao risco de distanciamento em relação aos princípios que deram origem à experiência. O crescimento institucional, quando não tensionado criticamente, pode produzir efeitos de burocratização e captura por racionalidades organizacionais conservadoras, enfraquecendo o caráter inventivo e coletivo da governança viva.

Nesse contexto, preservar o encantamento, compreendido não como idealização, mas como força ética e relacional que sustenta o sentido da ação coletiva, constitui condição fundamental para a continuidade do Observatório como espaço de criação e não de reprodução. A vitalidade do OTSS se expressa na tensão permanente entre expansão institucional e coerência político-metodológica, uma tensão que exige atenção contínua para que os processos em curso não se afastem dos princípios que orientam a produção de conhecimento situada nos territórios.

A experiência analisada reafirma, por fim, a governança viva como movimento contínuo, atravessado por reelaborações permanentes. A sistematização realizada aponta possibilidades de aprimoramento metodológico e de adaptação das práticas a diferentes contextos, sem perder de vista a centralidade da autoria coletiva.

Nesse horizonte, a governança viva afirma-se simultaneamente como horizonte político, método de pesquisa e prática de resistência, sustentando formas de produzir conhecimento e futuro a partir dos conhecimentos ancestrais dos povos originários e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E.; VILLALBA, U. **El Buen Vivir: una vía para el desarrollo**. Quito: Abya-Yala, 2012.
- ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais**. Rio de Janeiro: FASE, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (org.). **Catálogo Mapeamento Social contra o Desmatamento e a Devastação**. Manaus: UEA Edições, 2015. (informação de paginação faltante)
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- ARRUZZO, R. C.; CUNHA, L. D.; SANTOS, L. N. dos. Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 165–185, 2022.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOELL FOUNDATION. Vazamento radioativo em Angra é omitido e gera insegurança. Heinrich Böll Stiftung Brasil, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/06/26/vazamento-radioativo-em-angra-e-omitido-e-gera-inseguranca>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BORDA, O. F. **La Investigación-Acción Participativa**. Bogotá: Universidad de los Andes, 1979.
- BORDA, O. F. **La Investigación Acción: conocimiento y poder popular**. Bogotá: Siglo XXI, 1985.
- BORGES, J. B. **Água: território em disputa. Aprendendo com os povos e comunidades tradicionais do Carapitanga**. 2023. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – UENF, Campos dos Goytacazes, 2023.
- BRASIL. Decreto n. 68.172, de 4 fev. 1971. Parque Nacional da Serra da Bocaina. Brasília, DF: DOU, 5 fev. 1971.
- BRASIL. Decreto n. 89.242, de 27 dez. 1983. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Brasília, DF: DOU, 28 dez. 1983.

BRASIL. Decreto n. 98.864, de 23 jan. 1990. Estação Ecológica de Tamoios. Brasília, DF: DOU, 24 jan. 1990.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 fev. 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: DOU, 8 fev. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 jul. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF: DOU, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dpct/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais-cnpct/o-conselho>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA/ICMBio, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde Indígena. **Relatório de Gestão da SESAI 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BREILH, J. **Epidemiología crítica: ciencia emancipadora e interculturalidad**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

BREILH, J. **Las tres “S” de la determinación de la vida: un enfoque crítico para enfrentar la crisis global**. Quito: UASB, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRICEÑO-LEÓN, R. **La salud y sus determinantes sociales: mirando el mundo desde América Latina**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2000.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: el feminismo comunitario. In: ACSUR-LAS SEGOVIAS. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: ACSUR, 2010.

CAMARGO, D. R. et al. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1–17, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200010. Acesso em: 20 nov. 2024.

CANANEA, M. **Quem somos – Saiba mais sobre o OTSS Bocaina**. Canal OTSS Bocaina. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GSJbfzd99iw>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COIMBRA, C. E. A.; SANTOS, R. V. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do processo de implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 465–472, 2000.

COLAÇO, T. L.; DAMÁZIO, E. S. P. (org.). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. v. 4. [S.l.]: PROEX; CAPES, 2012.

CONAIE – CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR. **Manifiesto por la vida y el Sumak Kawsay**. Quito: CONAIE, 2019.

CONAIE – CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR. **Mandato indígena y popular**. Quito: CONAIE, 2019.

DAGNINO, R. **Tecnologias sociais: ferramentas de transformação**. Campinas: Komedi, 2004.

DANTAS, T. Muito além da cultura, mas sobre a questão da terra. Brasil 247, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://publisher.brasil247.com/blog/muito-alem-da-cultura-mas-sobre-a-questao-da-terra>. Acesso em: 20 jul. 2024.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Dataluta Brasil 2020**. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2020.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ECVC – European Coordination Via Campesina. **¡Soberanía alimentaria ya!: una guía por la soberanía alimentaria**. Bruxelles: ECVC, 2018. Tradução de María del Pilar Roda Díez. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

FAO; FILAC. **Pueblos indígenas y afrodescendientes y la gobernanza de los sistemas alimentarios**. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4932es/>. Acesso em: 6 set. 2025.

FERDINAND, M. **Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen**. Paris: Seuil, 2022.

FERREIRA, H. R. Riscos ambientais e nucleares em Angra dos Reis: desafios para a gestão integrada do território. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 17, n. 3, p. 45–60, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Fiocruz disponibiliza banco de dados sobre plantas medicinais**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-disponibiliza-banco-de-dados-sobre-plantas-medicinais>. Acesso em: 6 out. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Fiocruz e MAPA identificam cadeias de valor em plantas medicinais**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-e-mapa-identificam-cadeias-de-valor-em-plantas-medicinais>. Acesso em: 6 out. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **IX Congresso Interno da Fiocruz: relatório final**. 2022. Disponível em:

<https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Vacinas contra a Covid-19**. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/vacinas covid19>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; HARVARD UNIVERSITY. **Saúde mental e bem-estar de jovens indígenas no Brasil: análise situacional e recomendações**. Brasília: Fiocruz; Harvard University, 2023.

FREIRE, K. M. et al. Reconstrução histórica da pesca marinha no Brasil: 1950–2015. **Revista Brasileira de Pesquisa Pesqueira**, v. 43, n. 1, p. 1–19, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAETANI, F. Modelos organizacionais e reforma do Estado no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 64, n. 1, p. 7–25, 2013.

GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GALLO, E. Gestão pública e inovação: tecnologias de gestão e a reinvenção do cotidiano organizacional. 2009. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (org.). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1433–1446, 2012.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos ODS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4383–4396, 2014.

GALLO, E. Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA); FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas – marco teórico**. 1. ed. v. 1. Brasília: Funasa, 2021.

GALLO, E. et al. Relatos da quarentena: que sociedade(s) emergirá(ão) após o coronavírus? **Saúde em Debate**, v. 48, n. esp. 1, e8702, 2024.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAÚJO, M. Determinação ou determinantes? **Saúde em Debate**, v. 41, n. 112, p. 63–76, 2017.

GOLDFARB, Y.; MITIDIERO JÚNIOR, M. A. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, n. 462, p. 1–20, 2011.

GUDYNAS, E. **Derechos de la naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

GUZMÁN, Adriana. **Feminismo comunitário: uma proposta política desde Abya Yala**. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2019.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HELLER, A. **A revolução e o cotidiano**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voices from Latin America’s farmer to farmer movement for sustainable agriculture**. Oakland: Food First Books, 2006.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

IEN – INDIGENOUS ENVIRONMENTAL NETWORK. **Carbon pricing: a critical perspective for community resistance**. Bemidji, MN: IEN Publications, 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Direitos territoriais em risco: balanço da política indigenista no Brasil**. São Paulo: ISA, 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Manual de remédios tradicionais Yanomami**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **General observation on the Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169)**. Geneva: ILO, 2019.

Disponível em: https://www.ilo.org/global/standards/WCMS_711903/lang--en/index.htm.
(data de acesso faltante)

IUCN. **Territories of life: 2018 report**. Gland: International Union for Conservation of Nature, 2018. Disponível em:
<https://www.iccaconsortium.org/index.php/2018/05/30/territories-of-life-2018-report/>. Acesso em: 6 set. 2025.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAURELL, A. C. Determinantes sociales de la salud: el papel del Estado y la política social. **Revista Latinoamericana de Salud Pública**, v. 2, n. 1, p. 9–19, 1983.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice B. Pereira; Sérgio Martins. Primeira versão em português: fev. 2006.

LIMA, A. **Intervenção no Seminário Nacional Caiçara**. Coordenação Nacional Caiçara, 2021.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1913].

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O lucro não pode estar acima da vida: violências e violações de direitos das populações atingidas por barragens**. São Paulo: MAB, 2020.

MACHADO, G. X. **Somos natureza: soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Bambual, 2022.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARTINS, J. S. et al. O turismo de massa e os impactos socioambientais em Angra dos Reis e Paraty. **Revista Espaço Aberto**, v. 14, n. 1, p. 77–98, 2024.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 1990.

MURÚA, G. F. F. Causos do (sub)desenvolvimento: a instalação do pré-sal no litoral norte paulista e a resistência dos povos tradicionais. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia) – Unicamp/IFCH, Campinas, 2020.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Plano Camponês**. Brasília: MPA, 2014.

NINIS, A.; FREITAS, L. E. et al. **Governança e justiça socioambiental na Bocaina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Documento institucional. (não publicado).

NOBRE, M.; PACHECO, M. E.; GOMES, I. **Mulheres na conservação da biodiversidade: práticas de agroecologia, economia solidária e feminismo**. São Paulo: SOF, 2019.

NOGUÉ, L. C. **Sociobiodiversidade e suas interfaces com os povos e comunidades tradicionais**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 11, n. 3, p. 45–56, 2016.

OBSERVATÓRIO DE OLHO NOS RURALISTAS. **Observatório acha 1.692 fazendas sobrepostas a terras indígenas**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Boletim de cartografia social: pesca artesanal na Trindade**. Paraty: OTSS/Fiocruz, 2016.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Relatório analítico de perdas e danos decorrentes da presença da economia do petróleo e gás em comunidades tradicionais do litoral sul fluminense e norte paulista**. Paraty: OTSS, 2024. 176 p. ISBN 978-65-87063-48-5.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **TSS**, v. 2. Quadro 2: Matriz de análise de efetividade, p. 34–37, 2023.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios do Centro de Ubatuba**. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1d2grOddXiM7p3Fukcf49PeVorgqAGL5J/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios de Carapitanga**. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GvdkYEyIzwm1W7ciSITNFX1TJpN2IS5W/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios do Norte de Paraty**. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1xczgF5RtBow8VuDqy2OgvxvfMVtgh7c2/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios do Norte de Ubatuba**. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nf__w1QvykyBu6LhfrP3v9Zf9ZUHpo_j/view. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Territórios da Baía de Paraty**. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/16A0IxMz5Cb1RheSckxFo9zm5Cc4A7fUw/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA.

Territórios da Península da Juatinga. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA.

Territórios do Sul de Angra dos Reis. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1nWbP0TlwJgRsSUKo4Iyx1Dzr9NZX5_wm/view. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA.

Territórios do Sul de Paraty. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1jfxhnj6RBv10GvqSNFc3NxzT7ajTJUpM/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA.

Territórios do Sul de Ubatuba. Paraty: OTSS, 2024. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1sLoHCq49Ap7Co7ckfHq3s-Hu7AKnSCtM/view>. Acesso em: 26 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA.

Biblioteca de Tecnologias Sociais da Bocaina. Disponível em:

<https://www.otss.org.br/tecnologiasociais>. Acesso em: 6 set. 2025.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

(OTSS). **Projeto Povos – Fase II: caracterização territorial participativa de comunidades tradicionais do Litoral Sul do Rio de Janeiro e Norte de São Paulo.** Relatório técnico.

Paraty: OTSS/Fiocruz, 2025.

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitario.** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAULY, D.; ZELLER, D. **Catch reconstructions reveal that global marine fisheries**

catches are higher than reported and declining. *Nature Communications*, v. 7, art. 10244, 2016.

PEREIRA, A. F. M. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista.** São Paulo: UNESP, 2019.

PETERSEN, P. **Tecnologias para inclusão social.** Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2008.

POPYGUÁ, T. S. V. T. **Yvyrupa – a terra uma só.** São Paulo: Hedra, 2016. Disponível em:

<https://www.yvyrupa.org.br/2000/06/16/yvyrupa-a-terra-uma-so-2016/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 6. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista Internacional de Ciências Sociais, v. 50, n. 168, p. 583–591, 2005.

REDE DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES. **Informe 2018**. Managua, 2018.

REDE DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES. **Las mujeres y la defensa de la Madre Tierra en América Latina**. Quito: Abya-Yala, 2018.

REDAÇÃO OUTRAS PALAVRAS. **Angra-Paraty-Ubatuba saem em defesa dos Territórios Tradicionais**. Outras Palavras, s.d. Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/angra-paraty-ubatuba-saem-em-defesa-dos-territorios-tradicionais/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

RICARDO, F.; MELLO, J.; SOUZA, P. **Territórios indígenas e mudanças climáticas: uma abordagem socioambiental**. Brasília: ISA, 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

SANTOS, B. de S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

SETTI, A. F. F.; GALLO, E. **Avaliação em promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: propostas de abordagem e tecnologias de análise**. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, n. 1, p. 71–82, 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Agroecología, v. 1, n. 1, p. 7–18, 2006.

SHIVA, V. **Earth democracy: justice, sustainability, and peace**. London: Zed Books, 2016.

SILVA, J.; ALMEIDA, R. **O mercado imobiliário no litoral brasileiro: dinâmicas e perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, n. 2, p. 45–67, 2022.

SILVA, M. A.; SANTOS, P. C.; OLIVEIRA, L. **O complexo nuclear de Angra dos Reis e a vulnerabilidade socioambiental**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental, v. 22, n. 1, p. 12–29, 2018.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBREIRO FILHO, J. C. S. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

SOBREIRO FILHO, J. C. S. **As lutas territoriais da memória contra o esquecimento**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 15, n. 35, p. 172–201, abr. 2020. DOI: 10.14393/RCT153507.

SOUZA, M. G. M.; CORIOLANO, L. N. M. T. **Etnodesenvolvimento e turismo de base comunitária**. Caderno Virtual de Turismo, v. 12, n. 1, p. 36–52, 2012.

SPERANZA, J. **Análise da vulnerabilidade socioambiental do meio rural brasileiro às mudanças climáticas globais**. In: SOLÍS MEDRANO, A. C. et al. **Pobreza, ambiente y cambio climático**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. p. 297–328.

SVAMPA, M. **Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia y populismo**. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TAMALE, S. **Decolonization and Afro-Feminism**. Ottawa: Daraja Press, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

THIONG’O, N. wa. **Decolonising the mind: the politics of language in African literature**. Nairobi: Heinemann, 1986.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2008.

UNESCO. **The United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021–2030): implementation plan**. Paris: IOC-UNESCO, 2021. Disponível em: <https://www.oceandecade.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

VALLA, V. V. **Participação popular e serviços de saúde: o ponto de vista de quem participa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

WALSH, C.; GARCÍA LINERA, Á.; ESCOBAR, A. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2018.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Traditional Medicine Strategy 2014–2023**. Geneva: WHO, 2021.

WORLD FORUM OF FISHER PEOPLES (WFFP). **Declaration of the 7th General Assembly**. 2017. Disponível em: <https://worldfishers.org/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.